



Universidade de Aveiro
2012

Departamento de Ciências Sociais Políticas e do
Território

**ANDRÉ FILIPE COSTA GUERRA EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE LIBERDADE
ECONÓMICA PARA PORTUGAL: 1970 A 2012**



Universidade de Aveiro
2012

Departamento de Ciências Sociais Políticas e do
Território

**ANDRÉ FILIPE COSTA
GUERRA**

**EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE LIBERDADE
ECONÓMICA PARA PORTUGAL: 1970 A 2012**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica do Doutor André Azevedo Alves, Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa.

Dedico este trabalho ao meu primo Hugo, pelo enorme exemplo de força, coragem e determinação num momento de grande adversidade.

O júri

Presidente

Prof. Dr. José Manuel Lopes da Silva Moreira
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Dr. José Tomaz Castello Branco
Professor Auxiliar Convidado da Universidade da Beira-Interior

Prof. Dr. André Azevedo Alves
Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor André Azevedo Alves, por toda a disponibilidade e apoio prestados na realização desta tese. Não poderia, claro, deixar de agradecer aos meus pais, António e Luísa, que me deram todas as condições para completar a minha formação, e sempre me apoiaram e se mostraram interessados no meu percurso e também à minha irmã Sara pela forte amizade e por sempre se ter disponibilizado para rever a minha tese e alertar-me para os pormenores, que no fim fazem a diferença. O vosso amor, carinho e amizade é único e de valor inestimável. Não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que fizeram parte do meu percurso escolar, desde o Ensino Básico até aqui. A todos os meus professores, a todos os meus amigos, a todos os meus colegas, o meu mais sincero obrigado. Aprendi e cresci imenso com todos vocês. E claro, agradeço a toda a minha querida família pelo carinho e amizade. Obrigado.

Palavras-chave

Liberdade Económica, Índices de Liberdade Económica, Portugal, Crescimento Económico

Resumo

Na sequência da forte crise verificada na Europa, e particularmente em Portugal, a liberalização da economia é cada vez mais uma solução a ter em conta pelos governos. O presente trabalho visa analisar a evolução da liberdade económica em Portugal de 1970 a 2012, recorrendo aos dois principais índices de liberdade económica existentes. Recorrendo aos estudos existentes, esta tese analisa os índices que medem a liberdade económica, descrevendo o seu desenvolvimento, a sua metodologia e principais resultados gerais. A evolução de Portugal em ambos os índices é analisada, cruzando-se os resultados dos mesmos com as políticas públicas adotadas por Portugal nas últimas décadas. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) confirma-se como o mais importante momento para o aumento da liberdade económica no país. Portugal destaca-se na área relativa às políticas monetárias; contudo, apresenta limitações nas áreas relativas ao mercado de trabalho e ao tamanho do Estado. Estudos futuros poderão verificar se a forma de combater a crise passará ou não pelo aumento da liberdade económica, analisando também os resultados dos índices nos próximos anos.

Keywords

Economic Freedom, Indexes of Economic Freedom, Portugal, Economic Growth

Abstract

Following the severe crisis verified in Europe, and particularly in Portugal, governments have been recognizing economic liberalization as a solution. This study aims to analyze the evolution of economic freedom in Portugal from 1970 to 2012, using the existing indexes of economic freedom. Drawing on the existent studies, this thesis analyzes the two main indexes that measure economic freedom, describing its development, its methodology and major general results. The evolution of Portugal in both indexes is analyzed, and the results are crossed with the public policies adopted by Portugal in the last decades. Portugal adhesion to the European Economic Community (EEC) was confirmed as the most important moment for increasing economic freedom in the country. Portugal stands out in the area related to the monetary policies; however, it has limitations in the areas related to the labor market and the size of the State. Future studies may verify if the way to tackle the crisis will pass, or not, by increasing economic freedom, analysing the results of the indexes in the next years.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| ÍNDICE DE GRÁFICOS E MAPAS | ix |
| ÍNDICE DE TABELAS | x |
| 1. Introdução | 1 |
| 2. A Liberdade Económica | 5 |
| 2.1. Liberalismo Económico..... | 5 |
| 2.2. Definição de Liberdade Económica..... | 14 |
| 2.3. A importância da Liberdade Económica..... | 18 |
| 2.3.1. Contributo da Liberdade Económica para o crescimento económico..... | 19 |
| 2.3.2. Liberdade Económica como catalisador de boas relações internacionais e da paz | 21 |
| 2.3.3. Liberdade Económica vs Corrupção | 22 |
| 3. Medição da Liberdade Económica | 24 |
| 3.1. Como surgiram os índices de Liberdade Económica e a sua importância..... | 24 |
| 3.2. Metodologia do Economic Freedom of the World..... | 28 |
| 3.3. Metodologia do Index of Economic Freedom | 34 |
| 3.4. Panorama geral da Liberdade Económica no Mundo | 40 |
| 4. Liberdade Económica em Portugal – 1970 a 2012..... | 45 |
| 4.1. Evolução histórica dos Resultados de Portugal no Economic Freedom of the World | 45 |
| 4.2. Evolução histórica dos Resultados de Portugal no Index of Economic Freedom ... | 50 |
| 4.3. Comparação entre os resultados nos dois índices..... | 55 |
| 4.4. Análise dos Resultados: Liberdade Económica e Políticas Públicas..... | 56 |
| 4.5. Comparação com países próximos geográfica, cultural, económica e historicamente | 64 |
| 4.5.1. Portugal vs Espanha vs Grécia..... | 64 |
| 4.5.2. Portugal vs Brasil vs PALOP (Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau) | 69 |
| 5. Conclusão | 73 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 79 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS E MAPAS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1- Economic Freedom and Annual GDP/Capita Grow, 1990-2000 (Gwartney and Lawson, 2002 in Niclas Berggren, 2003)..... | 19 |
| Gráfico 2 – Relação entre Liberdade Económica e Prosperidade (Gwartney, Lawson & Hall, 2011) | 20 |
| Gráfico 3- Liberdade Económica vs Corrupção (Castro, 2008) | 23 |
| Gráfico 4 - Evolução do score médio (chain-linked) do EFW para os 102 países avaliados desde 1980 (Gwartney, Lawson & Hall, 2011) | 41 |
| Gráfico 5- Evolução do score médio mundial de Liberdade Económica do IEF: 1995-2011 (Miller & Holmes, 2011) | 42 |
| Gráfico 6- Evolução do Score Geral e do Ranking de Portugal no EFW de 1970 a 2009 (http://www.freetheworld.com/) | 45 |
| Gráfico 7– Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Espanha e Grécia de 1970 a 2009 para o índice EFW | 65 |
| Gráfico 8– Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Espanha e Grécia de 1995 a 2012 no índice IEF..... | 67 |
| Gráfico 9– Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Brasil e Cabo Verde de 1995 a 2012 no índice IEF..... | 70 |
| Gráfico 10– Evolução da Liberdade Económica em Moçambique, Angola e Guiné Bissau de 1995 a 2012 no índice IEF..... | 71 |
| Gráfico 11- Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Brasil, Angola, Guiné Bissau e Moçambique de 1970 a 2009 no índice EFW..... | 72 |
| Mapa 1 – Mapa-Mundo da Liberdade Económica (http://www.heritage.org/index/) | 44 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Áreas, Variáveis e Sub-Variáveis do Índice de Liberdade Económica EFW (Gwartney, Lawson & Hall, 2011)..... | 29 |
| Tabela 2- Evolução dos scores (geral e por área) de Portugal no EFW de 1970 a 2009 . | 46 |
| Tabela 3 – Evolução dos scores (geral e das componentes) de Portugal no IEF de 1995 a 2012 | 50 |
| Tabela 4- Possíveis Correspondências entre o Índice EFW e o Índice IEF..... | 55 |

1. Introdução

O cenário atual de globalização faz com que nos deparemos com um mercado sem fronteiras, face: (a) ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); (b) a uma maior facilidade de acesso aos dados; e (c) a uma circulação mais rápida de fluxos de bens e informação. Estas alterações estiveram na origem de fortes mudanças para a Economia, nomeadamente o aumento da competitividade e a consequente necessidade de inovar e empreender. Num mundo crescentemente globalizado faz cada vez mais sentido a ideia de um “mercado livre”, há muito defendido por autores como Adam Smith ou, mais recentemente, Milton Friedman, ambos defensores do liberalismo clássico. Um mercado sem barreiras, em que haja concorrência e competitividade, em que a regulação não seja excessiva e limitadora, a propriedade seja protegida e as ideias possam ser postas em prática; um mercado em que a economia possa prosperar. Associado a este mercado livre encontra-se a liberdade económica. De acordo com o *Economic World Freedom* (EFW) e o *Index of Economic Freedom* (IEF), a liberdade económica consiste na capacidade que cada indivíduo tem de proteger a sua propriedade de terceiros (desde que adquirida de forma legítima) e de usá-la ou transacioná-la da forma que entender desde que respeite os direitos e liberdades de cada um, sem interferência ou constrangimentos do Estado ou outros (Gwartney, Lawson et Hall, 2011; Miller & Holmes, 2011). De acordo com Friedman (1962), o governo - a pátria - não é nem o pai, que garante a subsistência dos seus cidadãos, nem o amo ou a divindade, que deve ser servido e idolatrado. “*Para o homem livre, a pátria é o conjunto de indivíduos que a compõem, e não algo acima e além deles.*” (Friedman, 1962 pg. 1). O homem livre é responsável pelo seu próprio destino.

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar a evolução dos índices de liberdade económica para Portugal desde 1970 a 2012. A escolha deste tema foi pautada por razões associadas à sua pertinência e relevância no cenário atual, pois todos os dias somos bombardeados nos *media* com assuntos relacionados com a economia, nomeadamente a grave crise económica que afeta o nosso país, em particular, e a Europa, em geral. A partir da análise dos índices de liberdade económica poder-se-á ficar com a noção de que existem áreas onde Portugal poderá evoluir e outras em que se está a trabalhar de forma positiva. Outra razão que me levou a optar por este tema foi a escassez de investigação existente sobre o mesmo, o que faz com que este seja um desafio mais aliciante e pertinente. O objetivo deste trabalho consiste em perceber como

evoluíram os índices de liberdade económica em Portugal desde 1970 e quais as possíveis razões associadas a essa evolução. Qual o grau de liberdade económica existente em Portugal no período final do Estado Novo? Terá tido a revolução de 25 de Abril de 1974, que trouxe o fim da ditadura, imediatamente um impacto positivo no índice de liberdade económica em Portugal? Terá a entrada para a União Europeia contribuído significativamente para o aumento do score de liberdade económica de Portugal? Quais as áreas da liberdade económica mais fortes e as áreas com mais limitações em Portugal? Estas e outras perguntas encontrarão resposta nesta dissertação, sendo a principal questão de investigação deste trabalho a seguinte: De que forma e por que razões evoluíram os índices de liberdade económica para Portugal desde 1970 até 2012?

Para a concretização dos objetivos traçados, iremos recorrer aos dois reconhecidos índices de liberdade económica: o *Economic Freedom of the World 2011*, da autoria de James Gwartney, Robert Lawson e Joshua Hall e publicado em 2011 pelo *Fraser Institute*; e o *2011 Index of Economic Freedom*, da autoria de Terry Miller e Kim Holmes e publicado em 2011 pela *The Heritage Foundation* em conjunto com o *Wall Street Journal*. Ambos os índices têm como objetivo medir o grau de liberdade económica presente em cada nação do mundo, diferindo no entanto em alguma da sua metodologia. Em termos de fontes, tanto o EFW como o IEF se baseiam em dados de instituições externas credíveis como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Fórum Mundial da Economia, que possuem uma vasta base de dados sobre a maior parte dos países. Já em termos de construção de índice, existem algumas diferenças. O índice do EFW divide-se em cinco grandes áreas de liberdade económica: «tamanho do estado», «estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade», «acesso ao dinheiro», «liberdade de comércio internacional» e «regulação do crédito, do trabalho e das empresas». Estas áreas encontram-se divididas em variáveis e sub-variáveis, num total de 42 variáveis diferentes. As variáveis são avaliadas numa escala de 0 a 10 em consonância com os dados disponíveis, sendo 10 o máximo de liberdade. É sempre efetuada a média das sub-variáveis para obter o valor da variável, e a média das variáveis para obter o valor de cada área. No final é feita a média das cinco áreas para encontrar o grau de liberdade económica de cada país, já que cada uma tem o mesmo peso (20%) para o resultado final (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). O IEF, por seu turno, divide-se em dez componentes principais de liberdade económica, sendo cada componente classificado numa escala de 0 a 100, sendo 100 o máximo de liberdade. Os componentes são: «liberdade empresarial», «liberdade de comércio», «liberdade fiscal», «tamanho do estado», «liberdade monetária», «liberdade de investimento», «liberdade

financeira», «direitos de propriedade», «liberdade da corrupção» e «liberdade no mercado de trabalho». Tal como no EFW, estes componentes são constituídos por um conjunto de variáveis (nuns casos maior, em outros menor) e cada componente tem o mesmo peso (10%) na classificação final do grau de liberdade económica de um país (Miller & Holmes 2011). Em traços gerais é esta a metodologia utilizada nos dois índices, mas esta virá a ser desenvolvida no terceiro capítulo deste trabalho.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro a Introdução, em que é apresentado o tema e a estrutura do trabalho. O segundo capítulo deste trabalho, intitulado “A Liberdade Económica”, funcionará como uma revisão da literatura, tendo-se recorrido aos estudos de Adam Smith e Milton Friedman para desenvolver o tema do liberalismo económico. A escolha destes dois autores justifica-se pela importância e relevância das suas obras nesta área. Smith é frequentemente considerado o pai do Liberalismo Económico, e Friedman, sendo um dos mais conceituados economistas do século XX, esteve diretamente envolvido na criação dos índices de liberdade económica, sendo portanto pertinente abordar a sua obra. Será depois definido o conceito de Liberdade Económica de forma detalhada. Posteriormente, irão ser abordados vários estudos que revelam a importância da Liberdade Económica e que sugerem o seu efeito positivo para o crescimento económico, a manutenção da paz ou a prevenção da corrupção (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). O capítulo 3, “Medição da Liberdade Económica”, apresentará os dois índices de liberdade económica referidos anteriormente. Começar-se-á por abordar o aparecimento destes índices bem como a sua importância/relevância. Seguidamente descrever-se-á de forma mais detalhada a metodologia utilizada na construção de cada um dos índices, atentando no tratamento das diversas componentes e suas variáveis. Na parte final deste capítulo será discutido o panorama geral da Liberdade Económica a nível mundial, avaliando-se a evolução global da mesma nas últimas décadas, mencionando-se os rankings e scores das economias mais importantes nos dois índices e identificando quais os países e regiões mais livres e menos livres e também aqueles que mais cresceram e que mais regrediram em termos de liberdade económica. Serão indicadas as áreas em que a liberdade económica está mais presente e aquelas onde não é tão visível. Este capítulo servirá de introdução ao capítulo seguinte, onde se aprofundará o caso português. No quarto capítulo, “*Liberdade Económica em Portugal – 1970 a 2012*”, analisar-se-á a evolução dos resultados de Portugal nos dois índices, de forma geral, e para cada indicador em particular, de forma descritiva, no período de 1970 a 2009 no caso do Economic Freedom of the World, que à altura da realização deste trabalho apenas tinha dados para o ano de 2009, e no período

de 1995 a 2012 no caso do Index of Economic Freedom, dado que este apenas começou a ser realizado mais tarde, não existindo dados para anos anteriores a 1995. Seguidamente, é efetuada uma comparação entre os resultados obtidos nos dois índices, procurando aquilatar se realmente, e apesar de diferenças na metodologia, ambos apontam na mesma direção. Posteriormente, serão analisados os resultados obtidos por Portugal nos índices, propondo-se algumas explicações/causas para os mesmos, cruzando estes resultados com outros dados referentes à economia portuguesa, nomeadamente os presentes no livro “A economia portuguesa nas últimas décadas”, da autoria de Luciano Amaral. Por fim, procurar-se-á comparar os resultados de Portugal com países que lhe são de alguma forma próximos, seja económica, geográfica ou historicamente, no sentido de perceber em que posição se encontra Portugal relativamente a estes. Antigas colónias portuguesas como o Brasil, Angola, Moçambique, ou países do Sul da Europa como Espanha e Grécia serão interessantes bases de comparação para contextualizar a evolução de Portugal em termos de liberdade económica.

A conclusão é o quinto (e último) capítulo. Com base em tudo o que foi realizado, serão apresentadas as principais conclusões desta dissertação, as principais implicações do estudo desenvolvido e também algumas pistas para investigação futura. Recorrendo à análise efetuada no capítulo anterior, serão indicados os pontos mais fortes de Portugal, aqueles em que obteve melhores resultados, e as áreas em que o país necessita forçosamente de melhorar para ser economicamente mais livre e usufruir dos possíveis benefícios que daí possam advir.

2. A Liberdade Económica

2.1. Liberalismo Económico

Quando se trabalha o tema da liberdade económica, é incontornável abordar a obra de Adam Smith (1723-1790), um filósofo e economista escocês apontado por muitos como o pai do liberalismo económico. O seu livro “*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nation*”, publicado em 1776, é considerado um dos mais influentes livros alguma vez escritos, tendo transformado e modernizado o pensamento económico através de uma nova compreensão do funcionamento da sociedade humana (Butler, 2007 pg. 25). Dada a complexidade da obra e o âmbito do nosso trabalho, a revisão que aqui será feita da mesma terá como base, não o original, mas sim o recente trabalho “Adam Smith – a Primer”, da autoria de Eamonn Butler, diretor do Instituto Adam Smith.

No tempo de Smith, no século XVIII, o sistema económico que vigorava era o mercantilismo, que media a riqueza de um país através das reservas de ouro e prata que este possuía. A troca beneficiava apenas o país vendedor, já que o mesmo recebia estes metais por determinado produto, tornando-se mais rico. Ao invés, o comprador tinha que ceder alguns destes recursos como forma de pagamento, tornando-se mais pobre. De maneira a evitar que a riqueza das nações se esvaziasse, foram criados diversos controlos sobre o comércio, nomeadamente taxas de importação, subsídios de exportação e proteção das indústrias domésticas. A suspeita abateu-se sobre todo o comércio e esta cultura de protecionismo impregnou-se também a nível doméstico (Butler, 2007 pg. 25). “*The Wealth of Nations*” viria a ser escrito por Adam Smith em parte para influenciar os políticos a abandonar estas políticas que restringiam e distorciam o comércio, ao invés de o deixar prosperar livremente. Smith mostrou que o mercantilismo se baseava em um erro e era contraproducente, argumentando que quando uma troca é feita livremente, ambas as partes saem a ganhar, já que ninguém quereria fazer uma troca se soubesse que ficaria a perder (Butler, 2007 pg. 37). A riqueza de uma nação não se deveria medir pela quantidade de ouro ou prata que esta possuía, mas sim pelo total da sua produção e comércio, o equivalente ao que atualmente se denomina de Produto Interno Bruto (PIB) (Butler, 2007 pg. 38). Smith defende que uma nação é rica no mesmo grau em que os seus trabalhadores e gerentes são habilidosos e no mesmo grau em que esses mesmos trabalhadores e gerentes estão utilmente empregados (Letwin, 1990 pg. 26). O enriquecimento de uma nação não passaria necessariamente pelo empobrecimento de outras, pelo contrário:

“A nation that would enrich itself by foreign trade, is certainly most likely to do so when its neighbours are all rich, industrious, and commercial nations. A great nation surrounded on all sides by wandering savages and poor barbarians might, no doubt, acquire riches by the cultivation of its own lands, and by its own interior commerce, but not by foreign trade” (Smith citado por West, 1990 pg. 16)

Smith defendeu que o comércio aumentaria a prosperidade de uma nação tanto quanto a agricultura ou a fabricação, e a melhor maneira de maximizar a capacidade produtiva de uma nação seria liberalizar o comércio, promovendo um mercado aberto e competitivo em que a troca fosse livre e não existisse coerção, e não limitá-lo através dos mais variados mecanismos de regulação e controlo, apesar da necessidade da existência de algumas regras para manter o equilíbrio do mesmo (Butler, 2007 pg. 26). Para Smith, todos os homens deveriam poder agir livremente, trabalhar onde e como quisessem e cobrar os preços que eles desejassem cobrar, tendo total liberdade para procurar maximizar os seus ganhos pessoais (Rosten, 1990 pg. 8). Esta liberdade não levaria ao caos, mas sim à ordem e concordância. Smith apercebeu-se que a harmonia social surgiria naturalmente, como que guiada por uma “mão invisível”, já que, segundo o mesmo, a natureza do ser humano leva-o a esforçar-se para encontrar formas de viver e trabalhar com o outro, apesar do seu egoísmo. Nas palavras de Smith,

“Every individual... neither intends to promote the public interest, nor knows how much he is promoting it... he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends only his own gain, and he is in this, as in many other cases, led by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention.” (Smith citado por Butler, 2007 pg. 112)

A liberdade e o egoísmo (no sentido da defesa dos interesses próprios e não no sentido do desejo do mal do outro) conduziriam a um uso mais eficiente dos recursos, sendo a terra, o capital, as capacidades, o conhecimento, o tempo, a iniciativa e a criatividade de uma nação atraídos automaticamente para os fins que as pessoas mais valorizam, sem ser necessária a intervenção do governo (Butler, 2007 pg. 27). De acordo com Smith, ao perseguir os seus próprios interesses, o indivíduo frequentemente promove os interesses da sociedade de forma mais efetiva do que se o tentasse verdadeiramente fazer, mas apenas quando o mercado é livre, aberto e verdadeiramente competitivo (West, 1990 pg. 16). Smith audaciosamente argumentou que o mercado livre permite que os interesses privados e as paixões do homem sejam convertidas em consequências mais de acordo com os interesses da sociedade como um todo (Rosten, 1990 pg. 8). Quando um bem é

escasso, as pessoas estão dispostas a pagar mais por esse bem, o que motiva os produtores a investirem capital para aumentarem a produção destes bens, já que desta forma alcançarão maiores lucros e realizarão os seus interesses próprios, satisfazendo ao mesmo tempo as necessidades mais urgentes dos outros. A garantia da troca livre e da competição é no entanto fundamental para que este sistema seja automático e funcione corretamente, caso contrário os produtores poderão, através de monopólios por exemplo, aplicar preços demasiado elevados, distorcendo o mercado e prejudicando as pessoas, sobretudo as mais pobres (Butler, 2007 pg. 38).

“Competition and free exchange are under threat from the monopolies, tax preferences, controls and others privileges that producers are able to extract from the government authorities” (Smith citado por Butler, 2007 pg. 39)

Outro dos temas centrais da obra de Smith é a divisão do trabalho, a especialização. Ao se dividir o processo de produção em várias pequenas tarefas, sendo cada uma destas tarefas realizada por pessoas especializadas nas mesmas, os ganhos em eficiência são enormes. Para comprovar esta ideia, Smith dá o exemplo de uma fábrica de alfinetes. Embora possa parecer algo simples, a verdade é que o processo de produção dos alfinetes envolve cerca de 18 diferentes tarefas. Uma única pessoa dificilmente conseguiria fazer mais de 20 alfinetes por dia. No entanto, uma equipa de dez pessoas, em que cada pessoa é responsável pelo desempenho de apenas uma ou duas tarefas específicas no processo de produção dos alfinetes, pode chegar a fazer cerca de 48000 alfinetes por dia, o correspondente a 4800 alfinetes por pessoa e a uma produção cerca de 240 vezes superior à realizada por uma única pessoa (Butler, 2007 pg. 40). A eficiência advém da apetência adquirida pela pessoa ao fazer a mesma tarefa repetidas vezes, tornando-se especialista e executando a sua tarefa em cada vez menor tempo e com maior qualidade, e também do tempo que é poupado na transição de uma tarefa para outra (Butler, 2007 pg. 40). Ao encorajar a especialização, que conduzirá ao crescimento da habilidade, a divisão do trabalho contribui para o aumento do rendimento nacional (Letwin, 1990, pg. 26). Nas palavras de Smith:

“It is the great multiplication of the productions of all the different arts, in consequence of the division of labour, which occasions, in a well-governed society, that universal opulence which extends itself to the lowest ranks of the people” (Smith citado por Butler, 2007 pg. 105)

O excedente que é produzido torna-se uma importante mais-valia. Mas para que a especialização seja realmente benéfica e esta mais valia seja rentabilizada, e para que cada pessoa aceite conscientemente correr o risco de abandonar a autossuficiência, todos os membros de uma comunidade devem estar dispostos a trocar os seus produtos especializados pelos produtos especializados dos outros (Letwin, 1990 pg. 26) Citando Letwin, *“...being rational, a man sees that he improves his condition by giving something he does not want very much for another thing that he wants more. The motive of trade, then, is the benefit each man expects from it. Animals, foreseeing no such thing, live as self-sufficient individuals.”* (Letwin, 1990 pg. 26)

A eficiência da especialização faz-se sentir também entre países, já que um país dedica-se à exportação dos bens que produz melhor ao mesmo tempo que importa os bens que outros países são especialistas em produzir. Este processo poderá ser feito através da troca direta de uns bens por outros, e ambas as partes sairão a ganhar, já que ambas conseguem os bens que queriam de forma mais acessível do que se tivessem que os produzir. Ambos ficam mais ricos com a troca e ambos beneficiam da especialização dos outros, mesmo que cada parte proceda à troca pensando apenas nos seus interesses e não no bem-estar do outro (Butler, 2007 pg. 42). Relembrando uma das famosas frases de Smith,

“It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our necessities but of their advantages” (Smith citado por Butler, 2007 pg. 43)

Além da troca de bens por bens, existe sempre a possibilidade de trocar os bens por dinheiro, dinheiro que por si só, segundo Smith, não tem valor intrínseco, mas que poderá ser utilizado para comprar outro tipo de bens. Mas como é definido o preço dos bens? Esta foi outra das questões abordadas por Smith na sua obra. Resumidamente, o preço de um bem deve ter em conta os custos da sua produção. Smith inovou ao perceber que os fatores de produção não se podiam limitar apenas ao trabalho/*labour* (o esforço físico e intelectual investido na produção pelos trabalhadores), devendo ser considerados também a terra/*land* (terreno, recursos naturais) e o capital (ferramentas, maquinaria, edifícios) (Butler, 2007). Smith considera os custos totais de produção como o preço natural de um produto. O preço de mercado, ao qual os produtos são realmente trocados, pode ser mais alto ou mais baixo do que o preço natural, dependendo da procura que o produto tem e da quantidade de produto disponível no mercado (Butler, 2007 pg. 46).

Naturalmente, se o preço de mercado for superior aos custos totais de produção, os produtores obtêm lucro; se for inferior os produtores têm prejuízo. O preço de mercado nunca permanece muito tempo abaixo do custo de produção, pois os produtores acabam por parar a produção em vez de acumularem prejuízos. Da mesma forma, o preço de mercado também não permanece muito tempo acima do custo de produção, pois outros produtores aperceber-se-ão que podem obter lucros e farão competição, aumentando a oferta e levando a que o preço de mercado baixe de novo (Butler, 2007 pg. 47). Na visão de Smith, sempre que o preço de mercado é diferente do preço natural, o mecanismo de preços tende a corrigir-se automaticamente, havendo sempre a tendência para o preço de mercado se ir aproximando do preço natural, o preço que Smith considera ser o mais justo já que cobre exatamente os custos de produção, o que faz com que o governo não necessite de intervir sob o pretexto de tornar os preços mais justos, dado que o mercado já o faz de forma automática (Letwin, 1990 pg. 34). Além da compra de outros bens, o dinheiro pode também ser usado para investir na melhoria dos processos de produção, contribuindo para a acumulação de capital que conduzirá à criação de maior riqueza no futuro. Para esta acumulação de capital acontecer importa no entanto que estejam garantidas condições de segurança para evitar que o mesmo seja roubado. Os países que mais aumentam, melhor gerem e melhor protegem o seu capital, são aqueles que mais prosperam. (Butler, 2007 pg. 38).

A questão da proteção da propriedade remete-nos para o papel que Smith entende que o governo deve desempenhar. Apesar de ser um crítico do governo e considerar que o mesmo é muitas vezes usado para servir interesses obscuros, Smith considera o mesmo fundamental para o correto funcionamento da economia de mercado, devendo mantê-la aberta e livre. A mesma só poderá funcionar e ser benéfica se a propriedade for protegida e os contratos forem honrados, cabendo ao governo garantir o cumprimento destas regras, devendo a Justiça e o Direito ser funções essenciais do governo, bem como a Defesa, a fim de evitar que a nossa propriedade seja roubada por uma força estrangeira. Smith admite ainda que o governo deva desempenhar um papel na construção de infraestruturas bem como na promoção da educação, mas não vai além disto, entendendo que o governo deve ser limitado e desempenhar pouco mais do que estas funções chave (Butler, 2007). Relativamente à taxação, apesar de corrosivamente afirmar que,

“there is no art which one government sooner learns of another than that of draining from the pockets of the people” (Smith citado por Butler, 2007 pg. 108)

Smith aceitou-a como necessária em algumas áreas mas propôs alguns princípios para a aplicação das mesmas: devem ser proporcionais ao rendimento; devem ser certas; devem ser convenientes de pagar e devem ter um efeito lateral mínimo, devendo ser fáceis de recolher, não devendo atrasar o progresso da indústria e das empresas, não devendo ser demasiado pesadas ao ponto de encorajar as pessoas a procurarem esquivar-se ao seu pagamento e não devendo requerer a visita frequente dos cobradores de taxas (Butler, 2007 pg. 70). Apesar da visão de Smith relativamente ao papel do governo ser um pouco mais abrangente do que seria de esperar, ele termina “*The Wealth of Nations*” alertando para a tendência do governo para gastar mais do que aquilo que tem, contraindo défice público, levando a que o capital que deveria ser utilizado para o investimento e crescimento seja utilizado para pagar as atividades do governo, algo que constitui uma verdadeira ameaça à liberdade e à prosperidade (Butler, 2007 pg. 71).

Já no século XX, Milton Friedman foi outro dos seguidores do Liberalismo, partilhando muitas das visões de Adam Smith. Nascido nos Estados Unidos em 1912, Friedman foi um dos mais importantes economistas do século XX, sendo o seu livro *Capitalism and Freedom*, publicado em 1962, considerado uma obra de referência na literatura económica. Shleifer (2009) classifica mesmo o período de 1980-2005 como a “Idade de Milton Friedman”, devido à influência que o trabalho de Friedman teve na propagação de políticas de mercado livre um pouco por todo o mundo durante este período, inspirando vários líderes políticos, nomeadamente Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Deng Xiao Ping, que em 1979/1980 iniciaram importantes reformas de liberalização do mercado na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na China respetivamente. O principal tema de *Capitalism and Freedom* é o papel do capitalismo competitivo como um sistema de liberdade económica e condição necessária à liberdade política, debruçando-se ainda sobre o papel que o governo deve desempenhar numa sociedade que se queira livre (Friedman, 1962 pg. 4). A opção de abordar a obra de Friedman em detrimento de outros igualmente importantes economistas prende-se com o facto de o mesmo ter estado profundamente ligado ao desenvolvimento dos índices de liberdade económica, como se verá mais à frente, tendo sido uma passagem do seu livro *Capitalism and Freedom*, que relacionava a liberdade política com o mercado livre, a despoletar uma discussão em torno desta temática, à qual se seguiu um longo processo de estudo e pesquisa envolvendo alguns dos mais conceituados economistas (incluindo claro o próprio Friedman, que participou ativamente neste processo), e que viria a culminar na construção e publicação do primeiro índice de liberdade económica do Fraser Institute (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Recuperando essa passagem,

“Historical evidence speaks with a single voice on the relation between political freedom and a free market. I know of no example in time or place of a society that has been marked by a large measure of political freedom, and that has not also used something comparable to a free market to organize the bulk of economic activity” (Friedman, 1962 pg. 9)

Friedman recupera o termo liberalismo no seu significado clássico, em que a liberdade é o *“objectivo máximo e o indivíduo é a entidade principal da sociedade”* (Friedman, 1962 pg. 5). Embora na Europa a ideia de liberalismo tenha permanecido a mesma desde o início do século XIX, nos Estados Unidos, a partir de 1930, este termo passou a ser associado a um movimento intelectual diferente, que defendia o aumento do papel do Estado em detrimento da atividade privada e voluntária como forma de promover o bem-estar e a igualdade, passando a liberdade para segundo plano (Friedman, 1962 pg. 5). Tendo Friedman nascido nos Estados Unidos, julgo ser pertinente destacar esta distinção para que não haja qualquer dúvida sobre o seu posicionamento, embora este esteja bem vincado nas suas ideias. Friedman foi um firme opositor deste movimento, considerando que o mesmo constituía um regresso às políticas de intervenção estatal e paternalismo, ao mercantilismo do século XVII, contra o qual os liberais clássicos, como Adam Smith por exemplo, tanto haviam lutado (Friedman, 1962 pg. 5). Para Friedman, o Estado não está acima do indivíduo.

“To the free man, the country is the collection of individuals who compose it, not something over and above them. He is proud of a common heritage and loyal to common traditions. But he regards government as a means, an instrumentality, neither a grantor of favors and gifts, nor a master or god to be blindly worshipped and served.” (Friedman, 1962 pg. 1)

No entanto, Friedman considera que o governo é fundamental para preservar a liberdade do indivíduo e permitir que este a exerça, apesar de, simultaneamente, representar um perigo a essa mesma liberdade, devido a concentrar poder em mãos políticas, sempre suscetíveis de serem corrompidas.

“Our minds tell us, and history confirms, that the great threat to freedom is the concentration of power. Government is necessary to preserve our freedom, it is an instrument through which we can exercise our freedom; yet by concentrating power in political hands, it is also a threat to freedom. Even though the men who wield this power initially be of good will and even though they be not corrupted by the power they exercise, the power will both attract and form men of a different stamp.” (Friedman, 1962 pg. 2)

Friedman refere dois princípios constitucionais relativos ao governo fundamentais para preservar a liberdade do indivíduo. Primeiro,

“the scope of government must be limited. Its major function must be to protect our freedom both from the enemies outside our gates and from our fellow-citizens: to preserve law and order, to enforce private contracts, to foster competitive markets” (Friedman, 1962 pg. 2).

Além destas funções essenciais (Defesa, Ordem, Justiça e Direito), Friedman admite que o governo possa desempenhar outras funções, que sejam mais difíceis ou dispendiosas se feitas individualmente, mas alerta para o perigo que daí possa advir para a liberdade económica, devendo esta intervenção apenas ser feita caso daí resultem claras e significativas vantagens (Friedman, 1962 pg. 2). A cooperação voluntária e a iniciativa privada devem no entanto ser maioritárias tanto na atividade económica como em outras actividades, constituindo um limite ao poder e funções do governo e uma proteção às liberdades do indivíduo (Friedman, 1962 pg. 3). O segundo princípio apontado por Friedman é o da distribuição do poder. É melhor que o poder esteja distribuído do que centralizado, pois permite alternativas (diferentes políticas em diferentes cidades) e maior liberdade aos indivíduos. A centralização é benéfica quando são feitas coisas acertadas, da mesma forma que se torna prejudicial quando são feitas coisas erradas, além de que o que é considerado bom para uns, pode ser visto como mau por outros (Friedman, 1962 pg. 3).

Além de preservar a liberdade, a limitação e descentralização do poder do governo foi fundamental, segundo Friedman, para os grandes progressos da civilização nas diversas áreas, pois proporcionou um clima social que permitia a diversidade, permitindo que os génios, com os seus pontos de vista minoritários, desenvolvessem as suas atividades e fizessem a sociedade evoluir (Friedman, 1962 pg. 3-4)

“The greatest advances of civilization, whether in architecture or painting, in science and literature, in industry or agriculture, have never come from centralized government.” (Friedman, 1962 pg. 3)

Quando o governo impõe padrões uniformes de habitação, alimentação, organização escolar ou organização sanitária por exemplo, o governo poderá melhorar o nível de vida de muitos indivíduos e contribuir para o desenvolvimento de determinadas áreas e comunidades, mas durante este processo, o progresso é substituído por estagnação, e a diversidade que permite a evolução é substituída pela mediocridade uniforme (Friedman,

1962 pg. 4). Friedman considera que economia e política não podem ser vistas de forma separada, já que apresentam fortes interligações. O ideal do «socialismo democrático», um sistema que adoptasse a organização económica do «socialismo totalitário» da Rússia comunista, mas que substituísse o totalitarismo pela democracia como forma de garantir a liberdade individual, é visto por Friedman como uma mera ilusão, já que, segundo o mesmo, uma sociedade socialista não pode ao mesmo tempo ser democrática (garantir a liberdade individual), fruto da profunda relação entre economia e política (Friedman, 1962 pg. 7-8). Para Friedman, determinadas combinações de organizações económicas com organizações políticas são altamente improváveis. Já o capitalismo como organização económica, pode promover duplamente a liberdade na sociedade, em primeiro lugar porque defende a liberdade económica, que é parte da liberdade em geral, e em segundo lugar porque a liberdade económica presta um contributo decisivo para a obtenção da liberdade política, nomeadamente através da separação do poder económico do poder político (Friedman, 1962 pg. 9). Lawson e Clark (2010) comprovam a ideia de Friedman de que não existindo liberdade económica num país, dificilmente existirá liberdade política, ilustrando com os casos concretos de Chile, Israel e Venezuela. Apesar de a História mostrar que em sociedades em que a liberdade política esteve fortemente presente, a organização económica destas era semelhante ao mercado livre, Friedman alerta para o facto do capitalismo por si só não ser uma condição suficiente para garantir a liberdade política, lembrando os exemplos da Itália fascista ou da Espanha fascista, entre outros, que de forma alguma podem ser consideradas sociedades politicamente livres, o que demonstra que é perfeitamente possível uma sociedade ter uma organização económica capitalista mas ao mesmo tempo apresentar uma organização política que não seja livre (Friedman, 1962 pg. 10). Ainda assim, Friedman defende que a liberdade está mais presente neste tipo de sociedades do que em sociedades dominadas pelo socialismo totalitário, como a Rússia ou a Alemanha Nazi, já que o capitalismo permite atenuar o poder centralizado do Estado (Friedman, 1962 pg. 10). Citando Friedman,

“Even in Russia under the Tzars, it was possible for some citizens, under some circumstances, to change their jobs without getting permission from political authority because capitalism and the existence of private property provided some check to the centralized power of the state” (Friedman, 1962 pg. 10)

Num mercado livre, a troca só acontece quando ambas as partes estiverem de acordo e beneficiem da mesma, existindo cooperação e não coerção, não sendo

atropelados os interesses pessoais de alguns indivíduos em virtude da satisfação de um suposto interesse geral, algo que acontece no socialismo, em que o governo tira de uns para beneficiar outros (Friedman, 1962). O mercado livre não dispensa no entanto, como já referido, a existência de um governo, que é essencial para determinar as regras do jogo, funcionando como um árbitro que interpreta e faz cumprir estas mesmas regras (Friedman, 1962 pg. 15).

“The existence of a free market does not of course eliminate the need for government. On the contrary, government is essential both as a forum for determining the “rule of the game” and as an umpire to interpret and enforce the rules decided on.” (Friedman, 1962 pg. 15)

Este governo terá no entanto uma participação reduzida neste jogo, sendo esse, de acordo com Friedman, o mérito do mercado livre, que ao retirar o controlo da organização da atividade económica ao governo, elimina o poder coercivo do mesmo, preservando a liberdade e possibilitando um sistema político de representação proporcional (Friedman, 1962 pg. 15).

2.2. Definição de Liberdade Económica

“Individuals have economic freedom when property they acquire without the use of force, fraud, or theft is protected from physical invasions by others and they are free to use, exchange, or give their property to another as long as their actions do not violate the identical rights of others. Thus, an index of economic freedom should measure the extent to which rightly acquired property is protected and individuals are free to engage in voluntary transactions.” (Gwartney, Lawson & Block, 1996 pg. 12)

A Liberdade Económica não é algo fácil de definir, e principalmente de medir, já que é um conceito multidimensional. No entanto, a definição acima apresentada ilustra bem o que é a liberdade económica e quando ela está presente, e reflete não só o trabalho dos seus autores como também de estudos anteriores realizados por pioneiros nesta área, como Alvin Rabushka e Lindsey Wright (Gwartney, Lawson & Block, 1996). A existência e proteção da propriedade privada foram apontadas por ambos como elemento central da liberdade económica.

“Private property is the common denominator that underpins every liberal philosophical treatment of individual economic freedom. John Locke regarded the existence of private

property as the proper condition of man in a state of nature; the primary function of civil society, to which man granted the rights he enjoyed in the state of nature, was to protect and preserve private property. Most important, the state has no right to take any part of a man's property without his consent” (Alvin Rabushka citado por Gwartney, Lawson & Block, 1996 pg. 13)

“The freedom to have property and control its use is fundamental to the ability of individuals and groups to make economic choices independent of arbitrary intervention by others” (Lindsey Wright citada por Gwartney, Lawson & Block, 1996 pg. 13)

Alvin Rabushka também considerou o direito de escolha e a troca voluntária como importantes elementos da liberdade económica (Gwartney, Lawson & Block, 1996). A Liberdade Económica assenta então em quatro pilares fundamentais: o direito de escolha, a troca voluntária, a proteção da propriedade privada e ainda a liberdade de entrar e competir nos mercados (Gwartney, Lawson & Hall, 2011 pg. 1). O governo não deve criar barreiras ou restrições à criação de novas empresas ou negócios, não deve impedir a iniciativa privada, já que dessa forma estará a diminuir a liberdade económica. Para realmente existir liberdade económica, o indivíduo deve ser livre de escolher de acordo com as suas preferências e necessidades, sem ser coagido a tal por terceiros mas também sem desrespeitar ou violar os direitos e a liberdade dos outros. Os indivíduos são bem ou mal sucedidos de acordo com o esforço e as capacidades de cada um (Miller & Holmes, 2011). É ao indivíduo que compete avaliar a melhor forma de usar os seus recursos (tempo, talentos, conhecimentos), de forma a alcançar os seus objetivos, mas este não pode nunca apoderar-se dos recursos dos outros ou exigir que outros lhe forneçam os seus recursos. *“O uso de violência, o roubo, a fraude e a invasão física não são permitidas”*, os indivíduos são sim livres para escolher, trocar, cooperar e competir entre eles (Gwartney, Lawson & Hall, 2011 pg. 1). Têm a liberdade de usar, trocar, vender ou oferecer a sua propriedade (se legitimamente adquirida) de acordo com a sua vontade, desde que não violem os direitos dos outros (Miller & Holmes, 2011). Por propriedade do indivíduo entende-se não só a propriedade material mas também a sua força de trabalho, havendo portanto a liberdade de contratar e despedir trabalhadores mas também a liberdade do trabalhador se demitir se for essa a sua vontade, devendo em ambas as situações as partes agir de livre vontade e respeitando o contrato de trabalho se livremente celebrado. Numa sociedade economicamente livre, a proteção dos indivíduos e da sua propriedade de agressões de terceiros deve ser a principal missão do governo (Gwartney, Lawson & Hall, 2011).

De forma a obter um elevado índice de liberdade económica,

“...a country must provide secure protection of privately owned property, evenhanded enforcement of contracts, and a stable monetary environment. It also must keep taxes low, refrain from creating barriers to both domestic and international trade, and rely more fully on markets rather than the political process to allocate goods and resources.”
(Gwartney, Lawson & Hall, 2011 pg. 1)

Este conjunto de «medidas» reforça substancialmente os pilares da liberdade económica. A alusão à necessidade de confiar mais nos mercados e não tanto nos governos para o processo de alocação de recursos traz à baila a questão do papel do governo. Geralmente, quando a ação governamental interfere com a autonomia do indivíduo, a liberdade económica é limitada. No entanto, não se deve confundir liberdade económica com anarquia, pois não é esse o seu propósito. A liberdade económica implica responsabilidade da parte do indivíduo, já que ao mesmo tempo que disfruta da sua liberdade, o indivíduo tem que respeitar também a liberdade do outro (Miller & Holmes, 2011). É necessária ação governamental para que sejam garantidos três aspetos: a defesa dos cidadãos e sua propriedade, a evolução pacífica da sociedade civil e o direito do indivíduo a desfrutar dos frutos do seu trabalho (Miller & Holmes, 2011 pg. 20). Os cidadãos são taxados para que haja fundos para a sua proteção e da sua propriedade, bem como para a Defesa do país. “Bens públicos” como a manutenção de forças policiais (proteção), uma autoridade monetária para manter a moeda sólida e um sistema de justiça imparcial para garantir que os contratos são cumpridos, são elementos fundamentais numa sociedade economicamente livre (Miller & Holmes, 2011 pg. 20). No entanto, quando a ação do governo ultrapassa o nível mínimo necessário, pode ser prejudicial para a liberdade económica. O governo deve-se cingir às suas funções essenciais já acima referidas, caso contrário, embora por vezes com boas intenções (promoção da igualdade por exemplo), restringe a liberdade económica e desvia recursos que poderiam ser usados em investimentos ou consumo privado, trazendo consequências negativas para a economia (Miller & Holmes, 2011 pg. 20).

A liberdade económica, tal como a liberdade política e as liberdades civis, está associada a direitos «negativos», direitos de não-agressão, que protegem o indivíduo e a sua propriedade de invasões ou agressões de terceiros. Penso aqui ser importante distinguir os conceitos de liberdade económica, liberdade política e liberdades civis. A liberdade política está associada ao direito de voto e a outras formas de participação do indivíduo no processo político, bem como à existência de eleições democráticas, justas e

competitivas (Gwartney & Lawson, 2003 pg. 408) A liberdade civil engloba a liberdade de imprensa, a liberdade de opinião, o direito dos indivíduos se reunirem, o direito a um julgamento justo e o direito a ter diferentes visões relativamente à religião (Gwartney & Lawson, 2003 pg. 408). No entanto, e apesar de cobrirem diferentes aspetos da vida, o cerne destas liberdades é idêntico ao da liberdade económica. Olhando à liberdade política, a liberdade dos cidadãos de apoiar e votar no seu candidato ou partido preferido assenta no direito de escolha. Ao mesmo tempo, o facto de existir competição entre vários candidatos ou partidos demonstra a importância da interação voluntária e da liberdade para entrar e competir nos mercados, neste caso no mercado político, se assim se pode chamar (Gwartney & Lawson, 2003 pg. 408-409) Estamos perante pilares da liberdade económica. Da mesma forma, a interação voluntária e a liberdade para competir são também fundamentais na liberdade civil, nomeadamente no direito a reunir, na liberdade de religião e na liberdade de imprensa. A proteção da pessoa e da propriedade de agressões também está presente quando o indivíduo tem direito a um julgamento justo, que reflete a importância do sistema legal e da valorização dos contratos (Gwartney e Lawson, 2003 pg. 409). No entanto e apesar de partilharem a mesma fundação, é possível que numa sociedade existam níveis elevados de liberdade política e civil mas níveis baixos de liberdade económica. Gwartney e Lawson (2003) dão como exemplo uma democracia (liberdade política) em que o governo taxe os seus cidadãos a 50% ou mais (liberdade económica reduzida). O contrário também acontece, como é exemplo Hong Kong, em que existe um nível de liberdade económica elevado mas em que a liberdade política é reduzida, sendo a participação dos cidadãos no processo político muito limitada (Gwartney & Lawson, 2003 pg. 409). Contudo, quando existe liberdade económica, normalmente há tendência para existir liberdade política, como comprovaram Lawson e Clark (2010). O aumento da liberdade económica pode levar ao aumento da liberdade política e da liberdade civil (Gwartney & Lawson, 2003). Gwartney e Lawson (2003) referem os casos do Chile, Taiwan e Coreia do Sul como exemplos disto mesmo. Por outro lado, também se acredita que a presença de liberdade política e civil numa sociedade torna mais fácil o crescimento da liberdade económica, uma relação que se nota principalmente ao nível da estrutura legal. Sendo a credibilidade da lei e a justeza do processo judicial muito importantes para a liberdade económica, esta encontra condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento numa democracia, ao invés de uma ditadura em que o sistema legal apenas reflete a vontade de um forte líder político (Gwartney & Lawson, 2003). Voltando à questão dos direitos negativos, estes direitos, como acabámos de ver, podem ser possuídos por todos os indivíduos de igual

forma, já que não interferem com a liberdade de cada um. Há no entanto quem defenda que os indivíduos têm direitos «positivos», que o indivíduo tem direito a alimentação, casa, serviços médicos ou uma renda mínima, às chamadas condições mínimas de vida. Estes direitos no entanto implicam que alguns indivíduos têm o direito a impor algo aos outros. (Gwartney & Lawson, 2003)

“If A has a positive right to housing, for example, this logically implies that A has a right to force B to provide the housing. But in a negative rights context, A has no right to the labor of B or any other individual since B owns himself.” (Gwartney & Lawson, 2003 pg. 407)

Para alguns indivíduos usufruírem destes direitos, os outros verão os seus direitos negativos, de proteção de propriedade, desrespeitados, o que faz com que estes direitos «positivos» vão contra o conceito de liberdade económica. O facto de o governo taxar os cidadãos por serviços que estes não usufruem, de forma a proporcionar aos mais desfavorecidos melhores condições de vida, constitui, seguindo estes conceitos, uma ofensa aos direitos «negativos» dos cidadãos.

2.3. A importância da Liberdade Económica

“For many of us, freedom - economic, political, civil - is an end in itself not a means to other ends—it is what makes life worthwhile. We would prefer to live in a free country even if it did not provide us and our fellow citizens with a higher standard of life than an alternative regime. But I am firmly persuaded that a free society could never survive under such circumstances. A free society is a delicate balance, constantly under attack, even by many who profess to be its partisans. I believe that free societies have arisen and persisted only because economic freedom is so much more productive economically than other methods of controlling economic activity.” (Milton Friedman in Foreword of Economic Freedom of the World 1975-1995, 1996)

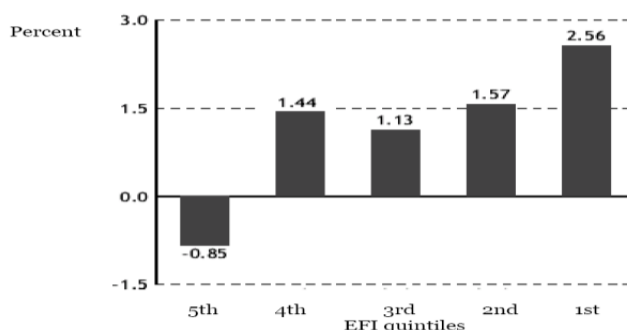
Em primeiro lugar, a nossa liberdade será certamente um dos bens mais preciosos que podemos ter. Sendo uma forma de liberdade, a liberdade económica só por si assume uma importância elevada. Além de que, como já referido, a liberdade económica pode fomentar o crescimento das liberdades política e civil. A liberdade de escolha do indivíduo e o poder sobre os seus recursos (físicos e intelectuais) é algo de extremo valor. Não obstante a liberdade económica dever ser um fim em si mesma, e não um meio para atingir outros fins, são de referir os efeitos positivos que a mesma traz para a sociedade. São muitos os estudos existentes sobre os efeitos positivos que surgem

associados à liberdade económica. Vários autores sugerem que a liberdade económica contribui para o crescimento económico. Outros possíveis benefícios que advêm da liberdade económica são o empreendedorismo e a inovação, a diminuição da pobreza, a melhoria das relações internacionais, o contributo para a manutenção da paz, o aumento do bem-estar, a diminuição da corrupção, entre outros. (Gwartney, Lawson & Hall, 2011; Miller & Holmes, 2011). De seguida serão abordados alguns destes.

2.3.1. Contributo da Liberdade Económica para o crescimento económico

A relação entre a liberdade económica e o crescimento económico foi já alvo de vários estudos de diferentes investigadores da área. Em termos teóricos é mais ou menos claro que a liberdade económica pode ter um papel importante para o crescimento económico, fruto dos incentivos que dá aos atores económicos, mas em termos empíricos essa relação não é tão fácil de provar (Berggren, 2003). Ainda assim a maior parte dos estudos, utilizando variadas metodologias, aponta para uma relação positiva entre estas duas variáveis, apesar de haver autores como Doucouliagos (2005) que, embora confirme esta relação, alerta para a existência de uma certa parcialidade na análise desta relação na literatura económica, o que torna difícil identificar a verdadeira dimensão do contributo da liberdade económica para o crescimento económico. A ideia de que os países com maior grau de liberdade económica têm um crescimento económico substancialmente mais rápido que os outros países e de que os países com menor grau de liberdade económica têm um crescimento económico negativo é suportada pelo Gráfico 1, da autoria de Gwartney e Lawson, onde são divididos os países pelos cinco quadris de liberdade económica, do mais baixo para o mais alto.

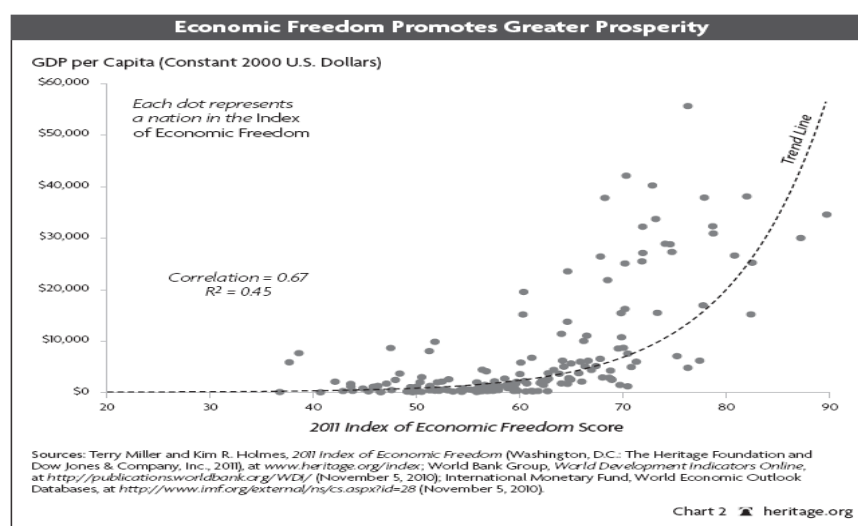
Gráfico 1- Economic Freedom and Annual GDP/Capita Grow, 1990-2000 (Gwartney and Lawson, 2002 in Niclas Berggren, 2003)



Source: Gwartney and Lawson (2002, 20)

Quando comparados os resultados dos índices de Liberdade Económica com dados concretos sobre as mudanças das condições económicas e sociais nas sociedades por todo o mundo, constata-se que a liberdade económica, através do mercado livre, é a melhor forma de promover a prosperidade a longo prazo (Miller & Holmes, 2011). Cole (2003) alinha pelo mesmo diapasão, indicando a liberdade económica como um fator significativo para o crescimento económico, concluindo que políticas limitadoras da liberdade económica (taxas de inflação elevadas, impostos elevados, numerosas barreiras ao comércio, despesa pública elevada, etc.) têm um impacto negativo no crescimento económico, ao passo que políticas coerentes com a liberdade económica têm um efeito positivo na economia, contribuindo para o crescimento económico. O autor destaca ainda a importância e a utilidade que os índices de liberdade económica podem ter no processo de elaboração de políticas públicas (Cole, 2003). De Hann e Sturm (2000) também concluíram que o aumento da liberdade económica tem um efeito positivo para o crescimento económico, ressaltando porém que não é o nível de liberdade económica por si que tem influência no crescimento económico, mas sim o aumento da mesma. A relação positiva entre liberdade económica e prosperidade ficou mais uma vez comprovada no Index of Economic Freedom 2011 conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Relação entre Liberdade Económica e Prosperidade (Gwartney, Lawson & Hall, 2011)



Através do mesmo pode-se constatar que há uma correlação significativa entre índices de liberdade económica elevados e PIB per-capita elevado. Perante esta relação, promover incentivos à atividade empresarial, criando melhores oportunidades de investimento e levando ao aumento do emprego aparenta ser a melhor forma do governo estimular a atividade económica, ao invés do aumento dos seus gastos ou do aumento

da regulação, medidas que contribuem para a redução da liberdade económica (Miller & Holmes, 2011). A liberdade económica fomenta a inovação e o dinamismo empresarial, o empreendedorismo, que traz benefícios para a economia de um país, pelo que o melhor caminho para o crescimento económico a longo prazo poderá mesmo passar pela promoção da liberdade económica.

2.3.2. Liberdade Económica como catalisador de boas relações internacionais e da paz

A liberdade económica contribui para a cooperação, a tolerância e a manutenção da paz. Isto explica-se em parte devido à troca voluntária, elemento central das sociedades economicamente livres. No processo de negócio há uma interação entre as partes, sendo os indivíduos incentivados a lidar com quem lhes oferecer a melhor proposta, independentemente da raça, credo, etnia ou sexo. O mercado recompensa quem serve os outros, mesmo quando se serve aqueles de que se possa não gostar. Esta interação é geralmente pacífica e tende a criar tolerância e a promover o entendimento (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Gartzke (2007) refere três mecanismos típicos do capitalismo que diminuem bastante as hipóteses de ocorrer guerras: Estados com objetivos políticos semelhantes não necessitam nem têm motivações para entrar em guerra a fim de estabelecer a sua política; com o desenvolvimento das economias de mercado, os recursos podem ser obtidos mais facilmente através do comércio, ao invés do conflito; e a competição e a busca pelo melhor negócio, típicos do capitalismo, fazem com que mesmo em situações de conflito iminente, os competidores tenham a capacidade de avaliar as consequências de um conflito, e tentar portanto, sempre que possível, chegar a um consenso. A Coreia do Norte é o exemplo de um país em que não existe liberdade, nem económica nem política, e sente-se que há uma certa desconfiança relativamente ao mesmo por parte de muitos países, gerando um clima de alguma instabilidade. Se houvesse liberdade, se interagissem mais com outras nações, muito provavelmente haveria um melhor entendimento e maior tranquilidade. Por outro lado, num país em que não há liberdade económica, o processo político de alocação de recursos pode promover divisões e polarizações. Quando um grupo racial, religioso ou étnico forma uma maioria, o processo político é muitas vezes usado para oprimir a minoria, retirando-lhe direitos e usufruindo de vantagens sobre estes (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Diversos estudos empíricos comprovam esta teoria. Um país em que haja maior liberdade económica é menos propenso a situações de violência interna ou com outros países (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Gartzke (2007), sugere mesmo que o

papel do capitalismo é bem mais significativo para a obtenção da paz do que a democracia.

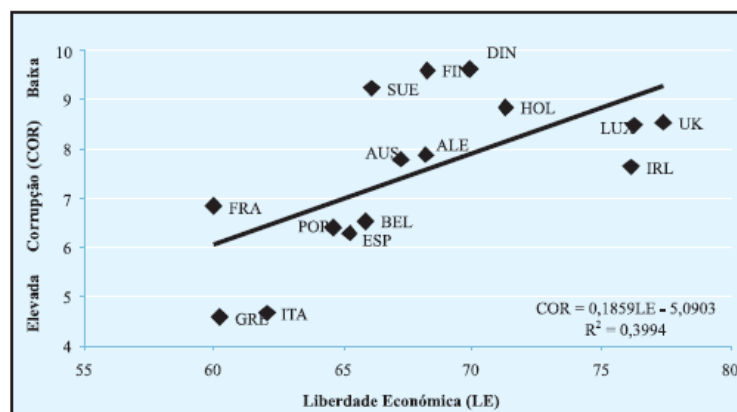
“If democracy reflects the popular will, and many people in the world are unhappy, we should perhaps not expect that all new democracies will like the old ones. Democratization, paradoxically, implies increasing tensions among democracies. Free markets and development, in contrast, lead nations closer together, or at down grade historic territorial animosities” (Gartzke, 2007 pg. 182).

2.3.3. Liberdade Económica vs Corrupção

A corrupção consiste essencialmente no abuso de poder para obter benefícios privados, expressando-se através de desvio de fundos, subornos, favoritismo, entre outros. Alguns burocratas vêem o Estado como uma possível fonte de rendimentos (Castro, 2008). Segundo Conceição Castro, *«a procura de privilégios especiais cria pressões sociais para expandir o peso e a dimensão da intervenção do Estado na economia»* (Castro, 2008 pg. 85). Numa sociedade em que exista demasiada regulação e reduzida liberdade económica, os burocratas responsáveis pela afetação de recursos serão tentados a terem um comportamento corrupto de rent seeking - *«disputa de rendimentos de monopólio»* - (Castro, 2008 pg. 72), favorecendo aqueles que mais benefícios lhes poderão trazer na cena política (mais votos, mais fundos para a campanha ou mesmo empregos de topo para os seus aliados políticos), ou os que lhes ofereçam subornos (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Perante a reduzida liberdade económica, os indivíduos acabam por recorrer a práticas corruptas como forma de contornar as barreiras que lhes são colocadas. Por outro lado, numa sociedade em que a liberdade económica está fortemente presente, o ambiente é menos propício à corrupção, já que temos *“Administrações Públicas de menor dimensão, estruturas legais mais sólidas e regulações mais flexíveis do crédito, do trabalho, dos negócios, entre outros”* (Castro, 2008 pg. 84). No seu estudo sobre os determinantes económicos da corrupção na União Europeia dos 15, Conceição Castro, de forma a avaliar a relação da liberdade económica com a corrupção, utiliza como referência o Index of Economic Freedom 2008 da Heritage Foundation, comparando os resultados deste com os resultados do Índice de Perceção da Corrupção (IPC) da Transparency International, que indica para cada país *«o grau em que a corrupção do sector público é percecionada por pessoas de negócios e analistas de todo o mundo e varia entre 0 (mais corrupto) e 10 (menos corrupto)»* (Castro, 2008 pg. 74).

O Gráfico 3 permite constatar que os países que apresentam índices de liberdade económica mais baixos são também aqueles que apresentam índices de corrupção mais elevados, como a Grécia e a Itália.

Gráfico 3- Liberdade Económica vs Corrupção (Castro, 2008)



Seria no entanto de esperar que França apresentasse um nível de corrupção semelhante à Grécia, já que ambas apresentavam um índice de liberdade económica semelhante (Castro, 2008 pg. 85). Há aspetos culturais, sociais e outros determinantes económicos que ajudam a explicar esta e outras diferenças. Ainda assim o coeficiente de correlação entre as duas variáveis é significativo (0,632), sugerindo uma relação inversa entre liberdade económica e corrupção. Swaleheen e Stansel (2007) sugerem no entanto que em sociedades em que existam elevados níveis de liberdade económica, a corrupção pode ser favorável para o crescimento económico, já que fornece um caminho para contornar a regulação governamental, confirmando no entanto que nas sociedades em que a liberdade económica é muito reduzida, a corrupção limita o crescimento económico, devendo os governos dos países em desenvolvimento, com vista à promoção do crescimento económico, focar-se no desenvolvimento de políticas anticorrupção apoiadas por medidas de liberalização económica.

3. Medição da Liberdade Económica

3.1. Como surgiram os índices de Liberdade Económica e a sua importância

“To talk about economic freedom is easy; to measure it, to make fine distinctions, assign numbers to its attributes, and combine them into one overall magnitude—that is a very different and much more difficult task, as we found out when we started on this quest some thirteen years ago” (Milton Friedman in Foreword of Economic Freedom of the World 1975-1995, 1996)

“Economic Freedom of the World 1975-1995”, lançado em 1996, da autoria de James Gwartney, Robert Lawson e Walter Block com o apoio do *Fraser Institute* e outras instituições, pode não ter sido o primeiro índice de liberdade económica a ser publicado (essa honra coube à *Heritage Foundation* e ao *Wall Street Journal* com o seu “1995 Index of Economic Freedom” em 1995) mas foi aquele que mais cedo começou a ser desenvolvido e que primou não só pela sua qualidade mas também pelo facto de abranger um largo período temporal. Na introdução desta publicação é ilustrado o desenvolvimento histórico deste índice pela voz de Michael Walker, fundador do *Fraser Institute*. Este índice acabou então por ser o culminar de um longo processo que começou em 1984 em reuniões da *Mont Pelerin Society*, em Cambridge, Inglaterra e que envolveu imensa pesquisa, estudo e discussão por parte de reconhecidos economistas (Gwartney, Lawson & Block, 1996). O clique deu-se numa destas reuniões quando Michael Walker fez referência a uma famosa passagem da obra *Capitalism and Freedom* de Milton Friedman:

“Historical evidence speaks with a single voice on the relation between political freedom and a free market. I know of no example in time or place of a society that has been marked by a large measure of political freedom, and that has not also used something comparable to a free market to organize the bulk of economic activity.”

Seguiu-se uma discussão sobre a relação entre liberdade económica e liberdade política em que ficou claro que, apesar da «pista» deixada por Friedman havia três décadas, esta relação não tinha ainda sido verdadeiramente explorada de forma académica. Michael Walker decidiu então convidar Milton Friedman e Rose Friedman para anfitriões de um

simpósio com vista à investigação desta relação. O convite foi aceite e com o apoio do Dr. Neil McLeod, então presidente da Liberty Fund, foi garantida a presença de distintos economistas de todo o mundo no Vale do Napa, California, em 1986, num primeiro simpósio que inclusivamente levou à publicação do livro «Freedom, Democracy and Economic Welfare» por parte do Fraser Institute em 1988 (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Neste primeiro simpósio participaram também Raymond Gastil e Lindsay Wright, representando a Freedom House que se vinha destacando pelos seus relatórios anuais em torno das liberdades civis e políticas e que em 1982 havia acrescentado a título experimental no seu relatório ratings de liberdade económica. A abordagem destes mostrou-se no entanto bastante diferente da maioria dos participantes da conferência, já que para a Freedom House o que realmente importava eram as liberdades políticas e civis, enquanto a liberdade económica não era particularmente significativa para a liberdade do indivíduo. Não havia problema se a liberdade económica fosse desrespeitada através de elevada taxação por exemplo, desde que essas políticas tivessem sido legitimadas de forma democrática. Muitos dos participantes do simpósio discordaram desta visão da Freedom House, considerando que esta desvalorizava e desvirtuava a liberdade económica, tornando-a dependente do processo político, e ficaram ainda mais convencidos de que era fundamental desenvolver uma forma de medir a liberdade económica (Gwartney, Lawson & Block 1996).

Walter Block e Alvin Rabushka propuseram então a realização de novas conferências, com o objetivo de explorar e expor as fraquezas da abordagem da Freedom House e desenvolver um índice de liberdade económica que fosse consistente com a história e a importância da mesma. O objetivo a longo prazo passava por vir a publicar este índice anualmente, à semelhança do que fazia a Freedom House para as liberdades civis e políticas (Gwartney, Lawson & Block, 1996). A segunda conferência viria então a realizar-se em Vancouver em Julho de 1988 com o apoio da Liberty Fund, e centrou-se num artigo apresentado por Alvin Rabushka, um dos pioneiros na investigação nesta área fruto do seu envolvimento no estudo do desenvolvimento económico de Hong Kong, em torno da definição de liberdade económica. Além do seu vasto trabalho na área, Rabushka recorreu também a estudos anteriores de John Locke, Adam Smith, Milton Friedman e Murray Rothbard para construir o conceito de liberdade económica, identificando as suas bases - a propriedade privada e o Estado de Direito - e a natureza das políticas coerentes com a mesma. Rabushka dividiu a liberdade económica em cinco áreas: tributação, gastos públicos, regulação económica do negócio e do trabalho, «dinheiro», e comércio externo, propondo ao mesmo tempo algumas ideias sobre como a

liberdade económica poderia ser medida nas mesmas (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Esta segunda conferência foi ainda marcada pela intervenção de Zane Spindler e Laurie Still que apresentaram um artigo em que existia pela primeira vez uma tentativa empírica de medir a liberdade económica, recorrendo a fatores como o serviço militar involuntário, a liberdade de troca externa e a liberdade de investimento. Da discussão deste artigo surgiu a sugestão de que todos os participantes produzissem uma lista de fatores que, na sua opinião, seriam importantes para a construção de um índice de liberdade económica.

Na terceira conferência, realizada no ano de 1989 em Banff, Alberta, deu-se então a primeira tentativa real de construir medidas, tanto teórica como empiricamente, mas foi na quarta conferência, realizada no ano seguinte em Sea Ranch, California, que a investigação registou um grande progresso na compreensão teórica e empírica da liberdade económica (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Ronald Jones e Alan Stockman apresentaram então um artigo em que consideraram a liberdade como parte do modelo económico padrão, o que lhes permitiu constatar que liberdade e riqueza não estão necessariamente associadas, podendo simultaneamente ocorrer uma diminuição da liberdade e um aumento da riqueza e vice-versa. Foi nesta conferência que começou a ser construído o índice de liberdade económica que viria a ser publicado sete anos mais tarde por James Gwartney, Walter Block e Robert Lawson, um índice que na altura classificava 79 países nos sectores de liberdade económica que Rabushka havia identificado na segunda conferência (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Esta quarta conferência envolveu ainda a apresentação de um artigo de Zane Spindler e Joanna Miyake, que considerava e analisava a lista de índices de liberdade que havia sido concebida na segunda conferência, e a realização de um inquérito sobre a liberdade económica por parte de Milton e Rose Friedman, no qual foi pedido a todos os participantes da conferência que individualmente classificassem 11 países (todos eles familiares aos conferencistas) em termos de liberdade económica (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Após analisados os resultados, ficou clara a subjetividade da classificação no caso daqueles países em que o nível de liberdade económica não é nem muito alto nem muito baixo, em que é preciso distinguir entre coisas que são similares, uma tarefa bastante complicada, particularmente nesta complexa e multi-dimensional questão da liberdade económica. Esta quarta conferência mostrou que havia duas maneiras de construir um índice de liberdade económica: uma de «baixa tecnologia» e que seria apenas baseada na opinião de especialistas, com uma dose de subjetividade associada, e outra de «alta tecnologia» em que para a construção do ranking seriam aplicados um

largo número de critérios objetivos e passíveis de serem medidos em termos quantitativos (Gwartney, Lawson & Block, 1996).

Foi então considerado que devia ser feito um teste mais amplo à técnica da «baixa tecnologia», com o intuito de averiguar da sua fiabilidade e coerência. Para tal, foi marcado o quinto simpósio (em Monterey, California 1991), para o qual foram convidados grupos de correspondentes da América Latina, América do Norte, Ásia, África e Europa, aos quais foi pedido que classificassem não só os países da sua região bem como uma lista de outros países comum a todos. Com isto, era esperado que pudesse surgir uma imagem integrada do ranking de liberdade económica de todos os países considerados, mas tal não aconteceu devido à escassa informação que os correspondentes tinham sobre a maior parte dos países a classificar, não tendo sido portanto possível realizar um índice coerente, apesar de o exercício se ter revelado importante e interessante para o avançar da investigação, já que gerou informação e dados importantes das diversas regiões (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Ficou no entanto o sentimento geral de que utilizando a técnica de medição de «alta tecnologia», trabalhando com critérios objetivos, seria obtido mais sucesso, já que se evitariam os problemas da subjetividade e da dificuldade de encontrar pessoas com o devido conhecimento para classificarem os países. Subsistia no entanto um sério problema: o peso que deveria ser atribuído a cada área e a cada variável (Gwartney, Lawson & Block, 1996). Este problema viria a ser debatido numa sexta conferência em Sonoma, California em 1993, onde foram discutidos o trabalho de Gwartney, Block e Lawson, que havia sido exemplarmente revisto e melhorado, e os resultados de um inquérito realizado por Michael Walker e Stephen Easton e que envolvia a classificação do desempenho dos países por áreas gerais como o comércio internacional e a liberdade monetária. Da discussão surgiram várias sugestões interessantes para melhorar o índice e para solucionar o problema da atribuição de pesos aos componentes do mesmo. O importante contributo dos participantes das conferências na discussão e na resolução dos problemas que foram surgindo é refletido na já referida publicação do «Economic Freedom of the World 1975-1995» em 1996, que contou com o contributo de 61 pessoas (Gwartney, Lawson & Block, 1996a). Ainda no mesmo ano, os mesmos autores viriam a publicar o «Economic Freedom of the World: 1996 Annual Report». Pouco antes destes índices terem sido publicados e como já foi referido, a Heritage Foundation havia publicado também o seu índice de liberdade económica, ainda que apenas para o ano de 1996.

Tanto o Fraser Institute como a Heritage Foundation têm desde aí publicado anualmente os seus relatórios sobre a liberdade económica no mundo, os quais têm sido

expandidos e melhorados, nomeadamente ao nível da metodologia de construção do índice, que tem sido alvo de aperfeiçoamentos ao longo dos anos, para que a medição e os rankings apresentados sejam o mais fidedigno possível. Estes índices (esta medição da liberdade económica nos diversos países do mundo) são de extrema importância pois oferecem um valioso contributo para o evoluir da investigação na área da liberdade económica, e permitem realmente aquilatar das suas vantagens para as sociedades. Como já vimos anteriormente, são associados à liberdade económica vários benefícios económicos e sociais, mas estes só se poderiam confirmar havendo um «instrumento» que medisse a liberdade económica e com o qual pudessem ser comparados outros dados económicos. Além disso, estes índices vêm trazendo também maior responsabilidade aos governantes, permitindo de certa forma aos cidadãos escrutinar a sua atuação política ao nível da economia. Se os cidadãos tiverem escolha, normalmente optam por maior liberdade (Miller & Holmes, 2011). Ao mesmo tempo que podem funcionar como um instrumento de accountability ao governo, podem também ser uma importante ajuda para o mesmo, indicando as áreas em que os países se encontram melhores e aquelas em que não estão tão bem, podendo levar a alguns ajustes nas políticas. Como já foi referido, acredita-se que a liberdade económica contribui para o crescimento económico, pelo que, principalmente em tempos de crise, a adoção de políticas que vão ao encontro de uma maior liberdade económica, poderá ser o único caminho para os países superarem as dificuldades.

3.2. Metodologia do Economic Freedom of the World

A forma de medir a liberdade económica utilizada pelo Economic Freedom of the World, do Fraser Institute, foi evoluindo com o avançar dos anos. A metodologia aqui retratada é a mais recente, utilizada no Relatório Anual de 2011. A construção deste índice é baseada em três importantes princípios metodológicos (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Primeiro, componentes objetivos (dados concretos, números) são sempre preferidos a componentes subjetivos como inquéritos ou opiniões de peritos, embora estes sejam por vezes necessários, fruto da natureza multidimensional da liberdade económica. Segundo, os dados utilizados para construir o índice provêm de fontes externas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Fórum Mundial da Economia. Raramente são utilizados dados provenientes de uma fonte interna de um país para classificar esse mesmo país, apenas quando esses dados não existem em fontes internacionais. Este princípio ajuda ao cumprimento do terceiro princípio: a

transparência. O relatório reflete esta transparência através da identificação das suas fontes (da origem dos seus dados) e da explicação detalhada da metodologia utilizada na construção do índice (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Olhando agora à metodologia propriamente dita, o índice mede a liberdade económica em cinco grandes áreas (Tabela 1): 1. «Tamanho do Estado: Gastos, Taxas e Empresas», 2. «Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade», 3. «Acesso a Dinheiro Fiável», 4. «Liberdade de Comércio Internacional» e 5. «Regulação do Mercado do Crédito, do Mercado de Trabalho e das Empresas». Estas áreas estão divididas em variáveis e sub-variáveis, num total de 42 variáveis diferentes. As variáveis são avaliadas numa escala de 0 a 10 em consonância com os dados disponíveis, sendo 10 o máximo de liberdade. É sempre feita a média das sub-variáveis para obter o valor da variável, e a média das variáveis para obter o valor de cada área. Finalmente é feita a média das 5 áreas para encontrar o grau de liberdade económica de cada país, já que cada uma tem o mesmo peso (20%) para o resultado final (Gwartney, Lawson & Hall, 2011).

Tabela 1 - Áreas, Variáveis e Sub-Variáveis do Índice de Liberdade Económica EFW (Gwartney, Lawson & Hall, 2011)

1. Tamanho do Estado: Gastos, Taxas e Empresas

- A. despesa de consumo das administrações públicas como uma percentagem do consumo total
- B. transferências e subsídios como percentagem do PIB
- C. empresas do estado e investimento
- D. taxa marginal máxima
 - i. taxa marginal máxima de renda
 - ii. renda superior marginal e as taxas de imposto sobre os salários

2. Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade

- A. independência do sistema judicial (Global Competitiveness Report)
 - B. julgamentos imparciais (GCR)
 - C. proteção dos direitos de propriedade (GCR)
 - D. interferência militar no Estado de Direito e o processo político (International Country Risk Guide)
 - E. integridade do sistema legal (ICRG)
 - F. aplicação jurídica dos contratos (Doing Business)
 - G. restrições reguladoras sobre a venda de bens imóveis (DB)
-

3. Acesso a Dinheiro fiável

- A. crescimento do dinheiro
- B. desvio padrão da inflação
- C. inflação: no ano mais recente
- D. liberdade para possuir contas bancárias em moeda estrangeira

4. Liberdade de comércio internacional

- A. impostos sobre o comércio internacional
 - i. receitas de impostos sobre o comércio (% do sector do comércio)
 - ii. média de tarifa
 - iii. desvio padrão das taxas tarifárias
- B. barreiras reguladoras do comércio
 - i. barreiras não-tarifárias (GCR)
 - ii. conformidade dos custos de importação e exportação (DB)
- C. tamanho do sector do comércio em relação ao esperado
- D. taxas de câmbio do mercado negro
- E. controlo do mercado internacional de capitais:
 - i. propriedade estrangeira /restrições ao investimento (GCR)
 - ii. Controlo do capital

5. Regulação do Mercado de Crédito, do Mercado de Trabalho e das Empresas

- A. regulação do mercado de crédito
 - i. propriedade dos bancos
 - ii. concorrência bancária exterior
 - iii. crédito ao sector privado
 - iv. controles de taxa de juros / taxas de juros reais negativas
 - B. Regulação Mercado de Trabalho
 - i. regulamentos para a contratação e salário mínimo (DB)
 - ii. regulamentos para contratação e demissão (GCR)
 - iii. negociação coletiva centralizada (GCR)
 - iv. regulamentos de horas (DB)
 - v. custos de demissão do trabalhador (DB)
 - vi. Conscrição (serviço militar obrigatório)
 - C. Regulação das Empresas
 - i. controlos dos preços
 - ii. exigências administrativas (GCR)
 - iii. custos da burocracia (GCR)
 - iv. começar um negócio (DB)
 - v. pagamentos extra / suborno / favoritismo (GCR)
 - vi. restrições de licenciamento (DB)
 - vii. Custo do cumprimento das obrigações fiscais (DB)
-

A primeira área, «**Tamanho do Estado: gastos, taxas e empresas**», é constituída por quatro variáveis: «A. Despesa de consumo das administrações públicas como uma percentagem do consumo total», «B. Transferências e subsídios como percentagem do PIB», «C. Empresas do estado e investimento» e «D. Taxa marginal máxima». A variável D divide-se em duas sub-variáveis: «i. Taxa marginal máxima de renda» e «ii. Renda superior marginal e taxas de imposto sobre os salários». O que estas quatro variáveis indicam é até que ponto um país confia na liberdade de escolha e nos mercados em detrimento do processo político para a alocação de recursos, bens e serviços. As variáveis A e B refletem o tamanho do Estado. Quando o consumo do Estado representa uma larga parte do consumo total, e quando o volume de transferências e subsídios é elevado, é atribuído um score baixo, indicando que o país confia no Estado para garantir a alocação de recursos, bens e serviços, tendo o Estado um tamanho necessariamente grande para fazer face a estas despesas. Desta forma fica no entanto comprometida a liberdade económica dos indivíduos, já que estes são taxados para que o Estado possa transferir recursos para outros, desviando fundos que poderiam ser utilizados na iniciativa privada. A variável C mede até que ponto os países usam o sector privado em detrimento do público na produção de bens e serviços. As empresas do Estado atuam muitas vezes em mercados protegidos e não estão dependentes dos consumidores nem de investidores. Desta forma a liberdade económica decresce, já que as empresas do Estado produzem uma parte maior do output total. A variável D relaciona as taxas de tributação e os níveis de renda. Os países com altas taxas de tributação e níveis de renda baixos têm uma classificação inferior, já que é negado ao indivíduo parte significativa do fruto do seu trabalho, o que contribui para a dependência do indivíduo face ao Estado, diminuindo a liberdade económica (Gwartney, Lawson & Hall, 2011).

A segunda área, «**Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade**», é composta por sete variáveis: «A. Independência do sistema judicial», «B. Tribunais imparciais», «C. Proteção dos direitos de propriedade», «D. Interferência militar no Estado de Direito e o processo político», «E. Integridade do sistema legal», «F Aplicação jurídica dos contratos» e «G. Restrições reguladoras sobre a venda de bens imóveis». A proteção das pessoas e da sua propriedade é, como já foi visto, um dos pilares da liberdade económica, sendo a função mais importante de um governo. A liberdade de troca não tem sentido se os direitos de propriedade não forem seguros. A falta de

efetividade dos contratos e a pouca proteção da propriedade privada leva a que os indivíduos e as empresas percam interesse em desenvolver atividade produtiva, pois desconfiam que podem vir a perder os frutos do seu trabalho. Isto tem naturalmente efeitos nefastos na economia. Esta área da liberdade económica é mesmo considerada a mais importante para a eficiente alocação dos recursos, sendo improvável que países com um baixo score nesta área consigam prosperar, independentemente das políticas aplicadas nas outras quatro áreas (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Uma estrutura legal sólida, em que imperem valores como a independência, a imparcialidade e a integridade e em que os contratos e os direitos de propriedade sejam reforçados e defendidos será meio caminho andado para a prosperidade.

A terceira área, «**Acesso a Dinheiro Fiável**», é constituída por quatro variáveis: «A. Crescimento do dinheiro», «B. Desvio padrão da inflação», «C. Inflação: Ano mais recente» e «D. Liberdade para possuir contas bancárias em moeda estrangeira». É o dinheiro que faz movimentar grande parte da atividade comercial, sendo extremamente importante que o seu valor se mantenha estável, para que o mercado funcione devidamente. Quando as taxas de crescimento monetário são elevadas, rapidamente os bens se tornam escassos face ao excesso de dinheiro, fazendo com que os preços subam bastante. Além de distorcer os preços, níveis elevados e voláteis de inflação alteram os termos fundamentais dos contratos a longo prazo e tornam muito difícil ao indivíduo e às empresas traçar planos para o futuro, fruto da grande incerteza (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). A estabilidade do valor do dinheiro é fundamental para proteger e preservar os direitos de propriedade, já que a inflação provoca a perda de valor da propriedade detida em instrumentos monetários. É extremamente importante que os indivíduos tenham acesso a dinheiro estável e fiável, independentemente da fonte. Quando os bancos oferecem a possibilidade de abrir contas em outras moedas e quando é possível aos indivíduos abrirem contas em bancos estrangeiros, o acesso ao dinheiro estável aumenta. Concluindo, das quatro variáveis da terceira área, as três primeiras (A, B e C) medem a consistência da política monetária com a estabilidade dos preços a longo prazo. A variável D mede a facilidade de possuir contas bancárias em moeda estrangeira em bancos nacionais ou estrangeiros. Países que sigam políticas que visem manter os níveis de inflação baixos e estáveis e que não limitem a capacidade de usar moeda estrangeira obterão um elevado score nesta área (Gwartney, Lawson & Hall, 2011).

A quarta área, «**Liberdade de Comércio Internacional**», é constituída por cinco variáveis: «A. Impostos sobre o comércio internacional», «B. Barreiras reguladoras do comércio», «C. Tamanho do sector do comércio em relação ao esperado» «D. Taxas de câmbio do mercado negro» e «E. Controlo do mercado internacional de capitais», dividindo-se ainda a variável A em três sub-variáveis e as variáveis B e E em duas sub-variáveis cada. O fenómeno da globalização, no qual se inclui o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), faz com que a liberdade de comércio internacional seja um elemento chave da liberdade económica. Diversos bens e serviços são hoje produzidos no estrangeiro ou com recursos provenientes do estrangeiro, contribuindo a liberdade de comércio internacional para a melhoria dos padrões de vida. Quando voluntária, a troca é benéfica para ambas as partes, sendo a busca de benefícios a motivação dos indivíduos para a troca. No entanto, devido a apelos ao protecionismo e à satisfação de alguns interesses políticos, em praticamente todos os países vigoram determinadas restrições que visam limitar a troca internacional, como as tarifas, as quotas, restrições administrativas ocultas (seja pela ineficiência da estrutura administrativa das alfândegas ou pelo comportamento corrupto dos oficiais), taxas de câmbio ou o controlo do capital. As variáveis desta área visam medir a existência e a extensão destas restrições. Para obter um score elevado nesta área um país deve ter o mínimo possível de restrições, aplicando tarifas baixas, tendo um sector comercial maior do que o esperado, uma administração eficiente e séria das alfândegas, uma moeda livremente conversível e reduzidos controlos sobre o movimento de capital (Gwartney, Lawson & Hall, 2011).

Por fim, a quinta área, «**Regulação do Mercado de Crédito, do Mercado de Trabalho e das Empresas**» é constituída por 3 variáveis centrais: «A. Regulação do Mercado de Crédito», «B. Regulação do Mercado do Trabalho» e «C. Regulação das Empresas», variáveis que se dividem num total de 17 sub-variáveis. Quando a entrada nos mercados é restringida por regulações, a liberdade de troca voluntária de muitos indivíduos é comprometida, reduzindo a liberdade económica. A variável A (Regulação do Mercado de Crédito) reflete as condições no mercado de crédito doméstico, recorrendo às sub-variáveis «A i. domínio dos bancos», que permite avaliar o peso do sector privado na indústria bancária; «A ii. concorrência bancária exterior», que indica a possibilidade ou não de bancos estrangeiros competirem no mercado doméstico; «A iii. crédito ao sector privado», que avalia a extensão do crédito fornecido ao sector privado; e «A iv. controles de taxa de juros / taxas de juros reais negativas», que mede a interferência dos controles das taxas de juro no mercado de crédito. Os países que apresentem um mercado de

crédito aberto ao sector privado e a bancos estrangeiros, e que se abstenham de controlar as taxas de juro obtêm um score elevado nesta variável. A variável B (Regulação do Mercado de Trabalho), por seu lado, reflete as condições do mercado de trabalho, medindo a presença de restrições à liberdade económica dos empregados e dos empregadores, nomeadamente os salários mínimos, as regulações para a contratação e despedimento de trabalhadores, a negociação coletiva centralizada ou a conscrição militar, constituindo cada restrição uma sub-variável. Os países que se abstenham de impor condições e deem liberdade às forças do mercado para determinar os salários e as condições de contratação e despedimento serão recompensados com um alto score nesta variável. Por último, a variável C (Regulação das Empresas) visa perceber até que ponto as normas e os procedimentos burocráticos (exigências administrativas, custos burocráticos, formalidades para começar um negócio ou restrições de licenciamento) restringem a entrada no mercado e reduzem a concorrência, além de aumentarem o custo de produção. De forma a obter um score elevado nesta variável, um país deve-se abster de promover estas atividades regulatórias que prejudicam o correto funcionamento do mercado, devendo também permitir que sejam os mercados a definir os preços. Por último mas não menos importante, para assegurar a integridade do mercado e manter a liberdade económica, não pode existir a prática de favorecimento, isto é, a utilização do poder por parte dos governantes para extrair pagamentos financeiros a certas empresas para posterior favorecimento das mesmas face às restantes (Gwartney, Lawson & Hall, 2011).

3.3. Metodologia do Index of Economic Freedom

Tal como acontece com o EFW da Fraser Institute, também o IEF da Heritage Foundation e do Wall Street Journal foi aprimorando a sua metodologia com o tempo, de forma a ser o mais preciso possível. No entanto, há também uma preocupação com a continuidade do índice, para análises comparativas ao longo do tempo, pelo que sempre que ocorrem mudanças o IEF procura recalcular os índices dos anos anteriores utilizando a nova metodologia. A metodologia aqui descrita é a utilizada no Index of Economic Freedom de 2011. O índice divide-se em 10 componentes principais de liberdade económica, sendo cada componente classificado numa escala de 0 a 100, constituindo 100 o máximo de liberdade. Os 10 componentes são: «1. Liberdade Empresarial», «2. Liberdade de Comércio», «3. Liberdade Fiscal», «4. Tamanho do Estado», «5. Liberdade Monetária», «6. Liberdade de Investimento», «7. Liberdade Financeira», «8. Direitos de

Propriedade», «9. Liberdade da Corrupção» e «10. Liberdade no Mercado de Trabalho». Tal como no EFW, estes componentes são constituídos por um conjunto de variáveis (nuns casos maior, em outros menor) e cada componente tem o mesmo peso (10%) na classificação final do grau de liberdade económica de um país (Miller & Holmes, 2011). À semelhança do EFW, também o IEF se baseia em dados de instituições externas como o Banco Mundial, referindo sempre as suas fontes, e fazendo da transparência um princípio fundamental.

O primeiro componente da liberdade económica é a **Liberdade Empresarial**, que avalia a capacidade de abrir, operar e fechar uma empresa num determinado país de forma rápida e fácil, atendendo à regulação existente e à eficácia do governo. Demasiada regulação e burocracia levará a scores baixos nesta componente. A classificação é baseada em 10 fatores, todos eles com igual peso (10%). Os fatores dividem-se em três momentos: 1º começar um negócio: número de procedimentos, número de dias, custo e capital mínimo; 2º obter a licença: número de procedimentos, número de dias e custo; e 3º fechar uma empresa: número de anos, custo e nível de recuperação. Todos os fatores são convertidos numa escala de 0 a 100, sendo depois calculada a média de todos os fatores para obter o score do país para a Liberdade Empresarial. Desta forma, mesmo que um país exija o maior número de procedimentos para abrir uma empresa, sendo-lhe atribuído um score de 0 nesse fator, pode ainda obter um score bastante elevado no componente da Liberdade Empresarial, dependendo dos scores que obtenha nos outros fatores. A equação usada para converter cada fator numa escala de 0 a 100 é a seguinte: $Fator\ Score_i = 50 \times fator_{average} / fator_i$, equação esta que se baseia no rácio dos dados do país para cada fator relativamente à média mundial, multiplicado por 50 (Miller & Holmes, 2011).

O segundo componente da liberdade económica é a **Liberdade de Comércio**, que mede a ausência de barreiras tarifárias e não tarifárias que afetam as importações e exportações de bens e serviços. Para este score são considerados dois fatores: o nível de tarifa médio para o comércio e as barreiras não tarifárias (NTB's). O cálculo do score para este componente faz-se através da seguinte equação: $Trade\ Freedom_i = (((Tariff_{max} - Tariff_i) / (Tariff_{max} - Tariff_{min})) * 100) - NTB_i$, onde $Tariff_{max}$ e $Tariff_{min}$ são os limites máximo e mínimo das tarifas, sendo por definição o limite mínimo de 0% e o limite máximo de 50%, e $Tariff_i$ representa a tarifa média (%) no país i . Nesta equação está representada também uma penalização (subtração de um valor) em virtude das barreiras não tarifárias do país, representadas por NTB_i . Esta penalização varia entre os 5, 10, 15 e 20 pontos e

é atribuída de acordo com uma escala, que prevê a atribuição de 20 pontos aos países que usem abundantemente as barreiras não tarifárias nos seus bens e serviços com o objetivo de impedirem quase totalmente as trocas internacionais, e a atribuição de 5 pontos aos países em que as NTB's são pouco comuns e visam proteger um número reduzido de bens e serviços, tendo um impacto muito limitado nas trocas internacionais. O valor 0 é atribuído quando não são usadas NTB's para limitar as trocas internacionais, não sendo nesse caso subtraído nenhum valor ao score inicial. As categorias de NTB's consideradas para a penalização são: restrições quantitativas (cotas de importação, limitação da exportação, embargos, etc.), restrições de preço (medidas anti dumping), restrições regulatórias (licenciamento, padrões de qualidade e segurança), restrições ao investimento, restrições ao consumidor e intervenção governamental direta (subsídios e outras ajudas, políticas conservadoras) (Miller & Holmes, 2011).

A **Liberdade Fiscal** é o terceiro componente da liberdade económica, sendo uma medida da carga fiscal aplicada pelo governo. Para a medição deste componente são utilizados três fatores, todos com o mesmo peso para o score final: taxa máxima de imposto sobre o rendimento do indivíduo; taxa máxima de imposto sobre o rendimento da empresa; e receita total dos impostos como uma porção do Produto Interno Bruto (PIB). Os scores dos três fatores são calculados da mesma forma, através de uma função quadrática, para refletir a diminuição da margem de receita quando a taxa de imposto sobe a valores muito elevados. Os dados para cada fator são convertidos para a habitual escala de 100 valores, recorrendo à seguinte equação: $Fiscal\ Freedom_{ij} = 100 - \alpha (Fator_{ij})^2$, onde $Fiscal\ Freedom_{ij}$ representa a liberdade fiscal no país i para o fator j; $Fator_{ij}$ representa o valor no país i para o fator j e α é uma constante de valor 0,03. O score mínimo para cada fator é 0, para que se um fator for extremamente negativo, os outros fatores não se tornem irrelevantes (Miller & Holmes, 2011).

O quarto componente da liberdade económica é o **Tamanho do Estado**, que avalia o nível de gastos do Estado como percentagem do PIB. Os gastos do Estado, incluindo o consumo e as transferências, são tidos em conta para o cálculo do score. Não existe um nível ideal para os gastos do Estado, já que o que poderá ser o nível ideal para um país, não o será para outro, fruto de fatores culturais, geográficos e do nível de desenvolvimento de cada país. Nesta metodologia porém, convencionou-se que zero (0) de gastos estatais será o valor ideal, o que leva a que alguns países subdesenvolvidos em que o Estado tem uma capacidade muito limitada, fornecendo um número reduzido ou mesmo nulo de bens públicos, possam apresentar um score elevado nesta área.

Estes Estados são no entanto penalizados em outros componentes da liberdade económica, como os direitos de propriedade ou a liberdade fiscal, o que acaba por anular este score mais artificial. A escala utilizada para esta classificação é não-linear: quando os gastos do Estado são próximos de zero, é atribuída uma penalização leve; quando os gastos do Estado atingem níveis superiores a 30% do PIB, é atribuída uma penalização elevada, sendo atribuídos scores muito mais baixos. A equação utilizada para calcular o score do componente Tamanho do Estado para um país i é a seguinte: $GE_i = 100 - \alpha (Expenditures_i)^2$, em que $Expenditures_i$ representa o montante total de todos os gastos do Estado como parte do PIB (entre 0 e 100), e α é uma constante de valor 0,03 utilizada para controlar a variação entre scores. Quando os dados estão disponíveis são sempre considerados todos os níveis de governo, como o federal, estatal e local. Quanto tal não acontece, são utilizados os dados relativos ao governo central (Miller & Holmes, 2011).

A **Liberdade Monetária** surge como o quinto componente da Liberdade Económica, medindo a estabilidade dos preços e avaliando os controlos sobre os preços. Tanto a inflação como os controlos sobre os preços distorcem a atividade do mercado, limitando a liberdade económica. São utilizados dois fatores para obter o score de liberdade monetária de um país: o nível médio ponderado de inflação para os últimos três anos e os controlos sobre os preços. As duas equações utilizadas para converter os níveis de inflação no score para a liberdade monetária são as seguintes:

$$Weighted\ Avg.\ Inflation_i = \theta_1 Inflation_{it} + \theta_2 Inflation_{it-1} + \theta_3 Inflation_{it-2}$$

$Monetary\ Freedom_i = 100 - \alpha \sqrt{Weighted\ Avg.\ Inflation_i} - PC\ penalty_i$, em que θ_1 , θ_2 e θ_3 representam três números que somados dão 1 e que vão sendo exponencialmente mais pequenos (0.665, 0.245 e 0.090 respetivamente); $Inflation_{it}$ é o valor absoluto do nível de inflação anual no país i durante o ano t ; α é uma constante de valor 6,333 utilizada para controlar as variações dos scores; e $PC\ penalty$ consiste num valor de 0-20 pontos baseado na extensão dos controlos sobre os preços em cada país e que será subtraído ao score inicial. Foi adotada uma função de forma convexa para que se possa distinguir entre países com baixos níveis de inflação (Miller & Holmes, 2011).

O sexto componente da liberdade económica é a **Liberdade de Investimento**, que mede as restrições e constrangimentos ao fluxo do investimento. Em termos ideológicos, em um país economicamente livre os indivíduos e as empresas podem investir e desinvestir o seu dinheiro/recursos em determinadas atividades, tanto dentro como fora do país, sem quaisquer restrições. Na realidade porém, a maior parte dos

países têm várias restrições ao investimento. No cálculo do score da liberdade de investimento de um país, ao valor inicial de 100 pontos, vão sendo progressivamente subtraídos pontos em função da existência ou não de restrições e da sua extensão. O IEF considera sete diferentes tipos de restrição ao investimento: tratamento nacional do investimento estrangeiro (penalização de 25,15 ou 5 pontos), código ético do investimento estrangeiro (20, 10, 5), restrições à posse de terras (15, 10, 5) restrições ao investimento sectorial (20, 10, 5), expropriação do investimento sem justa compensação (25, 15, 5), controlos sobre as trocas dos estrangeiros (25, 15, 5) e controlos do capital (25, 15, 5). Podem ser ainda subtraídos 20 pontos ao score de um país caso se verifiquem problemas de segurança, falta de infraestruturas básicas de investimento ou políticas governamentais que indiretamente limitem a liberdade de investimento. Para aqueles países que ultrapassem os 100 pontos em penalizações, será atribuído um score de zero (Miller & Holmes, 2011).

A **Liberdade Financeira** é o sétimo componente da liberdade económica, sendo uma medida da eficiência e segurança da banca, bem como da sua independência do controlo e interferência do Estado no sector financeiro. Quando o Estado possui bancos e outras instituições financeiras, a competição e o nível de serviços disponíveis são menores. A liberdade financeira implica a não interferência ou uma interferência mínima do Estado no sector, limitando-se a garantir o cumprimento dos contratos e a prevenir a fraude. As instituições financeiras devem ser privadas e independentes, podendo ser nacionais ou estrangeiras, prestando os mais diversos serviços financeiros aos indivíduos e às empresas. O IEF atribui o score de liberdade financeira com base nas cinco áreas seguintes: a extensão da regulação governamental dos serviços financeiros, o grau de intervenção do Estado nos bancos e outras instituições financeiras através da posse direta ou indireta, a extensão do desenvolvimento do mercado capital e financeiro, a influência do governo no acesso ao crédito e a abertura à competição estrangeira. O score é depois atribuído da seguinte forma consoante a interferência governamental seja: insignificante (100), mínima (90), nominal (80), limitada (70), significativa (60), considerável (50), forte (40), excessiva (30), pesada (20), quase repressiva (10) e repressiva (0), esta última equivalente à proibição de instituições financeiras privadas (Miller & Holmes, 2011).

O oitavo componente da liberdade económica são os **Direitos de Propriedade**, que avaliam a capacidade dos indivíduos acumularem propriedade privada, protegidos por leis claras impostas pelo Estado. Mede o grau em que a lei de um país protege a

propriedade privada, e o grau em que o governo faz com que essa lei seja cumprida. Avalia ainda a probabilidade de propriedade privada vir a ser expropriada e também a independência e isenção do sistema judicial. Quanto mais certa for a proteção legal da propriedade, maior será o score do país neste componente, da mesma maneira que quanto maior forem as hipóteses de ocorrer expropriação de propriedade pelo governo, mais baixo será o score. Existem onze categorias de classificação: 0, 10, 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80, 90 e 100. O score de 100 é atribuído quando a propriedade privada é totalmente garantida pelo governo, os tribunais impõe os contratos de forma rápida e eficiente, o sistema de justiça pune aqueles que ilegalmente confiscarem propriedade privada e não existe corrupção nem expropriação. No extremo oposto, o score de 0 é atribuído quando a propriedade privada é declaradamente ilegal, pertencendo todas as propriedades ao Estado, não tendo as pessoas o direito de processar outros nem acesso ao tribunal e sendo a corrupção uma doença da sociedade. A países que estejam entre duas categorias é normalmente atribuído um score intermédio (Miller & Holmes, 2011).

O nono componente da liberdade económica é a **Liberdade da Corrupção**, que avalia o nível de corrupção existente num país. A corrupção compromete a liberdade económica ao gerar desconfiança nas relações económicas. Os scores deste componente derivam diretamente dos resultados do Índice de Perceção da Corrupção (IPC) da Transparency International, excetuando o de quatro países que não constam do IPC, e que são avaliados recorrendo a informação qualitativa fornecida por fontes seguras e reconhecidas internacionalmente. O IPC utiliza uma escala de 0 a 10 em que 10 corresponde a níveis de corrupção muito baixos e 0 corresponde a níveis de corrupção muito altos. O IEF converte os resultados do IPC à sua escala de 0 a 100, multiplicando-os por 10. Elevados scores neste componente correspondem a baixos níveis de corrupção e consequentemente a uma maior liberdade económica (Miller & Holmes, 2011).

O décimo e último componente da liberdade económica é a **Liberdade no Mercado de Trabalho**, que analisa diversos aspetos da estrutura legal e regulatória do mercado de trabalho de um país, como o salário mínimo, a flexibilidade, as contratações, os despedimentos, as indemnizações, entre outros. Para este componente, o IEF considera então seis fatores quantitativos, todos eles com o mesmo peso (1/6) no score final: rácio do salário mínimo para o valor médio agregado por trabalhador, impedimento à contratação de mais trabalhadores, rigidez de horários, dificuldade de despedir trabalhadores «desnecessários», período de aviso prévio legalmente obrigatório, e

indenização obrigatória. Os dados para estes fatores provêm do estudo «*Doing Business*» do Banco Mundial. Na construção do score para este componente, cada fator é convertido para a escala de 0 a 100, recorrendo à seguinte equação: $Fator\ Score_i = 50 \cdot fator_{average} / fator_i$, em que os dados do país i são calculados relativamente à média mundial e depois multiplicados por 50. O score de Liberdade Trabalhista de um país consistirá na média dos scores dos seis fatores (Miller & Holmes, 2011).

3.4. Panorama geral da Liberdade Económica no Mundo

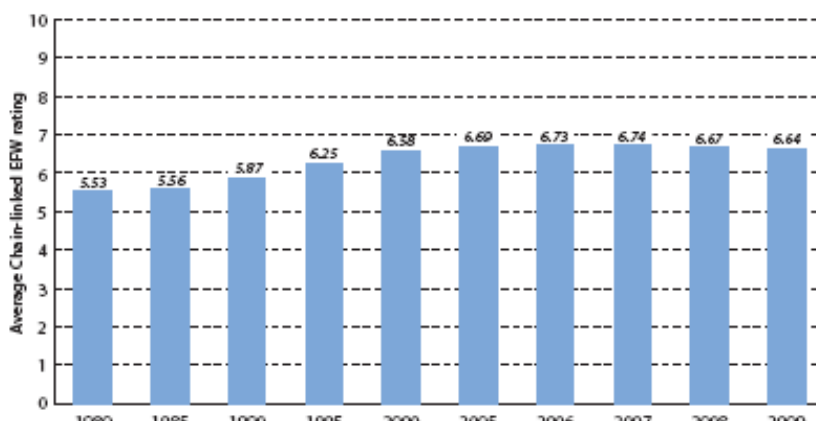
O *Economic Freedom of the World: 2011 Annual Report* do Fraser Institute, que trabalha com dados de 2009, confirma Hong Kong (score de 9,01) como o país mais economicamente livre do mundo, seguindo-se Singapura (8,68) na segunda posição, e Nova Zelândia (8,20) na terceira. Suíça, Austrália, Canadá, Chile, Reino Unido e Maurícias seguem nas posições seguintes, com os Estados Unidos da América (7,60) a fecharem o top-10. As principais economias da União Europeia, Alemanha e França, surgem posicionadas em 21^o e 42^o respetivamente. Portugal aparece na 59^a posição com um score de 6,93 pontos, ligeiramente atrás da vizinha Espanha, 54^a classificada (6,99), mas à frente da Itália, 70^a classificada (6,81). Japão (22^a posição), México (75^a), Rússia (81^a), China (92^a), Índia (94^a) e Brasil (102^a) são outras das principais economias classificadas neste ranking. Angola aparece na 138^a posição com um score de 4,76, sendo um dos países pior classificados, apenas à frente de Venezuela, Myanmar e Zimbabué, este último o país com menor liberdade económica, apresentando um score de apenas 4,08.

Convém, no entanto, referir que países como Coreia do Norte ou Cuba que poderão apresentar níveis ainda mais baixos de liberdade económica não estão avaliados neste ranking devido à falta de dados disponíveis sobre os mesmos, o que só por si já de alguma forma indicia a falta de liberdade presente nos mesmos. África e América Latina, além dos países em que o comunismo se fez ou se continua a fazer sentir (como a China, Rússia, ou a Ucrânia) albergam a maior parte dos países pior classificados neste ranking, enquanto Europa, América do Norte e Oceânia são as regiões onde se verifica maior liberdade económica.

Em 2009 o score médio mundial de liberdade económica (relativo apenas aos 102 países presentes desde o primeiro relatório e calculado utilizando a metodologia chain-

linked) foi de 6,64, tendo aumentado mais de 1 ponto relativamente a 1980, em que a média mundial foi de 5,53, como se pode constatar pelo Gráfico 4.

Gráfico 4- Evolução do score médio (chain-linked) do EFW para os 102 países avaliados desde 1980 (Gwartney, Lawson & Hall, 2011)

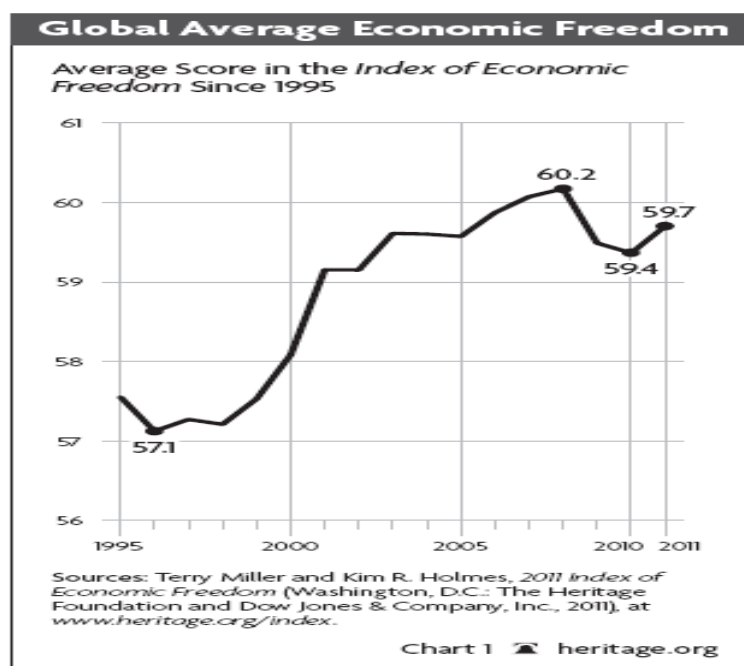


Este grande aumento ocorreu praticamente todo durante a década de 90, tendo passado de 5,87 em 1990 para 6,58 em 2000, sendo esta subida justificada em grande parte pela redução das taxas de imposto marginal sobre a renda, por melhorias na políticas monetária e pela liberalização do mercado global (Gwartney, Lawson & Hall, 2011). Já no século XXI a liberdade económica (em termos médios) foi crescendo lentamente até ao ano de 2008, ano em que se verificou uma descida, descida que se repetiu no ano de 2009, tendo passado o score médio mundial de liberdade económica de 6,74 em 2007 (o ano em que este score atingiu o seu máximo) para 6,64 em 2009. Os Estados Unidos foram um dos responsáveis por este decréscimo, tendo o seu score de liberdade económica descido de 8,08 em 2007 para 7,89 em 2008 e 7,58 em 2009, uma descida de meio ponto em apenas dois anos. Em termos globais, desde 1990, os países que mais progressos fizeram ao nível da liberdade económica foram Uganda, Zâmbia, Albânia, Nicarágua e Peru, que subiram o seu score em mais de 3 pontos, e Bulgária, Polónia, El Salvador, Roménia, Gana, Nigéria, Hungria, e Guiné Bissau (excelente evolução da ex-colónia portuguesa), que verificaram um aumento entre 2 e 3 pontos no seu score. Por outro lado, Venezuela, Zimbabué, Estados Unidos e Malásia viram os seus scores decrescerem no mínimo 0,8 pontos, sendo os países que mais retrocederam em termos de liberdade económica. Considerando apenas o espaço temporal de 2000 a 2009, os países que mais subiram foram o Chipre (de 6,17 para 7,48) e o Gana (de 5,86 para 7,15), seguidos por Colômbia, Malawi e Turquia que subiram o seu score em aproximadamente um ponto. Em contraste, Argentina (de 7,19 para 5,92), Venezuela (de

5,61 para 4,23), Estados Unidos (de 8,45 para 7,58), Irlanda e Islândia foram os países em que a liberdade económica mais diminuiu, no caso destes dois últimos devido à grave crise financeira que sofreram em 2005 (Gwartney, Lawson & Hall, 2011).

Olhando agora ao *2011 Index of Economic Freedom* da Heritage Foundation, e procurando estabelecer uma comparação com os resultados do EFW, este mostra-nos que houve um aumento da liberdade económica a nível mundial como se pode constatar pelo Gráfico 5, o que contradiz o Relatório Anual de 2011 do EFW.

Gráfico 5- Evolução do score médio mundial de Liberdade Económica do IEF: 1995-2011 (Miller & Holmes, 2011)

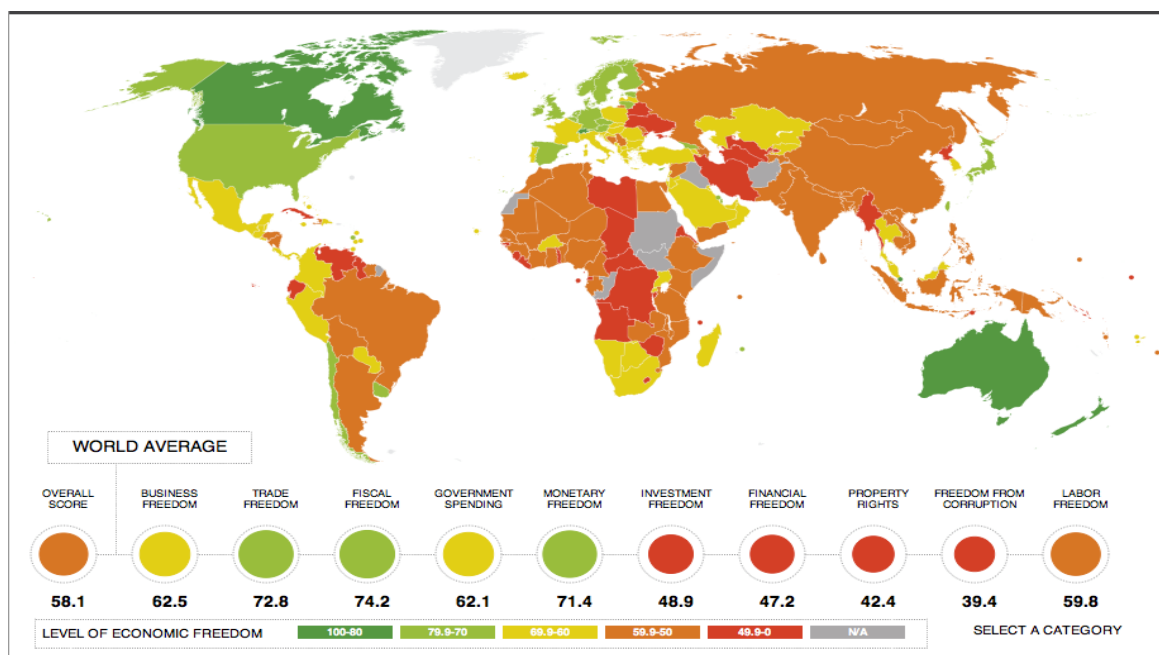


Esta contradição no entanto poder-se-á explicar pelo diferente período de estudo dos dois relatórios. Enquanto o EFW utiliza dados relativos a 2009, o IEF utiliza dados mais atuais, analisando dados relativos ao segundo semestre de 2009 e ao primeiro semestre de 2010, utilizando sempre que possível dados de Junho de 2010. Os dois anos de descida que se verificaram no EFW aconteceram também no IEF, mas nas edições de 2009 e 2010, relativas aos anos de 2008 e 2009. Desta forma, prevê-se que no EFW de 2012 se venha a verificar um aumento do score médio mundial de liberdade económica, tal como se verificou neste IEF de 2011. Voltando ao IEF de 2011, este apresenta um score médio de liberdade económica de 59,7 pontos, que teve um aumento de 0,3 pontos relativamente ao ano anterior. Tal como no EFW, Hong Kong confirma o seu estatuto de país mais economicamente livre do mundo com um score de 89,7 pontos, sendo seguido pela Singapura com 87,2 pontos. A partir daqui, o top-10 do IEF apresenta algumas

diferenças relativamente ao do EFW. Austrália (82,5) surge na terceira posição, seguida de muito perto pela Nova Zelândia (82,3). Suíça e Canadá ocupam a quinta e sexta posições, fechando lote de países que têm um score superior a 80 pontos. Irlanda, Dinamarca, Estados Unidos e Bahrain completam o top-10. A sétima posição da Irlanda constitui a diferença mais significativa e surpreendente relativamente ao ranking do EFW, em que a Irlanda apenas surge na 25ª posição. Chipre e Maurícias surgem em 11º e 12º, às portas do top-10. Reino Unido, que ocupa a 8ª posição no ranking do EFW surge aqui apenas na 16ª posição, da mesma forma que a Dinamarca, 8ª classificada neste ranking, ocupa apenas a 15ª posição no ranking EFW. Japão (20º), Alemanha (23ª), Espanha (31ª), México (48ª), França (64ª), Itália (87ª), Brasil (113ª), Índia (124ª), China (135ª) e Rússia (143ª) são outras classificações importantes. Portugal surge na 69ª posição com um score de 64 pontos, tendo diminuído 0,4 pontos relativamente ao ano anterior. A última posição (179ª) deste ranking é ocupada pela Coreia do Norte com um score de apenas 1(!) ponto, o que revela a total opressão e completa falta de liberdade vividas neste país. Zimbabué (22,1 pontos), Cuba (27,7), Eritreia (36,7) e Venezuela (37,6) são outros dos países em que a liberdade económica praticamente não existe. O país que mais ganhos apresentou desde o último relatório foi o Ruanda, tendo aumentado o seu score em 3,6 pontos. Destaque também para as subidas de Guiné Bissau (+2,9), Cabo Verde (+2,8), Bulgária (+2,6), Colômbia (+2,5) e Chipre (+2,4). A Islândia foi o país que acusou a maior descida em termos de liberdade económica, tendo o seu score diminuído uns significativos 5,5 pontos, em grande parte devido à grave crise económica que assolou o país. Aliás a crise económica que a Europa está a atravessar já se fez sentir neste relatório, como o comprovam as descidas de Irlanda (-2,6), Grécia (-2,4), Itália (-2,4) e até do Reino Unido (-2). Argélia (-4,5), Timor Leste (-3) e Angola (-2,2) foram outros dos países que verificaram retrocessos ao nível da liberdade económica. Em termos gerais e tal como se verificou no EFW, África e América Latina, além dos países em que o comunismo se fez ou se continua a fazer sentir (como a China, Rússia, ou a Ucrânia) albergam a maior parte dos países pior classificados neste ranking, enquanto Europa, América do Norte e Oceânia são as regiões onde se verifica maior liberdade económica, como se comprova pelo Mapa 1. Considerando as 10 diferentes componentes da liberdade económica, a Liberdade da Corrupção é aquela que verifica os scores mais baixos, registando um score médio inferior a 40 pontos! Na verdade é algo que não surpreende visto a corrupção ser um dos grandes flagelos da sociedade. Também os Direitos de Propriedade (42,4), a Liberdade Financeira (47,2) e a Liberdade de investimento (48,9) são áreas em que o score médio mundial é ainda muito baixo.

Pela positiva, destaque para a Liberdade Fiscal (74,2), a Liberdade de Comércio (72,8) e a Liberdade Monetária (71,4) que apresentam um score médio mundial razoavelmente elevado, característico dos países maioritariamente livres.

Mapa 1 – Mapa-Mundo da Liberdade Económica (<http://www.heritage.org/index/>)

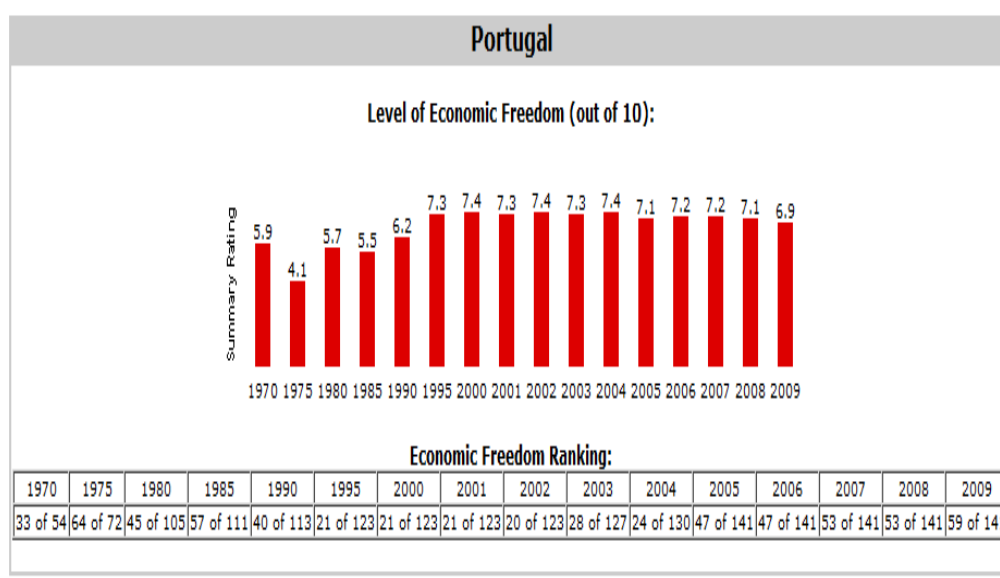


4. Liberdade Económica em Portugal – 1970 a 2012

4.1. Evolução histórica dos Resultados de Portugal no Economic Freedom of the World

Em 1970, o primeiro ano para o qual o EFW apresenta dados, Portugal apresentava um score geral de liberdade económica de 5.9 pontos, sendo então 33º classificado de entre 54 países (Gráfico 6).

Gráfico 6- Evolução do Score Geral e do Ranking de Portugal no EFW de 1970 a 2009 (<http://www.freetheworld.com/>)



A Área 1 (Tamanho do Estado: Gastos, Imposto e Empresas) era a que apresentava o score mais baixo, apenas 4 pontos, seguida pela Área 5 (Regulação do Mercado de Crédito, do Mercado de Trabalho e das Empresas) com 4,6 pontos. A Área 3 (Acesso a Dinheiro Fiável) era a que detinha o score mais elevado, no valor de 7,2 pontos, seguida de muito perto pela Área 2 (Estrutura Legal e Segurança dos Direitos de Propriedade), que era classificada com 7,1 pontos, apenas uma décima a menos. A Área 4 (Liberdade de Comércio Internacional), por sua vez, era avaliada com um score de 6,6 pontos. Convém referir que o EFW apenas começou a medir de forma anual a liberdade económica a partir do ano 2000, sendo que de 1970 a 2000 foram considerados períodos de 5 anos em 5 anos, pelo que o próximo ano para o qual o EFW apresenta dados é 1975. Assim sendo, cinco anos volvidos, em 1975, Portugal viu o seu score geral sofrer uma queda abrupta (quase 2 pontos numa escala de 0-10!) para 4,1 pontos, passando a ser apenas 64º classificado de entre 72 países.

Esta queda deveu-se principalmente à descida vertiginosa verificada no score da área 2, que passou de 7,1 pontos para apenas 1,4 pontos, descendo praticamente seis pontos (!), mas também às descidas bastante significativas ocorridas na área 3 e na área 4, que viram o seu score baixar 1,6 e 2,1 pontos respetivamente (Tabela 2).

Tabela 2- Evolução dos scores (geral e por área) de Portugal no EFW de 1970 a 2009

| ////// | Total Score | Area 1 | Area 2 | Area 3 | Area 4 | Area 5 | Chain Area 1 | Chain Area 2 | Chain Area 3 | Chain Area 4 | Chain Area 5 | Chain Summary |
|--------|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 1970 | 5.9 | 4 | 7.1 | 7.2 | 6.6 | 4.6 | 4.6 | 8.2 | 7.2 | 6.6 | 5.1 | 6.4 |
| 1975 | 4.1 | 4.4 | 1.4 | 5.6 | 4.5 | 4.6 | 4.4 | 1.6 | 5.6 | 4.5 | 5.1 | 4.3 |
| 1980 | 5.7 | 3.6 | 8 | 5.6 | 6.7 | 4.5 | 3.6 | 9.3 | 5.6 | 6.7 | 5.1 | 6 |
| 1985 | 5.5 | 3.9 | 6.1 | 5.6 | 6.9 | 4.9 | 3.9 | 7 | 5.6 | 6.9 | 5.5 | 5.7 |
| 1990 | 6.2 | 5.2 | 7.7 | 6.1 | 7.2 | 4.7 | 5.2 | 9 | 6.1 | 7.4 | 5.3 | 6.5 |
| 1995 | 7.3 | 5.5 | 8 | 9.2 | 7.9 | 5.7 | 5.5 | 8 | 9.2 | 8.1 | 5.8 | 7.3 |
| 2000 | 7.4 | 5.3 | 7.6 | 9.5 | 8.1 | 6.3 | 5.3 | 7.6 | 9.5 | 8.1 | 6.3 | 7.4 |
| 2001 | 7.2 | 5.3 | 7.6 | 9.5 | 8 | 5.8 | 5.3 | 7.6 | 9.5 | 8 | 5.8 | 7.2 |
| 2002 | 7.4 | 5.9 | 7.6 | 9.6 | 7.6 | 6.1 | 5.9 | 7.6 | 9.6 | 7.6 | 6.3 | 7.4 |
| 2003 | 7.3 | 5.9 | 7.4 | 9.6 | 7.7 | 6.1 | 5.9 | 7.4 | 9.6 | 7.7 | 6.3 | 7.4 |
| 2004 | 7.4 | 6 | 7.6 | 9.6 | 7.5 | 6.5 | 6 | 7.6 | 9.6 | 7.5 | 6.7 | 7.5 |
| 2005 | 7.1 | 5.7 | 7.2 | 9.5 | 7 | 6.2 | 5.7 | 7.2 | 9.5 | 7 | 6.1 | 7.1 |
| 2006 | 7.2 | 5.7 | 7.2 | 9.5 | 7.3 | 6.2 | 5.7 | 7.2 | 9.5 | 7.3 | 6.1 | 7.2 |
| 2007 | 7.2 | 5.7 | 7 | 9.6 | 7.3 | 6.3 | 5.7 | 7 | 9.6 | 7.3 | 6.2 | 7.2 |
| 2008 | 7.1 | 5.7 | 6.8 | 9.6 | 7.2 | 6.2 | 5.7 | 6.8 | 9.6 | 7.2 | 6.1 | 7.1 |
| 2009 | 6.9 | 5.6 | 6.7 | 9.6 | 7.1 | 5.7 | 5.6 | 6.7 | 9.6 | 7.1 | 5.6 | 6.9 |

A área 1 conseguiu fugir a este cenário, subindo mesmo 0,4 pontos, sendo que a área 5 manteve o seu score inalterado. Cinco anos mais tarde, em 1980, o score de Portugal voltou a subir para perto do valor que apresentava em 1970, sendo agora de 5.7 pontos, que valeram o 45º lugar entre os 105 países então avaliados. A área 2, que havia sido a grande responsável pela queda drástica do score geral de Portugal, foi também a grande responsável desta retoma, apresentando uma subida ainda mais impressionante que a descida que havia protagonizado em 1975, subindo agora 6,6 pontos para uns notáveis 8 pontos. A área 4 apresentou também uma subida bastante razoável, subindo 2,2 pontos até aos 6,7 pontos, score superior em uma décima ao verificado em 1970. Já a área 3 manteve o seu score, não conseguindo recuperar da descida verificada em 1975, enquanto a área 5 registou uma ligeira descida de uma décima. Pior foi a descida verificada na área 1, que baixou dos 4,4 para os 3,6 pontos. Mais tarde, em 1985, o score

de Portugal desceu 2 décimas para os 5,5 pontos (57º lugar em 111 países), não tendo havido grandes mudanças à exceção da descida de quase 2 pontos verificada na área 2, de resto a única área em que se verificou um retrocesso. Enquanto a área 3 manteve novamente o seu score inalterado, a área 1, a área 4 e a área 5 apresentaram ligeiras melhorias, tendo subido três, duas e quatro décimas respetivamente.

Já em 1990, o score geral de Portugal voltou às subidas, aumentando de 5,5 para 6,2 pontos, passando a ser 40º classificado em 113 países. Verificaram-se melhorias em todas as áreas excetuando a área 5, que viu o seu score descer duas décimas. A área 2 protagonizou a subida mais significativa, tendo aumentado o seu score em 1,6 pontos, atingindo os 7,7 pontos, mas foi seguida de perto pela área 1, que subiu 1,3 pontos dos 3,9 para os 5,2 pontos. A área 3 verificou uma melhoria de meio ponto (6,1 pontos), enquanto a área 4 se ficou por um aumento de 3 décimas (7,2 pontos). Em 1995, Portugal dá sequência ao bom resultado de 1990, dando um importante salto quantitativo em termos de liberdade económica, elevando o seu score geral a 7,3 pontos, um aumento de mais de um ponto em relação a 1990, e de quase dois pontos relativamente a 1985 (de 5,5 para 7,3 pontos), podendo considerar-se este período temporal (entre 1985 e 1995) como o «período de ouro» em Portugal no que toca ao desenvolvimento da liberdade económica. Em termos de ranking, Portugal passou a ser 21º colocado de entre 123 países, uma classificação extremamente respeitável. Verificaram-se melhorias em todas as áreas da liberdade económica, sendo o grande destaque a subida superior a 3 pontos verificada na área 3 (Acesso a dinheiro fiável), que subiu dos 6,1 para os 9,2 pontos! Mas merece também destaque a subida de um ponto ocorrida na área 5, que ascendeu aos 5,7 pontos, claramente o seu melhor score até então, ocorrendo o mesmo na área 4, que subiu sete décimas para os 7,9 pontos. Já as áreas 1 e 2 ficaram-se por uma subida de três décimas, sendo que no caso da área 2 esta subida permitiu alcançar o melhor resultado de sempre de Portugal nesta área, os mesmos 8 pontos que se verificaram em 1980 e que até hoje não mais se repetiram.

No início do novo século, no ano 2000, o score de Portugal subiu uma décima para os 7,4 pontos, o valor mais alto até hoje, mantendo a sua posição no ranking (21º em 123). Verificaram-se descidas de duas e quatro décimas nos scores da área 1 e da área 2 respetivamente, descidas que foram contrariadas pelas subidas ocorridas nas áreas 3, 4 e 5. A área 3 aumentou três décimas, atingindo uns impressionantes 9,5 pontos. A área 4 aumentou duas décimas, atingindo os 8,1 pontos, o valor mais alto que Portugal conseguiu obter nesta área até hoje. Já a área 5 teve uma importante melhoria

de seis décimas, chegando aos 6,3 pontos, constituindo o seu melhor resultado até então e o seu segundo melhor resultado até hoje. A partir do ano 2000, o índice de liberdade económica passou a ser elaborado anualmente, como já foi referido. Naturalmente, passaram a ocorrer mudanças menos significativas de índice para índice, já que o período temporal considerado é substancialmente mais pequeno. Assim sendo, em 2001, o score geral de Portugal desceu duas décimas, fruto da descida de meio ponto no score da área 5, que baixou aos 5,8 pontos e da descida de uma décima na área 4. Todas as outras áreas mantiveram o seu score de 2000, assim como se manteve a posição de Portugal no ranking (21º em 123). No ano seguinte, em 2002, Portugal recuperou as duas décimas que havia perdido em 2001, voltando a apresentar um score de 7,4 pontos, que lhe permitiu mesmo subir uma posição para o 20º lugar do ranking do EFW, constituindo esta a melhor classificação de sempre de Portugal neste ranking. A subida de 0,6 pontos na área 1, que atingia o seu valor mais alto até então (5,9 pontos), contribui decisivamente para esta subida, já que a descida de quatro décimas verificada na área 4 acabou por ser anulada pela subida de uma e de três décimas verificadas nas áreas 2 e 5 respetivamente. Em 2003, o score geral baixou uma décima, passando Portugal a ser 28º classificado de entre 127 países. Esta descida foi fruto da queda de duas décimas no score da área 2, que passou de 7,6 para 7,4 pontos. De resto, o score da área 4 subiu mesmo uma décima, sendo que as restantes três áreas mantiveram o mesmo score verificado em 2002. Um ano volvido, em 2004, o score geral voltou aos 7,4 pontos, o mesmo valor de 2000 e de 2002, sendo este o valor mais elevado que Portugal conseguiu obter neste ranking, não se tendo mais repetido. Esta pequena melhoria valeu uma subida de Portugal no ranking, passando a ocupar a 24ª posição, agora de entre um universo de 130 países. A subida de quatro décimas na área 5 foi o maior destaque, não só pelo facto de ter sido a área que mais cresceu nesse ano, como pelo facto do score de 6,5 pontos constituir o melhor resultado de sempre alcançado por Portugal nesta área. O mesmo sucedeu na área 1, que apesar de ter verificado uma subida de apenas uma décima, registou o seu melhor score de sempre, atingindo os 6 pontos. De resto, à subida de duas décimas na área 2, contrapôs-se igual descida na área 4, sendo que o score da área 3 voltou a manter-se o mesmo, o que, atendendo ao seu valor (9,6 pontos), nunca seria uma má notícia.

Pode-se considerar que 2005 foi um ano negro para a liberdade económica em Portugal. O score geral desceu dos 7,4 para os 7,1 pontos, tendo Portugal descido para a 47ª posição de entre os 141 países avaliados e visto todas as suas áreas da liberdade económica a registarem descidas. A área 4 foi a que mais desceu, passando dos 7,5

para os 7 pontos, uma queda de meio ponto. A área 2 desceu quatro décimas para os 7,2 pontos, enquanto a área 1 e a área 5 desceram ambas três décimas para os 5,7 e 6,2 pontos respetivamente. A área 3 também desceu, mas apenas uma décima, mantendo um score bastante elevado de 9,5 pontos. No ano seguinte, em 2006, Portugal viu o seu score aumentar uma décima para os 7,2 pontos, mantendo a sua posição no ranking (47º em 141 países). Foi um ano em que Portugal praticamente não registou alterações. Exceptuando a subida de 3 décimas verificada no score da área 4 (dos 7 para os 7,3 pontos), todas as outras áreas mantiveram o score do ano anterior. Um ano mais tarde, em 2007, as medidas na liberdade económica em Portugal voltaram a ser mínimas, tendo-se mesmo repetido o score geral verificado em 2006, 7,2 pontos, score que valeu a Portugal uma descida de seis posições até ao 53º lugar do ranking. A descida de duas décimas verificada na área 2 foi compensada pelas subidas de uma décima verificadas nas áreas 3 e 5. A área 1 e a área 4 mantiveram o score do ano anterior. Já em 2008, o score geral de Portugal desceu uma décima para os 7,1 pontos, mantendo no entanto a 53ª posição no ranking. Verificou-se uma descida de duas décimas na área 2, que baixou dos 7 para os 6,8 pontos, e descidas de uma décima nas áreas 4 e 5. Já as áreas 1 e 3 mantiveram o score do ano transato, não tendo portanto existido melhorias em qualquer das áreas. Já em 2009, o último ano para o qual o EFW possui dados publicados, o score de liberdade económica de Portugal voltou a descer. Pela primeira vez desde 1995, o score baixou da barreira dos 7 pontos, cifrando-se agora nos 6,9 pontos, fruto de uma descida de duas décimas que levou Portugal a perder 6 posições no ranking, sendo agora 59º classificado de um universo de 141 países. Mais uma vez voltou a não se verificar qualquer subida em nenhuma das áreas avaliadas, sendo que apenas a área 3 conseguiu manter o seu score, repetindo os 9,6 pontos. A principal descida ocorreu na área 5, que viu o seu score baixar meio ponto relativamente ao ano anterior, cifrando-se agora em 5,7 pontos. Nas restantes áreas verificou-se uma descida de uma décima. A área 1 obteve um score de 5,6 pontos, a área 2 um score de 6,7 pontos e a área 4 um score de 7,1 pontos.

4.2. Evolução histórica dos Resultados de Portugal no Index of Economic Freedom

Em 1995, o ano em que a Heritage Foundation publicou o seu primeiro índice de liberdade económica, Portugal apresentou um score geral de 62,4 pontos (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução dos scores (geral e das componentes) de Portugal no IEF de 1995 a 2012

| contry | index year | overall score | business f | trade f | fiscal f | government sp | monetary f | investment f | financial f | property rights | freedom corruption | labor freedom |
|----------|------------|---------------|------------|---------|----------|---------------|------------|--------------|-------------|-----------------|--------------------|---------------|
| Portugal | 2012 | 63 | 83 | 87.1 | 59 | 25.5 | 82.6 | 70 | 60 | 70 | 60 | 32.5 |
| Portugal | 2011 | 64 | 80.1 | 87.6 | 61.1 | 36.2 | 82.3 | 70 | 60 | 70 | 58 | 34.7 |
| Portugal | 2010 | 64.4 | 80.5 | 87.5 | 61 | 37.1 | 79.7 | 70 | 60 | 70 | 61 | 37 |
| Portugal | 2009 | 64.9 | 81.1 | 85.8 | 61.6 | 35.4 | 79.9 | 70 | 60 | 70 | 65 | 40.3 |
| Portugal | 2008 | 63.9 | 80.5 | 86 | 61.3 | 32.6 | 79.4 | 70 | 50 | 70 | 66 | 43.1 |
| Portugal | 2007 | 64 | 78.6 | 86.6 | 62.3 | 35.4 | 80.4 | 70 | 50 | 70 | 65 | 41.5 |
| Portugal | 2006 | 62.9 | 73.3 | 82.4 | 64 | 29.7 | 84.4 | 70 | 50 | 70 | 63 | 42.2 |
| Portugal | 2005 | 62.4 | 70 | 80.2 | 61.7 | 32 | 83.2 | 70 | 50 | 70 | 66 | 41.2 |
| Portugal | 2004 | 64.9 | 70 | 79.8 | 62.3 | 36.2 | 82.9 | 70 | 50 | 70 | 63 | N/A |
| Portugal | 2003 | 64.9 | 70 | 81.4 | 61.8 | 35.7 | 82.6 | 70 | 50 | 70 | 63 | N/A |
| Portugal | 2002 | 65.4 | 70 | 79.6 | 60.8 | 39.3 | 84.7 | 70 | 50 | 70 | 64 | N/A |
| Portugal | 2001 | 66 | 70 | 78 | 61.6 | 41.9 | 85.2 | 70 | 50 | 70 | 67 | N/A |
| Portugal | 2000 | 65.5 | 70 | 77.8 | 60.4 | 41.9 | 84.8 | 70 | 50 | 70 | 65 | N/A |
| Portugal | 1999 | 65.6 | 70 | 77.8 | 60.6 | 37.1 | 84.8 | 70 | 50 | 70 | 70 | N/A |
| Portugal | 1998 | 65 | 70 | 77.8 | 59.8 | 39.3 | 83.1 | 70 | 50 | 70 | 65 | N/A |
| Portugal | 1997 | 63.6 | 70 | 77.8 | 61 | 36.5 | 81.4 | 70 | 50 | 70 | 56 | N/A |
| Portugal | 1996 | 64.5 | 70 | 77.8 | 61.5 | 31.5 | 79.7 | 70 | 50 | 70 | 70 | N/A |
| Portugal | 1995 | 62.4 | 70 | 77.8 | 60.5 | 36 | 77.7 | 50 | 50 | 70 | 70 | N/A |

A liberdade de comércio e a liberdade monetária eram as áreas em que Portugal apresentava um score mais elevado, 77,8 e 77,7 respetivamente, seguidas pela liberdade empresarial, a liberdade da corrupção e os direitos de propriedade, todas com um score de 70 pontos, tendo esta última mantido o seu score inalterável até aos dias de hoje. A liberdade fiscal obteve na altura um score de 60,5 pontos, enquanto a liberdade de investimento e a liberdade financeira se ficaram ambas pelos 50 pontos. A área mais fraca de Portugal foi mesmo o tamanho do estado, que obteve na altura um score de 36 pontos, sendo que a liberdade no mercado de trabalho só começou a ser classificada pelo IEF a partir de 2005. Um ano volvido, em 1996, o score geral de Portugal subiu 2,1 pontos para 64,5, em grande parte fruto do aumento significativo de 20 pontos do score

da liberdade de investimento de 50 para 70 pontos (score que se manteve depois inalterável até hoje), cobrindo completamente a descida do score do tamanho do estado para 31,5, que se acentuou como a área mais débil da liberdade económica em Portugal. Destaque ainda para a subida do score da liberdade monetária, que voltaria a subir progressivamente nos anos seguintes. Em 1997, o score geral registou uma descida de 0,9 pontos, justificado pela preocupante queda de 14 pontos no score da liberdade da corrupção, que passava agora a ser de 56 pontos. Nota positiva para nova melhoria na área da liberdade monetária, que apresentou um score de 81,4 pontos e também para uma subida do score na área do tamanho do estado equivalente à descida que se havia verificado no ano anterior. Em 1998 o score geral subiu 1,4 pontos, chegando aos 65 pontos. As áreas da liberdade monetária e do tamanho do estado voltaram a registar melhorias mas foi da área que mais tinha piorado um ano volvido que veio o melhor resultado, tendo o score da liberdade da corrupção subido 9 pontos para 65 pontos. Em sentido contrário, a liberdade fiscal diminui cerca de 1,2 pontos de 61 para 59,8 pontos. No ano de 1999, o score geral voltou a subir, desta feita pouco mais de meio ponto, novamente fruto da recuperação na área da liberdade da corrupção, área que subiu 5 pontos, voltando ao seu valor mais alto, verificado em 1995 e 1996, que havia baixado abruptamente em 1997. A liberdade monetária continuou a evoluir, ascendendo já o seu score a 84,8 pontos e a liberdade fiscal contrariou a descida de 1998 com uma subida de 0,8 pontos. De notar ainda a descida do score do tamanho do estado em 2,2 pontos, após dois anos seguidos a subir.

Finda a década de 90, a entrada de Portugal no século XXI não traz grandes mudanças no score de liberdade económica. Em 2000 o score geral baixa apenas 0,1 pontos, devido a nova descida do score da liberdade da corrupção, desta feita de 5 pontos, que foi balanceada pelo aumento do score do tamanho do estado, que subiu quase 5 pontos para os 41,9 pontos, sendo ainda hoje o resultado mais alto que Portugal atingiu nesta área. Em 2001 o score geral sobe 0,5 pontos, verificando-se ligeiras melhorias ao nível da liberdade de comércio, da liberdade fiscal, da liberdade da corrupção e da liberdade monetária, que atinge o seu pico com um score de 85,2 pontos, o mais alto até hoje registado. Destaque para o facto de Portugal não ter verificado qualquer descida dos scores relativamente ao ano anterior, algo até então inédito. Já no ano de 2002 Portugal regressa às descidas, baixando o seu score geral de 66 pontos para 65,4, fruto de descidas nos scores da liberdade fiscal, do tamanho do estado, que volta novamente a estar abaixo dos 40 pontos, da liberdade monetária e principalmente da liberdade da corrupção, que volta a verificar uma descida, desta vez de 3 pontos,

começando esta área a assemelhar-se a uma verdadeira montanha russa no que ao seu score diz respeito. A única melhoria registada neste ano foi a subida em 1,6 pontos do score da liberdade de comércio, que ascendeu aos 79,6 pontos. No ano seguinte, em 2003, Portugal regista nova descida de 0,5 pontos, tendo pela primeira vez dois anos consecutivos de perda de liberdade económica. Repetiram-se as descidas dos scores do tamanho do estado e da liberdade da corrupção, que registaram ambas o segundo score mais baixo de sempre até então, de 35,7 e 63 pontos respetivamente. Destaque também para uma descida superior a 2 pontos na área da liberdade monetária, área que teve um desenvolvimento interessante nos últimos anos da década de 90 mas que parecia agora estar a perder alguma força, apesar de apresentar ainda um score bastante respeitável. Em termos positivos, refira-se os aumentos dos scores da liberdade de comércio e da liberdade fiscal, de 1,8 e de 1 pontos respetivamente. O ano de 2004 não trouxe novidades ao nível do score geral de Portugal, mantendo-se este exatamente igual ao ano anterior, 64,9 pontos. A alteração mais significativa verificou-se ao nível da liberdade de comércio, que baixou sensivelmente o mesmo que havia subido no ano anterior. Esta descida acabou por ser compensada por ligeiras subidas nos scores de liberdade fiscal, do tamanho do estado e da liberdade monetária.

O ano de 2005 trouxe consigo uma queda significativa do score geral de Portugal, que passa dos 64,9 para os 62,4 pontos, o score mais baixo registado por Portugal na história deste ranking, sendo o mesmo que se verificou em 1995, uma descida de 2,5 pontos que consistiu também na maior descida até hoje verificada. Esta descida explica-se pela introdução pela primeira vez da componente da liberdade no mercado de trabalho no cálculo do score de liberdade económica do país, uma componente na qual Portugal revelou debilidades e apenas conseguiu obter um score de 41,2 pontos, contribuindo para baixar o seu score geral. De resto nas outras áreas, o destaque vai para a descida do score do tamanho do estado de 36,2 para 32 pontos, uma queda de mais de 4 pontos, que foi atenuada pela melhoria verificada ao nível da liberdade da corrupção, que registou uma subida de 3 pontos. Às ligeiras melhorias na liberdade de comércio e na liberdade monetária contrapôs-se um ligeiro retrocesso, praticamente do mesmo valor das duas subidas somadas, ao nível da liberdade fiscal. Em 2006 o score geral de Portugal apresentou uma ligeira retoma, subindo meio ponto relativamente a 2005, passando a ser de 62,9. Verificaram-se melhorias interessantes ao nível da liberdade empresarial, que pela primeira vez viu o seu score sofrer modificação, subindo dos 70 para os 73,3 pontos, e também ao nível da liberdade de comércio (subida de 80,2 para 82,4 pontos) e da liberdade fiscal (subida de 61,7 para 64 pontos). A liberdade monetária

e a liberdade no mercado de trabalho também viram o seu score aumentar, mas neste caso em «apenas» cerca de um ponto. Por outro lado, as áreas tamanho do estado e liberdade da corrupção viram o seu score descer entre 2 a 3 pontos, impedindo que a subida do score geral tivesse sido maior. Um ano volvido, em 2007, o score geral voltou novamente a subir, desta vez mais de um ponto, passando a ser de 64 pontos. Começando pelo lado menos bom, a área da liberdade monetária registou uma descida significativa de 4 pontos de 84,4 para 80,4 pontos e a área da liberdade fiscal, após ter atingido o seu pico no ano anterior, viu o seu score descer perto de 2 pontos de 64 para 62,3 pontos. De referir ainda uma ligeira descida no score da liberdade no mercado de trabalho. Mas várias interessantes melhorias foram verificadas em outras áreas, nomeadamente na área da liberdade empresarial, que voltava a registar subida significativa, desta vez ainda mais impressionante, no valor de 5,3 pontos, ascendendo já aos 78,6 pontos, o mesmo acontecendo com a liberdade de comércio, que registava agora um aumento de 4,2 pontos no seu score, que passava a cifrar-se em 86,6 pontos, um score muito respeitável. As áreas tamanho do estado e liberdade da corrupção confirmavam a sua instabilidade, assemelhando-se a verdadeiras montanhas russas com os seus constantes altos e baixos, verificando desta feita subidas interessantes nos seus scores, particularmente a área tamanho do estado que passava dos 29,7 para os 35,4 pontos, enquanto o score da liberdade da corrupção subia dos 63 para os 65 pontos. Em 2008 o score geral de Portugal manteve-se praticamente o mesmo do ano anterior, tendo descido apenas uma décima para 63,9 pontos. Não se tendo registado alterações de monta, o destaque positivo vai para a confirmação da tendência de melhoria da liberdade empresarial, que ultrapassou a barreira dos 80 pontos, tendo as únicas outras subidas sido protagonizadas pelas áreas da liberdade da corrupção e da liberdade no mercado de trabalho, que subiram 1 e 1,6 pontos respetivamente, sendo que o score de 43,1 pontos verificado na área da liberdade no mercado de trabalho foi o mais elevado que Portugal conseguiu até hoje. Pela negativa verificou-se uma descida de quase 3 pontos na área do tamanho do estado, e descidas de 1 ponto nas áreas da liberdade fiscal e da liberdade monetária, bem como uma ligeira descida de 0,6 pontos na área da liberdade de comércio. Já em 2009, Portugal registou uma subida de 1 ponto no seu score geral, passando a ser de 64,9 pontos. Para este aumento contribui decisivamente a melhoria significativa ao nível da liberdade financeira, que registou uma subida de 10 pontos no seu score, passando de 50 para 60 pontos. A área do tamanho do estado subiu os mesmos 2,8 pontos que havia descido em 2008, regressando aos 35,4 pontos. A liberdade empresarial, a liberdade fiscal e a liberdade monetária apresentaram subidas

residuais nos seus scores, ao passo que o score da liberdade da corrupção baixou um ponto para os 65 pontos. Destaque para a descida de quase 3 pontos do score da liberdade no mercado de trabalho, que passou de 43,1 para 40,3 pontos, constituindo na altura um novo mínimo.

Em 2010 o score geral desceu meio ponto para os 64,4 pontos, fruto de retrocessos nas áreas da liberdade da corrupção, que desceu 4 pontos para os 61 pontos, o 2º valor mais baixo verificado nesta área até então, e da liberdade no mercado de trabalho, que tal como no ano anterior voltou a descer cerca de 3 pontos, mais concretamente 3,3 pontos, colocando-se nos 37 pontos. Importa referir a subida de quase dois pontos verificada na área da liberdade de comércio, já de si com um score bastante elevado, e que passou então dos 85,8 para os 87,5 pontos, uma subida de 1,7 pontos, igual à verificada na área do tamanho do estado, que subiu aos 37,1 pontos. A liberdade empresarial, a liberdade fiscal e a liberdade monetária, que haviam subido residualmente em 2009, viram desta feita o seu score diminuir também de forma residual, aproximando-se do resultado que haviam obtido dois anos antes. Já em 2011, o score geral de liberdade económica de Portugal desceu novamente, passando de 64,4 para os 64 pontos. Repetiram-se as descidas verificadas nos dois anos anteriores nas áreas da liberdade da corrupção e da liberdade no mercado de trabalho. Uma descida de 3 pontos no caso da liberdade da corrupção, que atingiu o seu segundo valor mais baixo de sempre, 58 pontos, só à frente do score verificado em 1997, quando Portugal obteve apenas 56 pontos nesta área. No caso da liberdade no mercado de trabalho, uma descida de 2,3 pontos e um novo «máximo» negativo, 34,7 pontos. A área do tamanho do estado, após dois anos consecutivos de manifesta melhoria, desceu neste ano cerca de um ponto. Também alvo de descida foi o score da liberdade empresarial, mas neste caso de apenas 4 décimas, mantendo-se ainda na casa dos 80 pontos. O destaque positivo surge na área da liberdade monetária, que apresentou uma subida de 2,6 pontos, ascendendo o seu score aos 82,3 pontos. Apenas outras duas áreas viram o seu score subir, e em ambos os casos a subida foi de valor mínimo, um aumento de uma décima nos scores da liberdade de comércio e da liberdade fiscal. O Index of Economic Freedom apresenta já resultados para 2012. O score geral de liberdade económica de Portugal desce 1 ponto, baixando para os 63 pontos, em grande parte devido à queda de mais de 10 pontos do score do tamanho do estado, que atinge um mínimo histórico de 25,5 pontos. Mexidas mais suaves, mas que não deixam de ser significativas, ocorreram nas áreas da liberdade empresarial, que subiu 2,9 pontos até aos 83 pontos, o score mais alto de sempre que Portugal obteve nesta área; da liberdade fiscal, que desceu 2,1

pontos até aos 59 pontos, constituindo neste caso também um valor histórico para Portugal, mas desta feita pela negativa, da liberdade da corrupção, que após 3 anos consecutivos a descer, apresentou agora sinais de alguma retoma, subindo 2 pontos para os 60 pontos; e da liberdade no mercado de trabalho, que continuou o seu percurso penoso, voltando a descer mais de 2 pontos, cifrando-se agora o seu score em 32,5 pontos. Nota ainda para a descida de meio ponto na área da liberdade de comércio, que apresenta agora um score de 87,1 pontos e para a subida de 3 décimas na área da liberdade monetária, que se cifra agora nos 82,6 pontos. As áreas liberdade de investimento (70 pontos), liberdade financeira (60 pontos) e direitos de propriedade (70) mantiveram os seus scores, sendo áreas que variam pouco o seu score, embora, quando isso acontece, sejam variações de 10 pontos ou mais, fruto também da forma como o score é calculado e atribuído nestas áreas.

4.3. Comparação entre os resultados nos dois índices

Sendo que os dois índices têm escalas diferentes, para poder comparar directamente os resultados do EFW com os resultados do IEF, é necessário multiplicar os scores do EFW por 10, convertendo a escala 0-10 numa escala 0-100. Embora em termos de ranking (posicionamento dos países) os dois índices apresentem fortes semelhanças, a verdade é que em termos de scores estes diferem um pouco, bem como na evolução dos mesmos. Estas diferenças podem ser explicadas pelas diferenças no peso atribuído às várias dimensões da liberdade económica. Na Tabela 4 tenta-se estabelecer uma relação entre as áreas da liberdade económica consideradas pelo EFW e as componentes da liberdade económica consideradas pelo IEF.

Tabela 4- Possíveis Correspondências entre o Índice EFW e o Índice IEF

| <u>Economic Freedom of the World</u> | <u>Index of Economic Freedom</u> |
|---|---|
| Área 1 – Tamanho do Estado: Gastos, Taxas e Empresas (20%) | Tamanho do Estado (10%) Liberdade Fiscal (10%) |
| Área 2 – Estrutura Legal e Direitos de Propriedade (20%) | Direitos de Propriedade (10%) |
| Área 3 – Acesso a Dinheiro Fiável (20%) | Liberdade Monetária (10%) |
| Área 4 – Liberdade de Comércio Internacional (20%) | Liberdade de Comércio (10%) Liberdade de Investimento (10%) |
| Área 5 – Regulação Mercado de Trabalho, de Crédito e das Empresas (20%) | Liberdade no Mercado de Trabalho (10%) Liberdade Financeira (10%) Liberdade Empresarial (10%) Liberdade da Corrupção (10%) |

Através deste quadro é possível perceber que os scores dos dois índices dificilmente podem ser iguais, já que os componentes de liberdade económica acabam por ter diferentes pesos nos dois índices. Por exemplo a liberdade da corrupção é uma das componentes do índice do IEF, tendo um peso de 10% para o score final, mas no índice EFW, a sub-variável da Área 5, “5C v. pagamentos extra / suborno / favoritismo”, parece ser a única avaliação feita a esta componente, pelo menos de forma direta, já que a Área 2 poderá avaliar parte desta componente, pelo que a corrupção terá possivelmente um impacto menor neste ranking. Enquanto à Área 5 (20%) do EFW equivalem quatro componentes do IEF (40%), à Área 2 (20%) corresponde apenas uma componente do IEF (10%), o mesmo acontecendo para a área 3. Sendo que Portugal apresenta scores relativamente elevados nestas áreas, o facto de o EFW atribuir mais peso às mesmas do que o IEF ajuda a explicar o score mais elevado obtido por Portugal neste ranking. A área do mercado de trabalho surge como problemática nos dois índices, mas o facto de no EFW esta estar integrada na área 5, juntamente com o mercado de crédito e das empresas, acaba por atenuar o efeito negativo no ranking, efeito que é mais sentido no IEF, que atribui um maior peso a esta área, além de a classificar de forma mais negativa que o EFW.

4.4. Análise dos Resultados: Liberdade Económica e Políticas Públicas

Neste subcapítulo será analisada a evolução da economia portuguesa nas últimas décadas, mais concretamente desde 1970, o primeiro ano para o qual existem dados relativos à liberdade económica, procurando desta forma encontrar ou propor justificação para algumas das variações verificadas por Portugal no ranking de Liberdade Económica do Fraser Institute. Esta análise terá como apoio a obra “Economia Portuguesa, As últimas décadas” de Luciano Amaral, que analisa a evolução da economia portuguesa desde os anos finais do Estado Novo até à atualidade.

De forma a perceber melhor a conjuntura económica portuguesa em 1970, convém recuar um pouco. Após um longo período de medíocre desempenho da economia portuguesa, que englobou todo o século XIX e a primeira metade do século XX, e que originou um forte atraso face às economias mais desenvolvidas, Portugal viria a registar, entre o fim da II Guerra Mundial e 1973, um período de fortíssimo crescimento económico, o maior verificado na sua história. Foram cerca de 25 anos de crescimento ininterrupto, associados à industrialização e à urbanização, que levaram a economia

portuguesa a reaproximar-se das economias mais desenvolvidas (Amaral, 2010 pg. 22). Este crescimento deu-se numa altura em que vigorava em Portugal o Estado Novo, um regime autoritário que, apesar de nos anos 30 ter sido comum na Europa, tornou-se, a partir do fim da II Guerra Mundial, uma exceção na Europa Ocidental, já que a maior parte dos países iniciou por essa altura um processo de democratização. Fortemente associado a esta democratização surgiu o Estado-Providência, um conjunto de políticas sociais que não foram na altura seguidas por Portugal, que não convergiu naturalmente com o resto da Europa em termos institucionais e democráticos, apesar de o ter feito em termos económicos (Amaral, 2010 pg. 27).

É nesta conjuntura que Portugal é avaliado no ranking do Fraser Institute relativamente ao ano de 1970, obtendo um score de 5,9 pontos. Apesar do regime autoritário que vigorava em Portugal na altura, Amaral (2010) faz referência a alguns esforços no sentido de abrir a economia portuguesa, como o facto de ter sido um dos fundadores da *European Free Trade Association* (EFTA) em 1959, bem como a tentativa de assinar um acordo de associação com a Comunidade Económica Europeia (CEE) três anos mais tarde, algo que contribui para a crescente liberalização do comércio com os países europeus (Amaral, 2010 pg. 24). Barreto (2002) considera a adesão à EFTA como o primeiro processo de abertura da economia portuguesa ao exterior, salientando o impacto extremamente positivo que esta adesão teve no investimento externo no país, considerando mesmo o período de 1960 a 1973 como “*o período de maior crescimento económico da história do país*” (Barreto, 2002 pg. 3). Barros e Garoupa (1996) consideraram também este como um dos períodos de maior convergência de Portugal face aos padrões da União Europeia. No entanto, a liberdade de funcionamento do mercado estava ainda restringida por um sem número de instrumentos, desde o controlo dos preços de vários produtos, quer ao nível da produção, do consumo e da comercialização, passando pela regulação de mercados, através da imposição de “*condições de comercialização e de margens de intermediação*”, até aos “*incentivos fiscais, isenções aduaneiras arbitrárias ad hoc ou o acesso ao crédito em benefício de certas atividades*” (Amaral, 2010 pg. 26). Um aspeto curioso prende-se com o facto de Portugal apresentar um score bastante baixo na área 1 relativa ao tamanho do estado (bastante inferior a Espanha e Grécia), já que não tinha aderido ainda ao Estado Providência, detinha poucas ou nenhuma empresas públicas e apresentava uma despesa pública relativamente baixa. Consultando os scores das diferentes variáveis desta área, é possível perceber que Portugal apresentava realmente um score bastante razoável em termos de gastos, mas apresentava scores muito baixos nas variáveis

relativas às empresas e às taxas, o que justifica o baixo score obtido nesta área. Amaral (2010) refere que a ausência de empresas públicas não impediu o Estado Novo de ser o maior acionista do país, já que participava com grande intensidade no capital de várias empresas mistas (Amaral, 2010 pg. 26). Além disso,

“As funções e a dimensão não eram as do Estado-Providência moderno, mas a sua presença era permanente. O Estado-Novo definiu-se como um regime «corporativo» que, embora querendo garantir um papel importante à iniciativa privada, também procurou discipliná-la” (Amaral, 2010 pg. 26)

Já em 1975, Portugal vê o seu score de liberdade económica baixar de forma radical quase dois pontos para uns míseros 4,1 pontos, resultado que pode ser explicado não só pelo processo revolucionário iniciado a 25 de Abril de 1974, que marcou o fim do Estado Novo, mas também pelo choque petrolífero iniciado em 1973, que originou uma grave crise internacional (Amaral, 2010 pg. 27). Isto corrobora os resultados do ranking EFW do Fraser Institute, no qual se verificam no ano em causa descidas importantes nos rankings de liberdade económica de diversos países, fruto da crise internacional, descidas no entanto inferiores à verificada por Portugal, que à crise internacional somou uma crise interna. A descida na área 3 (Acesso a Dinheiro Fiável) é comum a muitos outros países, podendo-se justificar pela crise internacional. O período de forte crescimento de Portugal entre 1950 e 1973, foi interrompido de forma abrupta em 1974 e 1975, ano em que o produto *per capita* registou uma descida brutal de 9%. O também brutal aumento do preço do petróleo levou à deterioração dos termos de troca da economia portuguesa, contribuindo ainda para dificultar a exportação dos produtos portugueses, resultado também das perturbações internas no país, originadas por um conjunto de greves em prol de melhores salários e menos horas de trabalho (Amaral, 2010 pg. 28). Estas perturbações e correspondentes dificuldades de exportação, associadas a medidas protecionistas, poderão ajudar a explicar a descida do score da Área 4 (Liberdade de Comércio Internacional). Fruto de um incrível aumento de quase 30% nos salários em 1975, completamente inadequado à situação que o país vivia, não só pela crise mas também pelo regresso de 600000 portugueses das colónias africanas (aumento da mão-de-obra), o investimento e a produtividade foram afetados, levando ao fecho ou limitação da atividade de algumas empresas e ao aumento do desemprego de 1,5% em 1973 para 5% em 1975 (Amaral, 2010 pg. 28). Embora inicialmente os propósitos do golpe militar de 1974 fossem moderados, assentes na linha semi-marxista/semi-social-democrata, a verdade é que em 1975 a ascensão de alguns partidos

com ideias mais radicais levou Portugal a aproximar-se do comunismo, nomeadamente através de uma forte onda de nacionalizações e da realização da reforma agrária, que naturalmente tiveram consequências para a economia (Amaral, 2010 pg. 29). A reforma agrária, ao expropriar mais de um milhão de hectares aos proprietários agrícolas, terá contribuído significativamente para a enorme queda verificada por Portugal na área 2 (Estrutura Legal e Direitos de Propriedade).

Em 1980, Portugal recupera da forte descida verificada em 1975, subindo de 4,1 para 5,7 pontos no ranking de liberdade económica. A onda de nacionalizações iniciada em 1975 fez-se ainda sentir no score da área 1 (Tamanho do Estado), que verificou uma descida, atingindo o valor mínimo de 3,6 pontos, apesar de nos últimos anos da década de 70 ter já havido uma tendência para a limitação da propriedade pública. Esta descida deveu-se também ao início da implementação do Estado Providência, que ficou de certa forma constitucionalizado em 1976, através dos artigos 63º e 64º, que *“previam a criação e instalação de um Sistema de Segurança Social e de um Sistema de Saúde geridos pelo Estado”* (Amaral, 2010 pg. 30). A resolução da crise interna e a consolidação do novo regime ajuda a perceber a subida do score da área 2 (Estrutura Legal e D.P.), bem como do score da área 4 (Liberdade Comércio Internacional), já que, como foi visto, a crise interna terá tido influência na descida deste score em 1975. Citando Barreto (2002),

“Após um processo político rápido e pacífico (tal como, em grande parte, tinha sido a revolução) baseado sobretudo na realização de eleições, na aprovação de uma constituição e na reposição da autoridade administrativa e legal constitucional, foi fundado um regime democrático e parlamentar. A gradual normalização significou que foram repostas as normas legais de garantia aos direitos fundamentais, incluindo os de propriedade; regressaram a Portugal todos os que (...) se tinham entretanto exilado; e foram repostas as regras de funcionamento do mercado.” (Barreto, 2002 pg. 5)

Em termos económicos, estes 5 anos são marcados por dois períodos distintos: um primeiro período de expansão da economia, de 1976 a 1978, em que os governos, para fins eleitorais, utilizaram a nacionalização da banca e de empresas para expandirem a economia ou conterem o desemprego, e um segundo momento de contração da economia, de 1978 a 1980, que visou manter a solvência externa do país, que havia sido comprometida pelo anterior período de expansão (Amaral, 2010 pg. 31). Fruto da dramática situação económica em que Portugal se encontrava no final de 1975, nos dois anos seguintes os governos preocuparam-se essencialmente em estimular a atividade económica, através de uma política de crédito abundante, facilitada pela posse das

principais instituições financeiras. A política do protecionismo foi também utilizada, recorrendo à imposição de quotas de importação e á introdução da sobretaxa aos produtos importados (Amaral, 2010 pg. 31) No entanto, e com o intuito de recuperar a confiança dos empresários no sistema político, em Junho de 1977 foi criada a Lei de Delimitação dos Sectores, que embora confirmasse a irreversibilidade das nacionalizações, estabelecia um limite à sua expansão, ao mesmo tempo que abria algumas portas ao sector privado, ainda que de forma limitada. Ainda em 1977 começou o desmantelamento da Reforma Agrária, com a introdução da Lei Barreto, que possibilitou a devolução de grande parte dos terrenos aos proprietários, o que certamente terá contribuído para a reposição do score da Área 2 (Estrutura Legal e D.P.). Também no domínio laboral houve sinais de liberalização, com a introdução dos contratos a prazo e do trabalho precário, além da facilitação do despedimento coletivo (Amaral, 2010 pg. 31). Esta liberalização não foi no entanto percecionada na altura pelo índice de Liberdade Económica do Fraser Institute, já que o score da variável 5B, relativa ao mercado de trabalho, acabou mesmo por descer uma décima. Apesar de estas políticas terem ajudado ao crescimento da economia portuguesa, estas contribuíram também para um forte desequilíbrio externo, fazendo com que em 1977 o défice na balança de transações correntes chegasse a 10% do PIB. Portugal entrou então em rutura de pagamentos, algo que forçou o país a recorrer à ajuda externa, celebrando então o seu primeiro acordo de estabilização económica com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que implicou que Portugal adotasse, de 1978 a 1980, uma política económica contracionista, baseada na subida das taxas de juro, na restrição da concessão de crédito, no aumento dos preços dos bens de consumo e na “desvalorização do escudo que permitisse compensar a inflação e aumentar a competitividade das exportações” (Amaral, 2010 pg. 32). Estas medidas levaram naturalmente à aceleração da inflação, mas foram eficazes na reposição do equilíbrio externo de Portugal, que foi praticamente alcançado em 1979, apesar do problema do défice orçamental se manter (Amaral, 2010 pg. 33).

Em 1985, Portugal obteve um score de 5,7 pontos no EFW, uma descida de duas décimas relativamente ao verificado em 1980. Em termos económicos, este período (1980-1985) foi bastante semelhante ao anterior (1975-1980), apresentando também duas fases distintas: uma primeira de expansão, até 1983, que conduziu novamente a um forte desequilíbrio externo, e uma segunda de contração, de 1983 a 1985 novamente com a necessidade de entrada em cena do FMI, *“regressando assim o anterior receituário, embora de forma mais violenta”* (Amaral, 2010 pg. 33). Mais uma vez a política adotada teve sucesso na obtenção do equilíbrio externo, só que desta feita as

consequências para a Economia interna foram bastante pesadas, nomeadamente com o aumento do desemprego e da inflação e com o crescimento negativo do PIB em 1983 e 1984, às quais se juntou ainda o aumento do défice orçamental, que atingiu valores recorde neste período (Amaral, 2010 pg. 34).

Cinco anos volvidos, em 1990, Portugal obtém um score de 6,2 pontos, o seu mais alto até então neste ranking, registando uma considerável subida de sete décimas relativamente a 1985. Em 1985, o quadro económico português era muito pouco animador, como já vimos, mas em 1986, dá-se uma enorme mudança, marcada pela entrada de Portugal na CEE, que viria a ter um conjunto de efeitos económicos, nomeadamente o fim do protecionismo, a disponibilização de fundos por parte da CEE para desenvolvimento de infraestruturas e capital humano e a adoção de um conjunto de regras económicas e comerciais comuns a todos os países da CEE (Amaral, 2010 pg. 34). De 1986 a 1992 viveu-se em Portugal aquilo a que Luciano Amaral (2010) apelida de “mini-idade de ouro”. A entrada de Portugal na CEE, além de ter aberto as portas do próspero mercado europeu às exportações portuguesas, teve também o condão de gerar um notável afluxo de investimento direto estrangeiro, já que muitos investidores viam a entrada de Portugal na CEE como um sinal de que o país viria a atravessar uma fase de forte crescimento nos anos que se seguiam (Amaral, 2010 pg. 36). A este investimento estrangeiro juntavam-se também os fundos comunitários, o que permitiu a aplicação de políticas expansionistas internas sem que o país entrasse em desequilíbrio externo. A queda de 50% no preço do petróleo entre 1984 e 1986 deu também uma preciosa ajuda ao crescimento da economia portuguesa (Amaral, 2010 pg. 36). Estes efeitos contribuíram para a convergência económica de Portugal face à União Europeia, constituindo o período de 1986 a 1993 como o período de maior convergência, superando o período de 1961 a 1973 (Barros e Garoupa, 1996). A inflação foi reduzida substancialmente, passando de 25% em 1985 para 12% em 1988, assim como o défice orçamental, que desceu de 10% para 4%. A descida da inflação foi conseguida recorrendo à “*via cambial*”, o que permitiu “...*libertar o instrumento das taxas de juro para estimular a economia*” (Amaral, 2010 pg. 37). Olhando aos resultados do ranking de liberdade económica, é possível confirmar a redução da inflação, bem visível na variável 3C, relativa à inflação no ano mais recente, que viu o seu score de 5,7 para 7,4 pontos, sendo a principal responsável pela subida de meio ponto no score da área 3. Neste período é ainda de salientar a criação dos primeiros bancos privados pós 25 de Abril (Amaral, 2010 pg. 34), possível de confirmar pela subida verificada no score da variável 5Ai, que se encontrava em zero pontos e subiu para os dois pontos. Destaque ainda para

uma nova revisão constitucional ocorrida em 1989, que revogou o princípio de apropriação coletiva dos meios de produção (algo que não será alheio ao aumento do score da Área 2, relativa à Estrutura Legal e Direitos de Propriedade), anulando a reforma agrária e a irreversibilidade das nacionalizações, o que desencadeou um longo programa de privatizações que se estende até à atualidade (Amaral, 2010 pg. 39). Todas as áreas, com exceção da Área 5, verificaram importantes melhorias no ranking em virtude da adesão de Portugal à CEE (e tudo o que isso implicou), melhorias que seriam ainda mais sólidas e visíveis no score de liberdade económica de Portugal para o ano de 1995.

Em 1995, Portugal volta a registar uma subida notável no seu score de liberdade económica, subindo mais de um ponto dos 6,2 para os 7,3 pontos. Neste ano surgem verdadeiramente consolidados os efeitos da adesão de Portugal à CEE para o desenvolvimento da liberdade económica no país, com todas as áreas de liberdade económica a registarem melhorias, com destaque para a área 3 (Acesso ao Dinheiro), que sobe quase três pontos, e para a área 5 (Mercado de Crédito, Trabalho e Negócios), uma área tradicionalmente problemática e que obtém uma importante subida de um ponto, sendo finalmente refletido algum do esforço colocado nas reformas do mercado de trabalho, sendo certo que ficaria ainda muito por fazer. Em 1992 foi criado o Mercado Único Europeu, *“pressupondo não só a liberdade de comércio (tal como já acontecia na CEE), mas também a liberdade de circulação do capital e do trabalho”* (Amaral, 2010 pg. 34), algo que contribui para um maior desenvolvimento da liberdade económica e que certamente justifica as subidas verificadas nos scores da área 3 (acesso ao dinheiro) e da área 4 (liberdade de comércio internacional). As subidas dos scores da variável 3D, relativa à liberdade para possuir contas bancárias em moeda estrangeira, de 0 para 10 pontos (!) e da variável 4E, relativa ao controlo do mercado internacional de capitais, de 5 para 8,3 pontos, parecem estar diretamente associadas à liberdade de circulação do capital. A liberdade de circulação do trabalho pode, por sua vez, ter contribuído para a melhoria verificada na área do mercado de trabalho. Em termos económicos, o período de 1990-1995 é marcado por duas fases distintas: a primeira pertencente ainda à mini-idade de ouro, que terminou em 1992, como já visto, e que deu lugar a uma das mais graves crises da economia portuguesa, que apenas foi ultrapassada em 1995. Esta crise deveu-se à adoção de uma política monetária muito restritiva em 1990, já que o défice, cada vez mais elevado em virtude do crescente aumento das despesas com pessoal e das pensões, criava fortes pressões inflacionistas, algo que Portugal teve que combater fruto da incompatibilidade de um novo ciclo inflacionista com o seu estatuto de estado-membro da CEE (Amaral, 2010 pg. 36). Esta política manteve-se durante toda a década

de 90, já pensando e preparando a possível adesão de Portugal ao Euro, a moeda única. A adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu (SME) em 1992 serviu de antecâmara, e foi fundamental para a forte subida verificada no score da área 3 devido à forte disciplina que trouxe ao sistema monetário (Amaral, 2010 pg. 39).

Em 2000, o score de liberdade económica para Portugal sobe apenas uma décima para 7,4 pontos, parecendo estabilizar, após a grande expansão verificada entre 1985 e 1995, fruto da adesão à União Europeia. Destaque-se a subida da variável 5Ai, que reflete a continuidade do processo de privatização de bancos iniciado em 1985, além de nova melhoria na Área 3 (Acesso a Dinheiro Fiável), refletindo a praticamente consumada adesão de Portugal ao Euro. Entre 1995 e 2000, Portugal continuou a preparar o terreno para abolir o escudo e aderir à moeda única. Em termos económicos o país conseguiu recuperar da crise vivida de 1992 a 1994, voltando em 1995 a registar crescimento, algo que se veio a repetir anualmente até ao final da década (Amaral, 2010 pg. 40). Este crescimento deveu-se à queda das taxas de juros, que gerou maior consumo e investimento (em virtude de constituir um incentivo ao endividamento em detrimento da poupança), e à expansão de certas despesas públicas (Amaral, 2010 pg. 41). O desemprego resultante da anterior crise foi assim sendo absorvido, mas simultaneamente começaram a surgir pressões para o aumento dos salários. As empresas acederam a estas pressões, já que os custos do crédito eram agora bastante mais reduzidos, o que fez com que os salários crescessem acima da produtividade, provocando o aumento dos custos unitários do trabalho e a perda de competitividade da economia (Amaral, 2010 pg. 41). Como consequência, o endividamento externo passou de 0% em 1995 para 10% em 2000, algo que na altura não foi visto como problemático, já que existia a expectativa de que a adesão ao Euro tivesse um impacto bastante positivo na economia portuguesa, algo que não se veio a verificar, e o endividamento externo em 2009 corresponderia já a praticamente 100% do PIB (Amaral, 2010 pg. 41).

O ano de 2000 marca o início do processo de integração de Portugal no Euro, a moeda única. Desde esse momento, o comportamento da economia portuguesa tem sido bastante negativo. Amaral (2010) defende que a economia portuguesa “*não se encontrava preparada em termos de produtividade, nível salarial e inflação para aderir à moeda única*” (Amaral, 2010 pg. 43). O sector transacionável foi sendo cada vez mais estrangulado e o endividamento externo continuou a crescer, já que as exportações, embora apresentem um bom comportamento, não são suficientes para cobrir as importações. Segundo Amaral (2010), o problema reside na contínua contração da

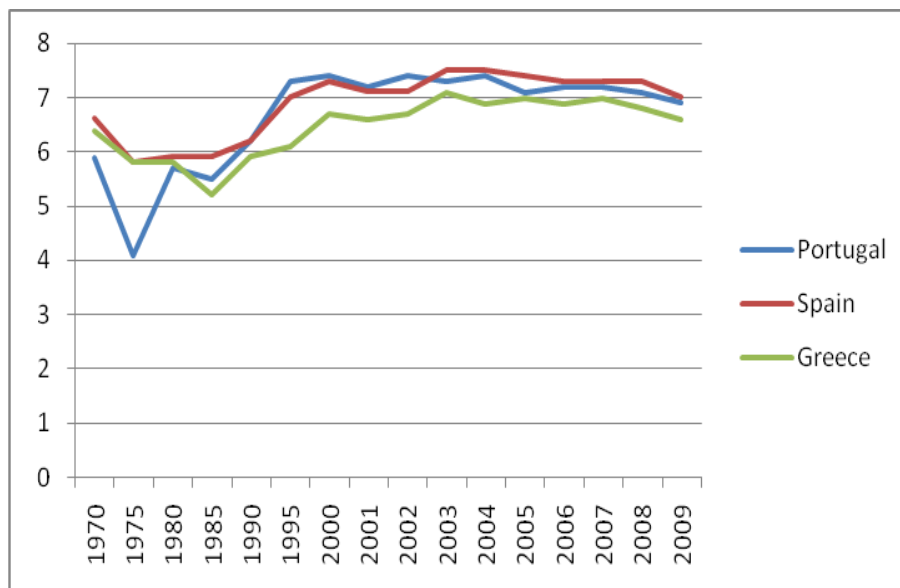
dimensão do sistema exportador desde 1990 até à atualidade. Isto é possível de constatar pelo score da variável 4C, relativo ao tamanho do sector de troca, que desceu de 5,2 pontos em 1990 para 4,5 pontos em 1995 e continuou a descer após o ano 2000, atingindo em 2009 um valor mínimo de 2,8 pontos, sendo claramente a variável da área 4 em que o país apresenta o pior registo. Portugal, à semelhança dos seus mais diretos competidores, Espanha, Grécia e Itália, perdeu quotas de mercado a nível mundial para os novos países-membros da União Europeia e para a China, países em que a mão-de-obra é bastante mais barata. Além disso, a entrada no euro coincidiu também com a adoção de uma política orçamental restritiva, que limitou a procura interna, nomeadamente através do aumento da eficácia fiscal (Amaral, 2010 pg. 44). Limitada externa e internamente, a economia portuguesa entrou num longo período de lento crescimento, que não tem permitido a aproximação às economias mais ricas (Amaral, 2010 pg. 45). A crise iniciada em 2007 e que se prolonga até hoje, parece ter tido influência no score de liberdade económica do país, que desceu nos anos de 2008 e 2009, passando de 7,2 pontos em 2007 para 6,9 pontos em 2009, descida bastante influenciada pelos cortes no crédito ao sector privado, ilustrados pela descida da sub-variável 5Aiii de 8 pontos em 2007 para 1,3 pontos em 2009. Ao nível da área 5 vale também a pena referir a melhoria verificada ao nível do mercado de trabalho em 2004, tendo a variável 5B, passado de 4,3 pontos em 2003 para 5,3 pontos em 2004, o que se pode justificar com a introdução, mencionada por Amaral (2010), em 2003 de novos elementos de flexibilidade que alteraram alguns procedimentos burocráticos visando facilitar o despedimento (Amaral, 2010 pg. 71).

4.5. Comparação com países próximos geográfica, cultural, económica e historicamente

4.5.1. Portugal vs Espanha vs Grécia

Sendo Espanha e Grécia países do Sul da Europa e países-membros da União Europeia, tal como Portugal, partilhando com o nosso país vários traços culturais, e enfrentando, também eles, crises financeiras de maior ou menor gravidade, é extremamente interessante e pertinente comparar os resultados obtidos por Portugal com os resultados obtidos por estes países. Começando pelo índice EFW (Gráfico 7), em 1970, Portugal apresentava um score de 5,9 pontos, meio ponto a menos que a Grécia, 6,4 pontos, e sete décimas a menos do que Espanha, 6,6 pontos.

Gráfico 7– Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Espanha e Grécia de 1970 a 2009 para o índice EFW



Portugal perdia claramente para estes países na área 1 da liberdade económica, relativa ao tamanho do estado. Em 1975, o score de Portugal desce quase dois pontos, em grande parte fruto da queda brutal do score da área 2, relativo à estrutura legal e direitos de propriedade. Espanha e Grécia também viram o seu score geral baixar, embora de forma mais moderada. Espanha também verificou uma queda significativa na área 2, mas bastante mais pequena do que a de Portugal, enquanto a Grécia manteve o seu score nesta área praticamente inalterado. Na área 3, relativa ao acesso a dinheiro fiável, os três países verificaram perdas similares. Já na área 4, relativa à liberdade de comércio internacional, a descida significativa de Portugal não foi acompanhada por Espanha e Grécia, que inclusive registaram melhorias nesta área. Por outro lado, Espanha e Grécia registaram descidas significativas na área 1, enquanto Portugal melhorou ligeiramente. Já em 1980, enquanto Espanha e Grécia praticamente mantiveram os scores gerais de 1975, Portugal registou uma subida notável, praticamente ao nível da descida verificada de 1970 para 1975, recuperando o terreno que havia perdido então nas áreas 2 e 4, elevando o seu score para os 5,7 pontos e colocando-se ao nível de Grécia (5,8) e Espanha (5,9). Os três países verificaram descidas na área 1. Em 1985, enquanto Espanha manteve o seu score, Portugal desceu duas décimas, ultrapassando no entanto a Grécia, que viu o seu score cair seis décimas. Destaque para novas descidas significativas de Espanha e Grécia na área 1, tendo obtido 4,2 e 3,7 pontos respetivamente, muito longe dos 8 pontos que ambos verificavam em 1970, e já ao nível de Portugal, que subiu o seu score em três décimas para os 3,9,

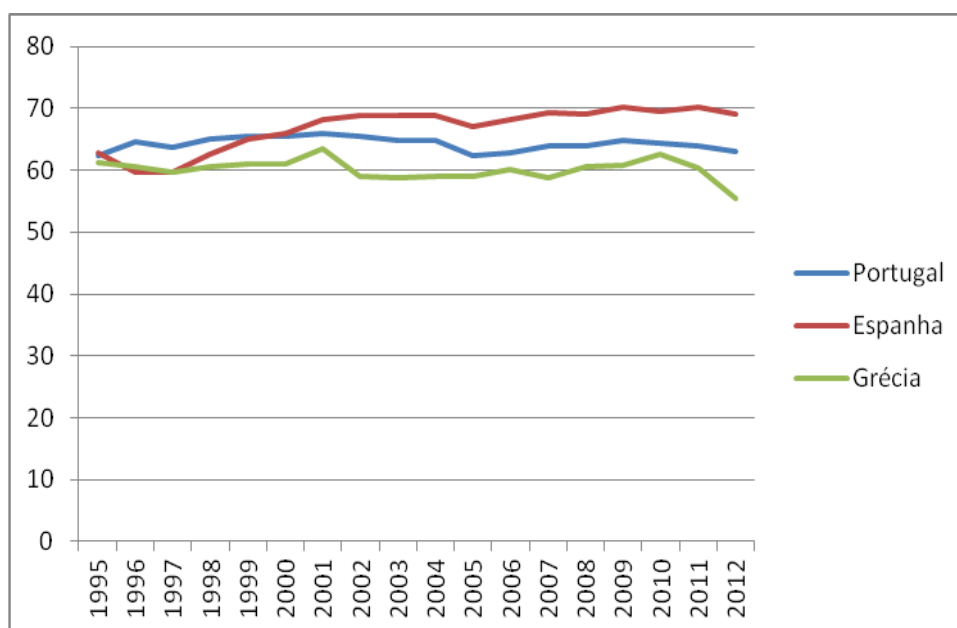
ultrapassando mesmo a Grécia. Cinco anos mais tarde, em 1990, os três países registaram subidas no seu score geral, maiores no caso de Portugal e Grécia, levando mesmo Portugal a igualar a Espanha com um score de 6,2 pontos, seguidos pela Grécia com 5,9 pontos. Melhorias nas áreas 1 e 2 foram comuns aos três países. Já em 1995, Portugal e Espanha registam importantes subidas nos seus scores, no valor de 1,1 ponto e oito décimas respetivamente, atingindo a fasquia dos 7 pontos. A Grécia não conseguiu então acompanhar a dimensão destas subidas, ficando-se por uma melhoria de duas décimas até aos 6,1 pontos, que a deixou longe de Portugal e Espanha. A diferença fez-se na área 3, na qual Portugal e Espanha melhoraram de forma excecional, subindo mais de três pontos, passando da casa dos 6 para a casa dos 9 pontos, enquanto a Grécia se ficou por uma subida de quatro décimas, adiando a sua «verdadeira» melhoria para os anos seguintes. Em 2000, a Grécia foi então o país que mais subiu o seu score, fruto de forte melhoria na área 3 que já tinha sido alcançada pelos outros dois países em 1995. Portugal e Espanha também melhoraram o seu score, tendo as melhorias nas áreas 4 e 5 sido comuns aos três países, tal como acontecera em 1995. Os anos de 2001 e 2002 não trouxeram grandes alterações. Já em 2003, Espanha e Grécia melhoraram o seu score em três e quatro décimas respetivamente, atingindo 7,5 e 7,1 pontos, os seus scores mais altos de sempre, enquanto Portugal desceu uma décima para os 7,3 pontos. Estas alterações foram fruto de uma forte melhoria de Espanha e Grécia na área 1, enquanto Portugal manteve o seu score estável. Nos anos seguintes os scores mantiveram-se estáveis, sendo que nos dois últimos anos em análise, 2008 e 2009, nota-se uma tendência negativa nos scores dos 3 países. As descidas nos scores das áreas 1, 2, 4 e 5 foram comuns aos três países, sendo que o score da área 3 se manteve o mesmo, não se verificando qualquer melhoria em nenhuma das áreas.

Considerando então os scores mais recentes, Espanha, com 7 pontos, é dos 3 países aquele que apresenta maior nível de liberdade económica, e foi quase sempre assim ao longo da história deste ranking. Portugal segue imediatamente atrás, com 6,9 pontos, à frente da Grécia que regista 6,6 pontos. Portugal foi claramente o país que mais evoluiu em termos de liberdade económica nas últimas décadas. O período entre 1985 e 1995 é o comum aos três países como o período de maior desenvolvimento da liberdade económica, alargando-se este período a 2000 no caso grego, devido ao atraso na melhoria da área 3. Espanha e Portugal apresentam scores bastante semelhantes nas áreas 1, 2, 3 e 4, sendo na área 5, relativa ao mercado de trabalho, de crédito e das empresas, que Portugal sai claramente a perder face ao seu vizinho. De resto, Portugal apresenta mesmo scores duas décimas mais altos que Espanha nas áreas 2 e 4,

enquanto na área 1, que em 1970 era extremamente desfavorável a Portugal, e na área 3 os dois países apresentam exatamente o mesmo score. Relativamente a Grécia, Portugal foi em 2009 claramente superior nas áreas 2 e 4, tendo também sido superior em menor medida na área 5. A área 1 foi a única em que Portugal obteve um score inferior à Grécia, tendo o score da área 3 sido igual para os três países.

Olhando agora aos resultados do índice IEF da Heritage Foundation (Gráfico 8) podemos constatar que em 1995, o primeiro ano em que o mesmo foi calculado, estes três países apresentavam um score de liberdade económica semelhante e acima da média mundial. Portugal apresentava um score de 62,4 pontos, ligeiramente inferior aos 62,8 pontos de Espanha, e 1,2 pontos superior aos 61,2 pontos de Grécia.

Gráfico 8 – Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Espanha e Grécia de 1995 a 2012 no índice IEF



Portugal destacava-se claramente de Espanha e Grécia na área da liberdade da corrupção, em que apresentava um score superior em 20 pontos aos dois países, mas por outro lado apresentava um atraso de 20 pontos relativamente a estes países na área da liberdade de investimento. Além desta área, Portugal apenas perdia para a Grécia na área do tamanho do estado, sendo também claramente superior nas áreas da liberdade financeira e da liberdade monetária. Já relativamente a Espanha, Portugal era claramente mais forte nas áreas da liberdade fiscal e da já referida liberdade da corrupção, sendo que perdia claramente na liberdade de investimento acima referida e na liberdade

financeira. Em 1996, Portugal viu o seu score aumentar, fruto do forte aumento da liberdade de investimento, corrigindo o seu atraso nesta área, ao passo que os scores de Espanha e Grécia diminuíram, levando a que Portugal se distanciasse dos mesmos. Esta distância manteve-se em 1997, mas em 1998, e apesar do score de Portugal ter subido, a Espanha aproximou-se fruto de uma subida bastante razoável, que se viria a repetir no ano seguinte, em 1999, colando a Espanha a Portugal. No início do século XXI, no ano 2000, a Espanha acaba mesmo por ultrapassar Portugal no ranking, não mais largando a dianteira deste trio. Em 2001, Espanha distancia-se de Portugal com mais uma subida muito interessante, ao passo que a Grécia regista uma melhoria importante e se aproxima do nosso país, que aumenta também o seu score, mas de forma bem mais ligeira. No ano seguinte, em 2002, Portugal desce ligeiramente, mas vê a Grécia sofrer uma descida bastante acentuada no seu ranking, que passa a estar ao nível da média mundial. A Espanha sobe novamente, atingindo os 68,8 pontos, mais 3,4 pontos que Portugal, que apresentou um score de 65,4 pontos, e com praticamente 10 pontos de avanço face à Grécia, que se ficou por um score de 59,1 pontos, após uma descida superior a 4 pontos. Já em 2003 não houve grandes alterações. A Espanha manteve o seu score e Portugal e Grécia apresentaram ligeiras descidas, que no caso da Grécia foi suficiente para colocar o seu score abaixo da média mundial, algo preocupante para um país da União Europeia. Em 2004 o panorama manteve-se praticamente o mesmo do ano anterior. Já em 2005, Portugal e Espanha apresentam descidas significativas nos seus scores, no valor de 2,5 e de 1,9 pontos respetivamente, devido à introdução da componente da liberdade no mercado de trabalho, enquanto a Grécia vê o seu score descer apenas uma décima, fruto de um desempenho superior a Portugal e Espanha nesta mesma área, encurtando distâncias, mas mantendo-se ainda longe, sobretudo da Espanha. Um ano volvido, em 2006, os três países apresentam subidas no seu score, no caso de Portugal uma subida de meio ponto e no caso de Espanha e Grécia subidas ligeiramente superiores a um ponto. Nesta altura a Grécia distava já a menos de 3 pontos de Portugal, quando ainda em 2002 essa diferença era superior a 6 pontos. A Espanha por sua vez apresentava um avanço superior a 5 pontos face a Portugal, distância que se viria a manter até ao ano atual. No ano de 2007, Portugal e Espanha voltam a elevar o seu score, enquanto a Grécia não dá sequência à subida do ano anterior e volta a verificar uma queda, apresentando não só o seu score mais baixo até então, como também o maior atraso face à média mundial. Em 2008, Portugal e Espanha vêm ambos o seu score sofrer uma ligeira descida de uma décima. Enquanto isso, o score da Grécia sobe quase dois pontos, voltando a colocar o país acima da média mundial. Um ano mais

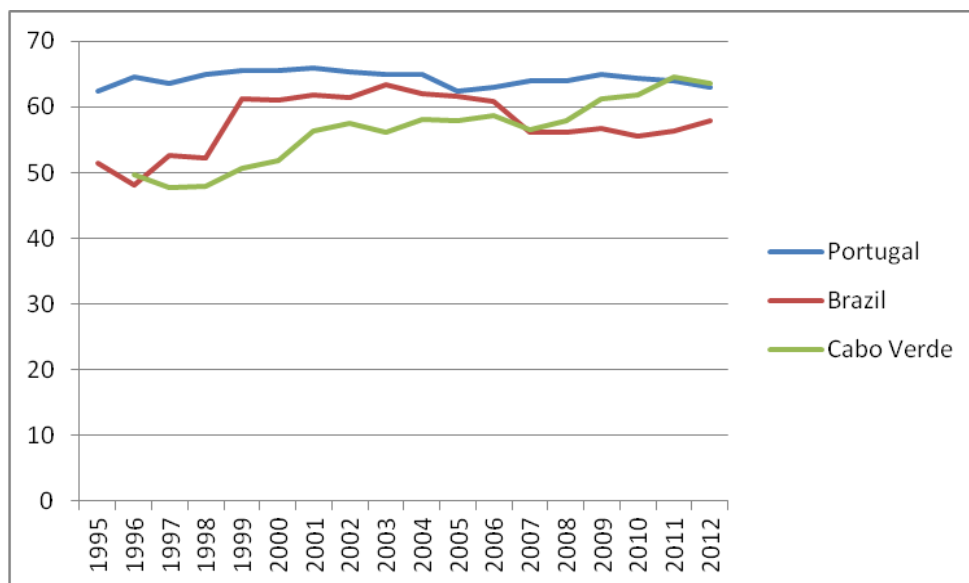
tarde, em 2009, os três países melhoram o seu score, em contraciclo com a descida do score médio mundial. Portugal subiu um ponto para os 64,9 pontos, enquanto a Espanha ultrapassou a barreira dos 70 pontos, obtendo 70,1 pontos, quedando-se a Grécia pelos 60,8 pontos. Já em 2010, são registadas descidas de meio ponto tanto no score de Portugal como no score de Espanha. A Grécia, por sua vez, aumenta o seu score em quase dois pontos, atingindo os 62,7 pontos, ficando a apenas 1,7 pontos de Portugal. Porém, no ano seguinte, em 2011, a Grécia desce ainda mais do que havia subido no ano transato, afastando-se novamente de Portugal, que apesar de também não ter tido um resultado positivo, apresentou uma queda bem mais ligeira. A Espanha, em sentido contrário, vê o seu score aumentar em mais de meio ponto, alcançando o seu melhor resultado de sempre, 70,2 pontos. Por fim, em 2012, a Grécia verifica uma descida brutal de praticamente cinco pontos no seu score, passando de 60,3 para 55,4 pontos (valor claramente abaixo da média mundial), provavelmente o reflexo da grave crise financeira que assolou o país. Portugal e Espanha tiveram também um ano negativo, baixando os seus scores em cerca de um ponto, alcançando 63 e 69,1 pontos respetivamente. Houve uma diminuição clara da liberdade económica no sul da Europa, em sentido contrário ao ligeiro aumento da liberdade económica a nível mundial.

4.5.2. Portugal vs Brasil vs PALOP (Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau)

Será também interessante perceber de que forma têm evoluído países com forte ligação histórica a Portugal, como o Brasil e as ex-colónias africanas, países que apresentam o Português como língua oficial e com os quais Portugal mantém um relacionamento próximo. Neste caso, a análise efetuada não será tão exaustiva, procurando apenas dar um panorama geral da situação destes países.

Começando pelo índice da Heritage Foundation (Gráfico 9), é com surpresa que se constata que Cabo Verde, nos dois mais recentes anos em que este ranking foi publicado, aparece ligeiramente melhor classificado que Portugal, destacando-se claramente de todas as outras ex-colónias africanas e também do Brasil, marcando a diferença relativamente a estes países nas áreas da liberdade da corrupção, dos direitos de propriedade, da liberdade de investimento e também, exceto para o Brasil, na área da liberdade financeira.

Gráfico 9 – Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Brasil e Cabo Verde de 1995 a 2012 no índice IEF

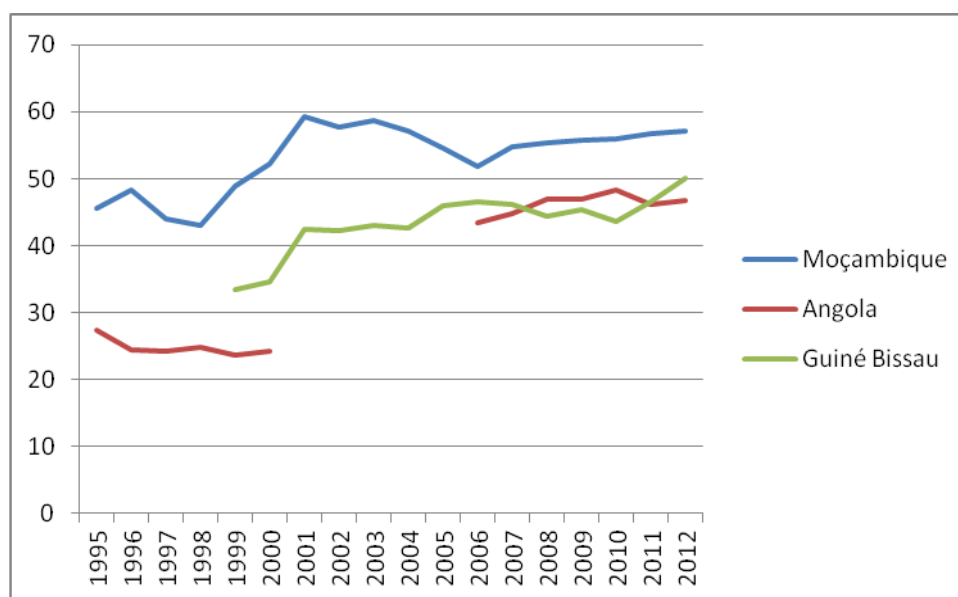


Relativamente a Portugal, Cabo Verde perde claramente e por larga margem nas áreas da liberdade empresarial e da liberdade comercial, apresentando no entanto grande avanço nas áreas da liberdade fiscal, da liberdade no mercado de trabalho e principalmente na área do tamanho do estado, áreas aliás em que Portugal perde claramente para todos os outros países em análise, sendo característico da maior parte dos países africanos apresentar scores relativamente elevados nas áreas da liberdade fiscal e do tamanho do estado. Portugal mostra-se no entanto melhor em todas as outras áreas, excetuando a liberdade financeira, em que os dois países apresentam o mesmo score. A seguir a Portugal e Cabo Verde, os países em que se verifica existir maior liberdade económica são Brasil e Moçambique, com scores muito semelhante, na casa dos 57 pontos. Estes dois países estavam em 1996 praticamente em pé de igualdade com Cabo Verde, mas claramente não apresentaram o mesmo desenvolvimento que este país. Pelo menos não o souberam manter, já que em 2003 o Brasil obteve um score de 63,4 pontos, mas acabou por não se conseguir manter a este nível, e mesmo Moçambique apresentava na mesma altura score semelhante a Cabo Verde, mas viria a descer substancialmente entre 2003 e 2006, não conseguindo posteriormente, apesar de ter subido constantemente, aproximar-se do score de Cabo Verde, que se distanciou essencialmente pelas fortes subidas verificas em 2009 e 2011. No Brasil, o destaque vai para a área da liberdade no mercado de trabalho, com um score de quase 60 pontos, bastante superior a Portugal, Moçambique e Cabo Verde. Já Moçambique destaca-se na área do tamanho do estado, apresentando o score mais elevado nesta área de entre os

países em análise, e também na área da liberdade comercial, ultrapassando os 80 pontos, aproximando-se do score de Portugal e destacando-se claramente dos outros países.

Já bastante abaixo no ranking surge Guiné Bissau, com cerca de 50 pontos apenas, enquanto Angola se fica pelos 46,7 pontos (Gráfico 10).

Gráfico 10– Evolução da Liberdade Económica em Moçambique, Angola e Guiné Bissau de 1995 a 2012 no índice IEF

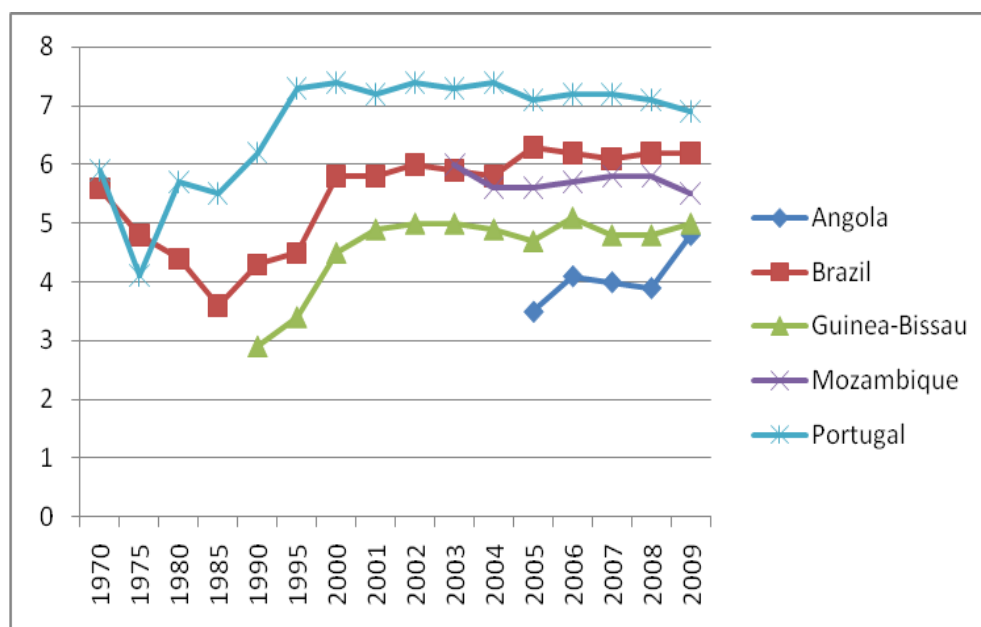


Apesar de apresentarem scores muito baixos, é de registar a evolução destes países, principalmente de 2000 a 2006, em que registaram forte subida no seu score. Estes países caracterizam-se no entanto por um elevado grau de corrupção, uma forte insegurança dos direitos de propriedade, e uma liberdade de investimento bastante limitada, apresentando também scores bastante baixos nas áreas da liberdade financeira e da liberdade empresarial. Destaque-se porém o facto de Guiné Bissau ser líder nas áreas da liberdade fiscal, seguida de perto por Angola, e da liberdade no mercado de trabalho.

Procedendo agora à análise dos resultados do outro índice, o EFW (Gráfico 11), realizado pelo Fraser Institute, lamenta-se a ausência de Cabo Verde do mesmo, não sendo possível então confirmar o excelente desempenho obtido por este país no ranking da Heritage Foundation. Portugal surge claramente como o país mais economicamente livre do grupo. Na segunda posição aparece também destacado o Brasil, à frente de Moçambique, que surge na terceira posição, com um avanço razoável sobre Guiné

Bissau e Angola. Este ordenamento é exatamente igual ao que se verificou no outro índice, exceção feita ao caso de Cabo Verde, que não é avaliado neste ranking. Também à semelhança do verificado no outro índice, Angola e Guiné Bissau, apesar de apresentarem um score muito baixo, têm apresentado melhorias consideráveis. Portugal é claramente superior aos restantes países nas áreas 2, 3 e 4. Já na área 1, Tamanho do Estado: Gastos, Taxas e Empresas, apesar de ser claramente melhor que as suas ex-colónias africanas, Portugal é claramente inferior ao Brasil, que se destaca claramente nesta área. Já na área 5, Regulação do Mercado de Crédito, do Trabalho e das Empresas, onde se verifica um maior equilíbrio nos scores, Portugal perde para Guiné Bissau e Moçambique, sendo no entanto superior a Brasil e Angola.

Gráfico 11- Evolução da Liberdade Económica em Portugal, Brasil, Angola, Guiné Bissau e Moçambique de 1970 a 2009 no índice EFW



5. Conclusão

“The abiding lesson of the ‘Index of Economic Freedom’ is that the most important variable in the wealth of nations is liberty” (Paul Gigot in Foreward of Index of Economic Freedom 2011, 2011).

Com base na análise efetuada é possível tirar algumas conclusões sobre a evolução de Portugal nos rankings de Liberdade Económica. Atendendo aos resultados do ranking EFW, do *Fraser Institute*, de 1970 até à atualidade, Portugal melhorou bastante desde então em termos de liberdade económica. Esta evolução não foi no entanto uniforme. Se em 1970, ainda sob o regime do Estado Novo, Portugal apresentava um score de 5,9 pontos no ranking de liberdade económica do Fraser Institute, em 1975, logo após a revolução de Abril de 1974, Portugal viu o seu score descer significativamente para os 4,1 pontos, presumivelmente fruto da crise mundial, resultante do aumento do preço do petróleo, e da crise interna, à qual se seguiu uma vaga de políticas estatizadoras, com uma forte onda de nacionalizações e a implementação da reforma agrária (Amaral, 2010). Em 1980 o país recuperou da queda verificada em 1975, obtendo um score de 5,7 pontos, melhoria que se pode explicar pelo fim da crise interna e pela consolidação do novo regime, que se afastou do comunismo, estabelecendo limites à propriedade pública, repondo a estrutura legal e os direitos de propriedade, apesar de confirmar a irreversibilidade das nacionalizações, e iniciando o desmantelamento da reforma agrária, ainda que constitucionalizando em 1976 a obrigação pública de instalar o Estado Providência (Amaral, 2010). Em 1985, o score desceu duas décimas para 5,5 pontos, mas nos dez anos que se seguiram, a liberdade económica apresentou um forte desenvolvimento no país, motivado pela adesão de Portugal à CEE.

Em 1990, o score português subiu sete décimas para 6,2 pontos, voltando a subir em 1995, atingindo os 7,3 pontos numa subida superior a um ponto, o que correspondeu a uma subida de praticamente de 2 pontos em apenas dez anos (1985-1995). A adesão de Portugal à CEE permitiu a entrada do país no próspero mercado europeu, obrigando ao fim do protecionismo existente e à adoção de um conjunto de regras económicas e sociais comum a todos os membros (Amaral, 2010), o que contribuiu para liberalizar várias áreas da economia, o que se encontra refletido nos resultados do índice. Além disso, a adesão à CEE motivou a entrada de muito dinheiro em Portugal, seja pelos fundos disponibilizados pela mesma para desenvolver infraestruturas e melhorar o capital

humano do país, seja pelo aumento do investimento estrangeiro, que resultou das expectativas criadas nos investidores pela adesão (Amaral, 2010). Tudo isto teve fortes efeitos de curto prazo na economia portuguesa, que viveu entre 1986 e 1992, como refere Amaral (2010), a sua miniépoca de ouro, ainda que a médio prazo possam ser identificados também efeitos menos positivos (Alves, 2011). Daí em diante os resultados não voltaram a ser tão positivos. Imediatamente a seguir a esta época de forte crescimento económico, a economia portuguesa entrou em recessão, de 1992 a 1994, tendo voltado a um crescimento razoável de 1995 a 2000. A adesão de Portugal ao Euro, entre 2000 e 2002, não trouxe grandes alterações em termos de liberdade económica, exceto a subida do score da área 3 (Acesso ao Dinheiro), mas a grande melhoria nesta área já se tinha dado em 1995, após a adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu em 1992, que funcionou como antecâmara à adesão à moeda única. Já em termos de desempenho económico, a adesão ao Euro foi problemática para Portugal, pois segundo Amaral (2010) o país não se encontrava preparado em termos de produtividade, nível salarial e inflação para o impacto da moeda única. O aumento do endividamento externo e do défice orçamental (e a necessidade de o controlar) limitaram fortemente a economia portuguesa, que passou a crescer muito lentamente, afastando-se dos países mais ricos. No final da década, o país registou mesmo um crescimento negativo. Em termos de liberdade económica, o score de Portugal foi-se mantendo praticamente o mesmo desde 1995 até 2004, tendo oscilações muito ligeiras. Em 2005 o score cai três décimas, registando descidas em todas as áreas da liberdade económica. Embora tenha recuperado uma décima em 2006, em 2008 o score voltou a descer, tendência que se manteve em 2009, obtendo Portugal um score de 6,9 pontos, fruto muito provavelmente da crise iniciada em 2007. Olhando ao índice IEF, da *Heritage Foundation*, não é possível perceber os efeitos da ditadura, da revolução de 1974 ou mesmo da adesão à CEE em 1986 (pelo menos os mais diretos) para a liberdade económica, já que o mesmo apenas possui dados a partir de 1995. É no entanto possível constatar a forte evolução da liberdade de investimento em 1996, bem como as melhorias que foram ocorrendo ao nível da liberdade de comércio e da liberdade monetária, resultado das orientações da União Europeia e da adesão ao Euro.

Perante os resultados, é possível constatar que os scores de Portugal não diferem muito dos de Espanha e Grécia, convergindo em muitas das forças e fraquezas, fruto de muitas das suas políticas serem comuns, em virtude da adesão à União Europeia sensivelmente pela mesma altura (Portugal e Espanha em 1986 e Grécia em 1981). A Espanha destaca-se no entanto no que ao mercado de trabalho e ao mercado de crédito

diz respeito, obtendo scores claramente mais elevados na área 5 (Mercado de Crédito, do Trabalho e das Empresas) do EFW e nas liberdades financeira e do mercado de trabalho do IEF. É ainda de destacar o facto de os três países obterem exatamente o mesmo score na Área 3 (Acesso a Dinheiro Fiável) do EFW, o que demonstra a influência da União Europeia nesta área, tendo os governos dos países inseridos na Zona Euro um controlo muito reduzido sobre a mesma. Numa perspetiva histórica, podemos afirmar que Portugal foi claramente, dos três países, aquele que mais evoluiu desde 1970, e particularmente desde 1975. Relativamente às ex-colónias, Portugal apresenta um nível de liberdade económica claramente superior a todas elas, excetuando Cabo Verde, que a julgar pelos últimos resultados do IEF, está sensivelmente ao mesmo nível do nosso país, algo que pode ser considerado surpreendente e que seria interessante de confirmar com o índice EFW, quando este começar a apresentar resultados para Cabo Verde. Também será interessante perceber se o Brasil, uma potência emergente, irá melhorar os seus níveis de liberdade económica num futuro próximo.

Uma vez analisada a evolução geral de Portugal nos rankings de liberdade económica, importa agora referir as áreas em que o país apresentou melhores resultados e aquelas em que o país necessita forçosamente de melhorar. Em ambos os índices, é claro o bom desempenho de Portugal nas áreas relativas ao sistema monetário. No EFW, considerando o ano mais recente, Portugal obtém um score de 9,6 pontos na Área 3 (Acesso a Dinheiro Fiável), enquanto no IEF o score de Liberdade Monetária se cifra nos 82,6 pontos. O mérito desta elevada classificação não é, no entanto, propriamente do governo, que apresenta reduzido controlo sobre esta área, já que Portugal é membro da Zona Euro, tendo uma política comum aos outros países-membros, o mesmo acontecendo relativamente à Área 4 (Liberdade de Comércio Internacional) do EFW e à liberdade de comércio do IEF, também estas bem classificadas (especialmente no caso do IEF, com 87,1 pontos), já que Portugal apresenta uma política comercial igual à dos outros estados-membros da União Europeia (Miller & Holmes, 2011). A liberalização do comércio, através da adesão à EFTA em 1960 e principalmente à CEE em 1986, é apontada por Barros e Garoupa (1996) como a principal razão da convergência económica de Portugal face à União Europeia, o que demonstra a importância da liberdade económica. Por outro lado, as áreas relativas ao tamanho do governo e ao mercado de trabalho surgem em ambos os índices como as mais problemáticas. No EFW, a área 1 (Tamanho do Estado) é classificada com 5,6 pontos, enquanto a variável 5B, relativa ao mercado de trabalho é atribuído o score de 5,2 pontos. No IEF, à componente tamanho do Estado é atribuído um score de 25,5 pontos (queda superior a

10 pontos relativamente ao ano anterior) e um score de 32,5 pontos à componente da liberdade no mercado de trabalho, valores extremamente baixos portanto, sendo também de referir o score de 59 pontos atribuído à liberdade fiscal, que reflete uma carga fiscal relativamente alta aplicada em Portugal. Relativamente ao mau desempenho português nas áreas do tamanho do Estado, este pode ser explicado pela implementação do Estado Providência em Portugal iniciada em 1974. De 1974 a 2008 a despesa pública cresceu em média ao dobro do ritmo do crescimento do PIB per-capita, representando em 2008 quase 50% do PIB, um valor bastante elevado (Amaral, 2010 pg. 50). A constitucionalização da obrigação de instalar o Estado Providência, em 1976, cabendo ao Estado a criação e manutenção de um sistema público de segurança social e de um sistema público de saúde, ajuda a explicar que todos os governos desde 1974 se tenham comprometido a aumentar as despesas sociais, indiferentes às condições económicas por vezes menos favoráveis para o efeito. A difícil sustentabilidade é o grande problema do Estado Providência, e, no caso português, as receitas (impostos, etc.) não têm chegado para fazer face à crescente despesa, sendo o maior problema o da segurança social, no que se refere às pensões, fruto do envelhecimento do país (Amaral, 2010). Além disto, Amaral (2010), apesar de confirmar o sucesso da implementação do Estado-Providência em Portugal e a convergência deste em vários aspetos com o dos países europeus desenvolvidos, menciona uma certa pobreza nos resultados. O autor refere ainda que o crescimento da economia é fundamental para desenvolver o Estado-Providência de forma sustentável, e que o momento em que Portugal implementou o mesmo não foi tão propício como o dos outros países desenvolvidos, já que nos anos 50 e 60 o crescimento económico era bem mais acelerado (Amaral, 2010). Já relativamente aos baixos resultados na área do mercado de trabalho, Amaral (2010) considera as críticas à sua rigidez exageradas, defendendo que o mesmo tem muitos comportamentos típicos de um mercado laboral flexível, nomeadamente as baixas taxas de desemprego relativamente a outros países europeus (pese embora o recente aumento do desemprego em Portugal, motivado pela crise), e as taxas relativamente elevadas de criação e de destruição de emprego, que apontam para uma frequência elevada de contratações e despedimentos, lembrando também as várias reformas que foram sendo feitas no sector, o que o leva a concluir que o mercado de trabalho português é na verdade complexo, combinando rigidez com flexibilidade, considerando-o mais segmentado do que rígido. A forma específica de flexibilização utilizada originou a segmentação do mercado laboral, sendo que os trabalhadores com contrato a tempo indeterminado estão protegidos contra o desemprego, enquanto todos os outros trabalhadores estão sujeitos a uma flexibilidade

extrema (Amaral, 2010). Não tendo dúvidas da existência de problemas no mercado de trabalho português, resultado da legislação em vigor, Amaral (2010) entende no entanto que esse aspeto não tem constituído uma desvantagem comparativa para a economia portuguesa. Almeida, Castro e Félix (2010), por seu lado, consideram que existem vários aspetos a melhorar na regulação do mercado de trabalho em Portugal, não só ao nível do desenho institucional, mas também do reforço da já existente lei da competição, com vista à promoção da flexibilidade e da competição, apontando, à semelhança de Amaral, as enormes dificuldades no despedimento de trabalhadores com contrato a tempo indeterminado como a principal diferença relativamente às economias mais desenvolvidas, considerando também os benefícios “exagerados” aos desempregados em Portugal como algo a corrigir. Além do excessivo tamanho do governo e da relativa rigidez do mercado de trabalho, de acordo com os índices de liberdade económica, vale a pena referir os scores muito baixos verificados no EFW nas variáveis 2B (3,1), relativa à imparcialidade dos tribunais, 4C (2,8), relativa ao tamanho do sector comercial, 5Aiii (1,3), relativo ao crédito ao sector privado, 5Cii (2,5) e 5Ciii (3,5), ambas relativas a processos burocráticos que condicionam as empresas, necessitando todos estes aspetos de ser melhorados. É preciso salientar que por vezes certas alterações são difíceis de realizar em virtude da Constituição, que coloca muitas vezes obstáculos à mudança, sendo necessária uma revisão constitucional que não se afigura fácil de concretizar.

Considero que a análise efetuada é importante e relevante, principalmente num contexto de crise, em que a promoção da liberdade económica pode ser vista como prioritária para fazer face aos problemas económicos. A clarificação do conceito de liberdade económica, abordando a sua grande multidisciplinariedade e o contributo que esta pode ter para a sociedade, a explanação da metodologia dos rankings que a medem, bem como a análise da evolução da liberdade económica em Portugal nesses rankings, contextualizando-a com as políticas públicas que o país foi adotando e comparando-a com a evolução de nações relevantes para Portugal são aspetos que tornam esta tese relevante, considerando até a falta de investigação em Portugal nesta área. Por outro lado este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente a bibliografia algo reduzida, que pode ser em parte explicada pelo foco nos Índices, obras extensas e que compilam em si anos de extensa investigação por parte de inúmeros economistas e também pela reduzida investigação existente sobre Portugal nesta área. O facto de a análise não ser muito aprofundada pode também ser apontado como uma limitação deste trabalho, assim como a não utilização de técnicas de investigação de análise quantitativa, sendo este essencialmente um trabalho exploratório e descritivo que

pretende dar uma ideia geral do desenvolvimento da liberdade económica, e particularmente da evolução da liberdade económica em Portugal, podendo vir a ser uma útil base de apoio para trabalhos futuros que venham a ser desenvolvidos em Portugal nesta área. Em termos de perspetivas futuras de investigação, será interessante perceber qual o efeito do agravamento da crise em Portugal nos scores de liberdade económica do país, e se a promoção da liberdade económica virá a ser utilizada como instrumento para fazer face à crise, importando depois analisar os resultados dessa liberalização para a economia e a sociedade. A teoria de que crises económicas profundas conduzem ao desenvolvimento de políticas de mercado livre é comprovada por Pitlik e Wirth (2003), que utilizando os resultados do índice de liberdade económica EFW de 1970 a 1999 como referência para os esforços dos países no sentido da promoção da liberdade económica, comprovaram a já existente ideia de que as crises económicas profundas promovem o desenvolvimento da liberdade económica, acrescentando ainda que as “crises médias” têm um impacto menor na promoção da liberdade económica do que as já mencionadas crises profundas e também do que a ausência de crises. No recente índice EFW 2012, não considerado neste estudo, Portugal verifica uma ligeira subida no ranking, ao contrário do verificado no IEF 2012, notando-se uma ligeira melhoria na área do tamanho do Estado, mais precisamente na variável relativa ao consumo, e também nas áreas da regulação do mercado de crédito e na regulação das empresas (Gwartney, Lawson & Hall, 2012).

Na conclusão desta dissertação, gostaria de referir que mais do que a discussão entre capitalismo puro, e socialismo radical importa considerar as várias dimensões da liberdade económica e as suas implicações no contexto da realidade concreta de cada país. Sendo parte da liberdade como um todo, a liberdade económica, por si só, assume extrema relevância, mas o contributo que esta pode dar à população e à sociedade em geral torna-a ainda mais importante. Após realizar este trabalho, tornou-se mais claro para mim que a liberdade económica deve ser um dos elementos considerados na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Ainda que entendendo que o Governo deve desempenhar um papel social para além do de árbitro do mercado livre, para a sustentabilidade desse papel importa dedicar mais atenção à liberdade económica.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Vanda, CASTRO, Gabriela & FÉLIX, Ricardo (2010). "Improving competition in the non-tradable goods and labour markets: the Portuguese case". *Portuguese Economic Journal*, Springer, vol. 9, no. 3, pp. 163-193.

ALVES, André Azevedo (2011). "The Portuguese Malaise: Structural Causes of the Crisis and Lessons for the Eurozone", *Economic Affairs*, vol. 31, no. 2, pp. 47-52.

AMARAL, Luciano (2010). *Economia Portuguesa, as últimas décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BARRETO, António (2002). Mudança Social em Portugal - 1960/2000. (Working Paper No. 6-02). Retirado do site do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf>

BARROS, Pedro & GAROUPA, Nuno (1996). "Portugal – European Union Convergence: Some evidence". *European Journal of Political Economy*, vol. 12, pp. 545-553.

BERGGREN, Niclas (2003). "The Benefits of Economic Freedom: A Survey". *Public Choice*, vol. 8, no. 2, pp. 193–211.

BUTLER, Eamonn (2007). *Adam Smith - a Primer*. Londres: The Institute of Economic Affairs.

CASTRO, Conceição (2008). "Determinantes económicos da corrupção na União Europeia dos 15". *Economia Global e Gestão*, vol. 13, no. 3, pp. 71-98.

COLE, Julio (2003). "The Contribution of Economic Freedom to World Economic Growth". *Cato Journal*, vol. 23, no. 2, pp. 189–198.

DOUCOULIAGOS, Chris (2005). "Publication Bias in Economic Freedom and Economic Growth Literature". *Journal of Economic Surveys*, vol. 19, pp. 367–387.

FRIEDMAN, Milton (1962). *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press.

GARTZKE, Erik (2007). "The Capitalist Peace". *American Journal of Political Science*, vol. 51, no. 1, pp. 166–191.

GWARTNEY, James, LAWSON, Robert, & BLOCK, Walter (1996). *Economic Freedom of the World: 1975-1995*. Canadá: Fraser Institute.

GWARTNEY, James, & LAWSON, Robert (2003). "The concept and measurement of economic freedom." *European Journal of Political Economy*, vol. 19, pp. 405–430.

GWARTNEY, James, LAWSON, Robert & HALL, Joshua (2011). *Economic Freedom of the World: 2011 Annual Report*. Canadá: Fraser Institute.

GWARTNEY, James, LAWSON, Robert & HALL, Joshua (2012). *Economic Freedom of the World: 2012 Annual Report*. Canadá: Fraser Institute.

HANN, Jakob de & STURM, Jan-Egbert (2000). "On the Relationship between Economic Freedom and Growth". *European Journal of Political Economy*, vol. 16, no. 2, pp. 215–241.

LAWSON, Robert & CLARK, J.R (2010). "Examining the Hayek–Friedman hypothesis on economic and political freedom". *Journal of Economic Behavior and Organization*, vol.74, no. 3, pp.230-239.

LETWIN, William (1990). The Wealth of Nations. in Elliott, N. (Ed.), *Adam Smith's Legacy: His thought in our time* (pp. 25-38). Londres: Adam Smith Institute.

MILLER, Terry & HOLMES, Kim (2011). *2011 Index of Economic Freedom*. The Heritage Foundation and The Wall Street Journal.

MILLER, Terry, HOLMES, Kim & FEULNER, Edwin (2012). *2012 Index of Economic Freedom*. The Heritage Foundation and The Wall Street Journal.

PITLIK, Hans & WIRTH, Steffen (2003). "Do crises promote the extent of economic liberalization?: an empirical test". *European Journal of Political Economy*, Elsevier, vol. 19, no. 3, pp. 565-581.

ROSTEN, Leo (1990). A Modest Man named Smith. in Elliott, N. (Ed.), *Adam Smith's Legacy: His thought in our time* (pp. 7-14). Londres: Adam Smith Institute.

SHLEIFER, Andrei (2009). "The Age of Milton Friedman". *Journal of Economic Literature*, vol. 47, no. 1, pp. 123–135.

SMITH, Adam (1776/1904). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Edwin Cannan, ed. 1904. Library of Economics and Liberty. Retrieved February 15, 2012 from the World Wide Web: <http://www.econlib.org/library/Smith/smWN.html>

SWALEHEEN, Mushfiq & STANSEL, Dean (2007). "Economic Freedom, Corruption, and Growth". *Cato Journal*, vol. 27, no. 3, pp. 343–358.

WEST, Edwin (1990). Adam Smith's Revolution: Past, Present and Future. in Elliott, N. (Ed.), *Adam Smith's Legacy: His thought in our time* (pp. 15-24). Londres: Adam Smith Institute.

Hiperligações:

<http://www.freetheworld.com/>

<http://www.heritage.org/index/>